

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAROLINE NOGUEIRA DA SILVEIRA

O *CLG* COMO OBJETO HISTÓRICO: UM ESTUDO DAS GRAMÁTICAS

PORTO ALEGRE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

O *CLG* COMO OBJETO HISTÓRICO: UM ESTUDO DAS GRAMÁTICAS

CAROLINE NOGUEIRA DA SILVEIRA
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. FLORENCE CARBONI

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Nogueira da Silveira, Caroline

O CLG como objeto histórico: um estudo das gramáticas / Caroline Nogueira da Silveira. -- 2015. 135 f.

Orientadora: Florence Carboni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Curso de Linguística Geral. 2. Gramáticas. 3. História da Linguística. I. Carboni, Florence, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu marido, Fernando Silva e Silva, pela atenção e paciência durante todo o processo de escrita desta dissertação. A força e o apoio dele foram centrais para a conclusão desta empreitada.

Também agradeço aos meus pais pelas lições de vida que tive a sorte de receber deles, entre elas a de que eu poderia conquistar tudo aquilo que quisesse, bastando trabalhar pelos meus objetivos e ter confiança em minhas capacidades de lidar com os desafios do caminho.

Aos meus amigos mais próximos, que não preciso nomear aqui, pois cada um deles sabe já o tamanho de minha gratidão, gostaria de agradecer as risadas que me proporcionaram em momentos de angústia, cansaço ou desânimo.

Por fim, agradeço a minha orientadora pela leitura e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à CAPES pela chance oferecida a mim de desenvolver essa pesquisa e aprender com ela sobre um assunto que me interessa tanto.

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é investigar o *Curso de Linguística Geral* em busca das reflexões presentes nele sobre quatro gramáticas diferentes, a saber, (1) a gramática comparada; (2) a gramática histórica; (3) a gramática geral; e (4) a gramática tradicional. Tenta-se esboçar um panorama geral da representação de cada uma ao longo do livro, com a identificação de críticas tecidas a elas, de avaliações positivas acerca das mesmas e de análises quanto à relevância dessas diferentes gramáticas para a linguística. Tal panorama é traçado através da compilação de afirmações, relações e omissões feitas acerca de cada gramática ao longo do *CLG*. A compilação dessas passagens também indica as partes e capítulos em que elas figuram no *CLG*, de modo a proporcionar um breve mapeamento das discussões e menções sobre cada uma nessa obra. Neste trabalho, para realizar essa coleta e tais análises, tomamos o *CLG* como objeto histórico, entrecruzado e influenciado pelos eventos de seu tempo, do momento histórico-epistemológico em que ele é construído e publicado. Visto que esta dissertação é dedicada também a leitores pouco familiarizados com a história da linguística, ela foi dividida em duas partes, sendo a primeira, o capítulo 1, uma revisão introdutória da história da linguística dos séculos XIX e XX, passando também pela revisão histórica oferecida pelo *CLG*. Essa breve investigação da história da linguística contextualiza as informações que são apresentadas, na segunda parte, sobre as diferentes gramáticas nessa obra. A segunda parte é composta dos capítulos 2 e 3. Naquele, se definem as gramáticas a serem exploradas, bem como porque foram selecionadas e como estão dispostas no capítulo 3. Este, por sua vez, conta com quatro seções, cada uma dedicada a uma gramática e onde se encontram a compilação e análise das passagens acerca de cada uma. Nas conclusões, retomam-se os panoramas traçados ao longo do trabalho, bem como se avaliam os possíveis caminhos a seguir a partir desse recenseamento inicial das gramáticas no *CLG*.

Palavras-chave: *Curso de linguística geral*. Gramáticas. História da Linguística.

ABSTRACT

The main goal of this work is to investigate the *Course in General Linguistics* in search of the thoughts we can find in it regarding 4 different grammars: (1) comparative grammar; (2) historical grammar; (3) general grammar; and (4) traditional grammar. We try to outline the general representation of each grammar throughout the book, identifying criticism or positive comments towards them, as well as any analysis on the relevance of these different grammars to linguistics. This outline is based on the compilation of assertions, relations and omissions regarding each grammar throughout the *CGL*. The compilation of such passages also indicates the parts and chapters where they appear in the book, so as to offer a brief mapping of the mentions about these grammars in it. In the present work, in order to carry out the data collection and its analysis, we consider the *CGL* a historical object, intertwined and influenced by the events of its time, of the historical-epistemological moment when it was construed and published. Since this research is also directed to readers who may not be familiar with the history of linguistics, it was divided in two parts, being the first, chapter 1, an introductory review of the history of linguistics during the nineteenth and twentieth centuries, with a look to the historical review offered by the *CGL*. This brief investigation of the history of linguistics contextualizes the information about the different grammars in the book that are presented in the second part of the work. The second part is composed of chapters 2 and 3. In chapter 2, the grammars to be investigated are defined and we present the reasons why they were selected, as well as how they were selected and how they are distributed in chapter 3. Chapter 3 is divided into 4 sections, each dedicated to one grammar and where we offer the compilation and analysis of the passages regarding each of them. In the conclusion, we review the outlines offered throughout the present work and assess the possible paths to follow in the future, based on this initial survey of the grammars in the *CGL*.

Keywords: *Course in general linguistics*. Grammars. History of linguistics.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 Breve revisão da história da linguística nos séculos XIX e XX	12
1.1 Visão geral do século XIX	15
1.2 A revisão histórica do <i>CLG</i>	30
1.3 Linguística geral e o <i>CLG</i> no século XX	46
2 Conceitos de gramática no <i>CLG</i>	58
3 As gramáticas no <i>CLG</i>	65
3.1 Gramática comparada no <i>CLG</i>	67
3.2 Gramática histórica no <i>CLG</i>	90
3.3 Gramática geral no <i>CLG</i>	102
3.4 Gramática tradicional no <i>CLG</i>	113
Conclusão	127
Referências	132

INTRODUÇÃO

Se considerarmos a história da linguística moderna, poderemos apontar diferentes momentos, escolas linguísticas e autores que desempenharam papéis marcantes nessa ciência. O desenvolvimento dos estudos comparatistas, no século XIX, por exemplo, foi bastante significativo para a linguística enquanto campo de estudos científico. De modo similar, a linguística geral, cujos primeiros traços já apareciam no fim do século XIX e que despontou durante o século XX, foi também ponto importante para tal ciência. Assim como Franz Bopp (1791-1867) é lembrado como figura central no desenvolvimento dos estudos comparatistas na historiografia da linguística, também Ferdinand de Saussure (1857-1913) recebe destaque quando se fala em linguística geral. Saussure também é, não raramente, destacado até mesmo quando o assunto é a história da linguística como um todo. Quer seja como representante de ideias ultrapassadas, quer seja como inovador, pensador influente, à frente de seu tempo – a depender do ponto de vista de quem o menciona-, Saussure costuma ter seu lugar na história da linguística guardado, sendo, acima de tudo, uma parada quase obrigatória. Para o aluno que entra na graduação em Letras, o mesmo acontece, sendo a passagem por alguns elementos do pensamento saussureano normalmente obrigatória em algum momento dos semestres iniciais: a concepção de signo linguístico, as chamadas dicotomias saussureanas, entre outros, são aspectos que tendem a aparecer durante os passos introdutórios nos estudos linguísticos. É em boa parte através do *Curso de Linguística Geral* (1916) – daqui em diante *CLG* – que os primeiros contatos com o pensamento saussureano ocorrem, de modo que esse livro, relevante de muitas maneiras para a linguística, acaba por se manter vivo e presente nos currículos dos cursos de Letras.

Quando saímos da escola e ingressamos no curso de Letras, contamos já, normalmente, com muitos anos de estudo de língua, quer materna, quer estrangeira, estudo esse que é pautado em grande parte por determinados conceitos e noções provenientes da gramática tradicional, como as partes do discurso, as categorias gramaticais etc. Estamos, portanto, enquanto alunos, expostos a certos pontos de partida e perspectivas dos quais estudamos línguas desde a escola e, ao entrar num curso de Letras, tendemos a nos deparar com novos conceitos, noções e perspectivas sobre a língua, ainda que partes da bagagem que trazemos da escola mantenham-se presentes ao longo da nova fase de estudos. Para um aluno, pois, que entra em contato com o *CLG*, novas concepções sobre a língua, novos pontos de vista e diferentes conceitos se

apresentarão. Ainda que o aluno não veja, no livro, uma gramática escolar e nem propriamente um livro didático de ensino de língua, alguns aspectos e conceitos do estudo de língua já conhecidos, desde a escola, estão presentes de alguma forma no *CLG*, por exemplo, na discussão do capítulo 7 da Segunda Parte, sobre as divisões da gramática tradicional. Nem sempre tais discussões ganham destaque quando se apresenta tal livro em aula e nem sempre são explícitas a presença e a importância das menções à gramática nele. À primeira vista, podemos nem mesmo perceber que se trata de gramática ao longo do *CLG*, visto que ele oferece outros temas e conceitos de grande relevância para a história da linguística, os quais podem eclipsar as reflexões sobre gramática também presentes nele. De mesmo modo, é possível que, numa primeira leitura, superficial, instrumental, não percebamos que, no *CLG*, são diversas as concepções de gramática que se apresentam e que algumas ganham mais destaque que outras ao longo dele e que podem, até mesmo, parecer contraditórias entre si.

Para conseguirmos entrever essas reflexões no *CLG*, além de tentarmos considerá-lo na sua totalidade, escapando das leituras fragmentadas que muitas vezes o próprio ritmo acadêmico nos impõe, é preciso também historicizar essa obra, procurando tomá-la dentro de seu contexto de produção, ao invés de enxergá-la como um produto acabado, fechado em si mesmo, sem conexão com os eventos e desenvolvimentos anteriores e posteriores a ele. Revisitar, ainda que superficialmente, a história da linguística, principalmente os momentos diretamente anterior e contemporâneo ao surgimento do *CLG*, permite-nos perceber nele movimentos de aproximação, afastamento ou relações de herança quanto a tradições de estudos linguísticos, como a gramática tradicional e a gramática comparada, por exemplo, que, de outro modo, sem essa contextualização histórica, poderiam passar despercebidos.

Neste trabalho, nosso objetivo é investigar o *CLG* em busca dos diferentes sentidos de gramática presentes nele e, em específico, recensear o que se fala sobre 4 tradições gramaticais no livro, a saber: (1) a gramática comparada; (2) a gramática histórica; (3) a gramática geral; e por fim, (4) a gramática tradicional. O presente trabalho busca compilar passagens que tratam dessas gramáticas ao longo do *CLG*, a fim de esboçar um panorama geral sobre o que se diz de cada uma delas no livro, como são apresentadas e representadas nele. Para isso, tratamos, primeiramente, de revisar brevemente a história da linguística durante os séculos XIX e XX, fornecendo, assim, uma sucinta base introdutória à história dessa ciência nos momentos mais próximos à publicação do livro, para que alunos pouco familiarizados com a historiografia dessa

área possam melhor aproveitar as exposições posteriores do trabalho, acerca das gramáticas no *CLG*, e explorá-lo individualmente através dessa perspectiva histórica.

O trabalho está dividido, portanto, em 3 capítulos: o capítulo 1, intitulado *Breve revisão da história da linguística nos séculos XIX e XX*, é composto de 3 seções. Nesse capítulo inicial, o objetivo geral é oferecer ao leitor uma breve contextualização histórica sobre os séculos XIX e XX que serve a dois propósitos, a saber, em primeiro lugar, historiciza o *CLG*, proporcionando para o aluno que o lê pela primeira vez e que não é familiarizado com a historiografia da linguística uma introdução nessa área, a fim de incrementar a leitura do livro em questão com uma perspectiva histórica que o situa num momento histórico-epistemológico a ser levado em consideração. Em segundo lugar, o capítulo também fornece informações e panoramas gerais que ajudam a situar e compreender as representações acerca das 4 gramáticas mencionadas no *CLG* e estudadas neste trabalho.

Na seção 1.1, tentamos trazer algumas obras e autores importantes para a historiografia da linguística do século XIX (e também, secundariamente, do início do século XX) e observar como tal período é apresentado nelas usualmente. Iniciamos por Pedersen e sua história da linguística, de 1924, para esboçar a representação usual desse momento histórico na linguística. Em seguida, trazemos as reflexões críticas de Hoenigswald e Koerner acerca do trabalho historiográfico de Pedersen e, também, de modo mais abrangente, acerca da historiografia da linguística do século XIX e da representação desse período que se tornou canônica. Outros trabalhos sobre o mesmo período e considerados de significativa importância para a constituição dessa representação, como os de Benfey e Delbrück, também são citados. Vemos como a gramática comparada ganha grande destaque na historiografia dessa época e tentamos explorar algumas das razões pelas quais isso ocorre, bem como possíveis consequências do domínio aparente dessa tradição de estudos nas obras que apresentam a história da linguística nesse período. Essa seção prepara o caminho para a análise da revisão histórica da linguística oferecida pelo próprio *CLG*, a ser revisitada na próxima seção.

Na seção 1.2, o foco é a revisão que o *CLG* oferece, em sua Introdução, sobre a história da linguística. Não há a pretensão de estendê-la exaustivamente, mas sim agregar a ela informações e analisá-la de modo a relativizar ou complementar as apresentações das diferentes tradições de estudo encontradas nela, bem como algumas relações traçadas entre tais tradições. Busca-se, portanto, pistas sobre os papéis diversos que são assinalados a diferentes escolas e gramáticas ao longo do livro, já que muitos

desses papéis já se anunciam na Introdução da obra. Tenta-se oferecer mais informações acerca das tradições de estudo sobre as quais o *CLG* não se alonga, como a gramática tradicional, por exemplo, mas que são relevantes para o presente trabalho. Quanto à gramática comparada, abordada no livro de maneira mais aprofundada, busca-se analisar o modo como ela é apresentada, o porquê de seu grande destaque e os elementos que influenciaram a construção de tal exposição. Busca-se, enfim, apresentar, expandir e, acima de tudo, compreender a revisão histórica da linguística oferecida pelo *CLG*.

Na seção 1.3, são centrais o fim do século XIX e o início do século XX. Procura-se mostrar a agitação intelectual nesses períodos para as ciências humanas em geral e principalmente para a linguística, com o surgimento de novos paradigmas e novas linhas de estudos, como a linguística geral. Apontamos aspectos da época como a gradual mudança de status da gramática comparada, a preocupação presente nesse período com a cientificidade da linguística e seu estabelecimento enquanto ciência, assim como as diferentes concepções de cientificidade que são adotadas nesse processo. Nessa seção, podemos ver novamente como o *CLG*, produto desse momento histórico-epistemológico, reflete, muitas vezes, várias concepções e processos característicos dele, servindo de testemunho de sua época.

No capítulo 2, intitulado *Conceitos de gramática no CLG*, definimos que gramáticas são o foco do capítulo 3, bem como por que e como foram escolhidas. Também distinguimos, nesse capítulo, as gramáticas a serem analisadas no presente trabalho e a gramática, baseando-nos numa distinção entre o plural, as gramáticas, e o singular, a gramática. Assim, é possível definirmos nosso campo de interesse como mais centrado nas diferentes escolas gramaticais do que no conceito, mais abrangente, de gramática de uma língua.

Por fim, no capítulo 3, chamado *As gramáticas no CLG*, buscamos apresentar as informações compiladas no *CLG* acerca das gramáticas selecionadas como foco do trabalho. O capítulo está, assim, dividido em 4 seções: a seção 3.1 trata da gramática comparada; a seção 3.2, da gramática histórica; a seção 3.3 se foca na gramática geral; a seção 3.4 trata da gramática tradicional. Na seção 3.1, falamos sobre a tradição gramatical que recebe mais atenção ao longo do *CLG*, portanto, nela apresentamos boa quantidade de informações e passagens retiradas do livro que ajudam a esboçar um panorama geral de como tal escola é representada nele. Vemos que, apesar de muito criticada, ela também ganha papel de destaque no livro, assim, tentamos analisar a

natureza de tais críticas e o porquê do destaque que recebe. Já na seção 3.2, o foco não é em uma tradição de estudos, como se poderia pensar pelo título, mas sim a busca de uma definição para o termo “gramática histórica” no *CLG*. Vemos, nessa seção, que, ao longo do livro, há discussões acerca do sentido de tal termo, sobre o que ele normalmente significa e os problemas de utilizá-lo em determinados contextos. Portanto, tenta-se compilar passagens que deixem entrever as reflexões sobre o termo “gramática histórica” no *CLG* para, então, compreender as críticas quanto ao seu uso e os esclarecimentos feitos quanto a ele. Na seção 3.3, sobre gramática geral, busca-se demonstrar que tal tradição de estudos aparece em momentos importantes ao longo do *CLG*, muitas vezes sendo criticada, mas também em tom elogioso, às vezes, e que, ainda que outras tradições, como a da gramática comparada, sejam mais proeminentes no livro, a gramática geral também é analisada criticamente nele. Vemos, nessa seção, que essa tradição também se relaciona por outras vias, indiretas, com o *CLG* e com o pensamento saussureano, nos quais podem-se identificar conceitos e noções que são legado dessa escola anterior. Por fim, na seção 3.4, é sobre a gramática tradicional que nos concentramos. Vemos que, mesmo que não esteja explícito à primeira leitura, essa tradição de estudos primordial para a linguística ocupa um lugar importante no *CLG*, sendo discutida e reavaliada criticamente, em especial seus termos e concepções sobre a língua. Nessa seção, podemos observar a análise que o *CLG* propõe acerca dos conceitos e ideias herdados dessa tradição e de como eles eram utilizados pelos linguistas, muitas vezes sendo naturalizados, ganhando, portanto, status de verdade absoluta. Também podemos notar, a partir da compilação de passagens acerca dessa gramática encontradas no livro, que há no *CLG* uma proposta de reestruturação das bases da gramática, partindo das noções de relação sintagmática e de relação associativa.

Entre as gramáticas do capítulo 3, portanto, temos aquelas que ganham mais destaque ao longo do livro, o que podemos concluir até mesmo pelo número de passagens que as citam, e aquelas que têm presença menor nele. Todas, no entanto, são importantes na medida em que recebem espaço para terem aspectos seus avaliados, submetidos a reflexões, ainda que não detalhadas ou longas, e na medida em que são encaradas como passos na história da linguística, com elementos reconhecidamente importantes para o progresso dessa ciência. O *CLG* abre e guarda, portanto, espaços para a discussão de todas essas tradições, algumas das quais são pouco debatidas na linguística contemporânea, enquanto outras estão ainda bastante presentes,

explicitamente ou não, nos estudos linguísticos atuais. Apesar da presença de todas essas tradições assinaladas nele, se fala relativamente pouco sobre os papéis que elas desempenham no *CLG*. Este trabalho está, então, em busca de uma compilação introdutória do que se diz sobre essas gramáticas nesse livro de grande valor para a linguística.

1 BREVE HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA NOS SÉCULOS XIX E XX

Começamos este capítulo esclarecendo que ele não pretende ser uma contextualização histórica exclusivamente sobre o *CLG*. Apesar dessa declaração parecer contraditória, dado o enfoque principal deste trabalho, ela não o é. O que se quer dizer com ela é que este capítulo é importante para este trabalho como um todo, pois servirá como uma base sobre a qual se poderão construir as análises de seu terceiro capítulo. Nele, são abordadas as gramáticas mapeadas no *CLG* e definidas como nossos objetos de investigação. Dessa maneira, é possível para o leitor que não é familiarizado com a história da linguística compreender melhor certas relações entre diferentes tradições de estudos, como de aproximação ou de ruptura, que se apresentam no *CLG*.

Para que ele possa desempenhar esse papel de fundação sólida para as análises deste trabalho, o capítulo precisa focar-se em um contexto histórico mais amplo do que apenas o início do século XX, momento da publicação do *CLG*. É preciso dar mais passos para trás para que se possa enxergar com maior clareza o amplo panorama do desenvolvimento dos estudos da linguagem e da linguística no século XIX, época em que essa ciência está em plena ebulição. Com certeza, se houvesse espaço para tal empreitada neste trabalho, seria de muita utilidade remontar a épocas ainda anteriores para melhor compreender as circunstâncias que levaram o *CLG*, centro deste trabalho, a ser o que ele veio, de fato, a ser – um livro marcante para a linguística e testemunho histórico de seu tempo. Porém, por uma delimitação mais enxuta, decidiu-se focar a contextualização histórica no século XIX, apontado por muitos historiadores da linguística e pela própria revisão histórica do *CLG*, como veremos, como um dos mais importantes momentos para a ciência linguística. Um momento de descobertas, de desenvolvimentos consideráveis e de, como normalmente se afirma, progressos muito frutíferos. Também tem espaço o século XX, principalmente até sua metade, pois é interessante comentar sobre os períodos próximos, anteriores e posteriores, à publicação do *CLG*.

Sendo assim, ainda que este capítulo exista para ajudar a fundamentar as análises deste trabalho sobre as diferentes gramáticas no *CLG*, reiteramos que nem todos os dados que são apresentados aqui são diretamente referentes ao *CLG*, a Saussure ou aos editores do livro, mas sim referentes, de modo mais amplo, aos momentos históricos que circundam a publicação da obra. É relevante considerarmos que diferentes momentos de desenvolvimento da ciência linguística podem ter se sucedido ou

coexistido temporalmente, mas que as forças que regulam as relações entre eles não necessariamente agem de modo linear e nem direto, isto é, há sobreposições e entrecruzamentos em jogo. Dessa maneira, tenta-se traçar conexões entre os desenvolvimentos das diferentes tradições linguísticas e o *CLG*, mas isso pode vir, por exemplo, sob a forma de um comentário a respeito da linguística geral, e não explicitamente a respeito do *CLG*, não deixando de ter validade para os objetivos deste trabalho.

Para que se possa esboçar o panorama histórico geral dos séculos XIX e XX, ou seja, dos momentos que circundam de maneira mais próxima o *CLG*, organizou-se este capítulo da seguinte forma: há 3 seções, sendo a primeira dedicada a dar uma visão geral do que se vinha fazendo nos estudos linguísticos no século XIX; a segunda dedicada a apresentar a revisão histórica da linguística oferecida pelo próprio *CLG* e esmiuçá-la, de modo a melhor compreender como as diferentes correntes de estudos linguísticos são encaradas e apresentadas no livro; e a terceira dedicada a oferecer uma visão geral do início até a metade do século XX, momento que pode ser revisitado já com a presença ou recepção do *CLG*. Mais informações sobre a organização das seções específicas podem ser encontradas no início de cada uma delas.

Neste capítulo, adicionalmente, temos de fazer uma importante distinção, aquela entre o que é referente a Saussure, de maneira mais direta, e aquilo que é referente ao *CLG* e aos seus editores. O *CLG*, como obra, foi lançado em 1916, ou seja, apenas 3 anos após a morte de Saussure, em 1913. Charles Bally e Albert Sechehaye, editores do livro, coletaram material escrito, como cadernos de aula, de alunos dos 3 cursos de linguística geral que Saussure ministrou na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911 e redigiram e organizaram o que ficou para a história da linguística como uma de suas obras canônicas. É importante lembrar que nem Bally nem Sechehaye estavam matriculados em nenhum dos 3 cursos ministrados pelo mestre genebrino, tendo se baseado, portanto, majoritariamente em anotações de aula e cadernos dos cursos dos alunos que presenciaram um ou alguns deles.

Tendo isso em mente, fica claro que tanto a edição quanto a leitura do *CLG* estão ligadas e remetem às ideias saussureanas, ainda que indiretamente, mas que, igualmente, devem carregar também ecos das concepções dos editores acerca dessas mesmas ideias, dos conceitos propostos no livro, do projeto de linguística que se esboça nele etc. Para os propósitos deste capítulo, é de suma importância manter um olhar atento para esse aspecto do *CLG*, visto que nesta contextualização histórica que

queremos construir vamos buscar informações na própria revisão histórica oferecida no livro, encontrada na Introdução, capítulo 1, chamado “Visão Geral da História da Linguística”. Nele, são citados alguns autores e trabalhos que vinham sendo feitos à época do lançamento do livro, ou mesmo anteriores a ele, mas considerados relevantes no progresso dos estudos da linguagem e da ciência linguística. Nessa revisão oferecida no livro, que traça um caminho da história dos estudos da linguagem até a linguística - pois esses termos parecem carregar concepções diferentes nesse capítulo e esse parece ser um caminho mais ou menos linear, de acordo com tal revisão histórica-, dos gregos aos neogramáticos, não se pode afirmar com certeza o que deve ser creditado como elaborado e organizado pelos editores, pelos alunos de Saussure ou por Saussure.

Uma verificação quanto aos dados históricos que formam o conteúdo dessa revisão poderia ser feita, levando em consideração os cursos reconstituídos (KOMATSU e HARRIS, 1993; KOMATSU e WOLF, 1996; KOMATSU e WOLF, 1997), no entanto, essa não é nossa intenção aqui e, de qualquer modo, trabalhamos com o *CLG* enquanto texto, texto esse em que decisões editoriais que vão além da inclusão ou não de dados têm interferência, como aquelas que definem a importância e o papel que uma ou outra tradição de estudos ou autor tem ou desempenha no capítulo de revisão histórica do livro. São essas decisões mais difíceis de comprovar e de assinalar, por serem mais sutis, que tornam perigoso afirmar o que é influenciado pela visão dos editores ou mesmo alunos de Saussure e o que é o pensamento do linguista genebrino em forma “fiel”. Sendo assim, é imprescindível lembrar-mo-nos a todo momento que essa revisão histórica que serve de base para a contextualização feita neste capítulo (em especial na segunda seção dele) pode conter críticas ou tecer relações entre os diversos âmbitos dos estudos da linguagem e da linguística e seus respectivos métodos que não podem ser colocados com absoluta certeza na conta do linguista de Genebra. Além disso, elas podem refletir em parte a visão daqueles que organizaram e editaram o *CLG* acerca do contexto histórico dele e da linguística naquele momento. O presente trabalho reconhece e frisa isso por perceber que não o fazer poderia acarretar uma visão deturpada e ingênua do que se apresenta ao leitor no livro em questão, bem como de que perguntas se pode fazer a ele ou o que se pode esperar ao ler o mesmo.

Voltando à distinção da qual falávamos, é importante deixar claro como organizamos o que se refere mais diretamente ao *CLG*, nosso foco principal, e o que está ligado mais diretamente a Saussure e que pode esporadicamente ser citado ao longo deste trabalho. Tendo-se chegado à conclusão de que não seria nem possível nem

desejável “escapar” de citar informações sobre a vida e obra de Saussure neste capítulo, mas estando-se determinados a manter o foco dele naquilo que é referente mais própria ou diretamente ao *CLG*, como obra, tomou-se a decisão de fazer uma divisão mais visual entre esses dois âmbitos, optando-se por usar notas de rodapé para tudo que considerarmos estritamente relevante em referência a Saussure. Como se pode imaginar, porém, devido à natureza complexa e por vezes incerta do *CLG* no que diz respeito ao que pode ser creditado com segurança a Saussure e o que não necessariamente foi produto das aulas e da mente do linguista, algumas vezes os âmbitos podem se confundir, misturar-se. Assim, não é nossa pretensão ser juízes perfeitos daquilo que não só não se pode saber ao certo como também não é de fundamental importância para este trabalho, ou seja, não se promete aqui, pois não é possível nem necessário fazê-lo, separar nitidamente aquilo que pertence ou refere-se a Saussure e aquilo que é do *CLG*. Se trata de manter uma separação entre esses dois âmbitos principalmente nos casos em que eles se apresentam mais claramente, como quando fala-se dos mestres e colegas de Saussure e das possíveis consequências de suas ideias nos trabalhos do linguista, e quando fala-se do ano ou da época em que o *CLG* foi lançado, após a morte dele. Também fazemos essa distinção, por mais que não desejemos que ela seja tomada estritamente, pois se considera importante reconhecer que, quando se trata do *CLG*, mergulha-se numa realidade intrincada, mas formada de mais do que apenas uma voz, sendo perpassada por todos os debates linguísticos dos séculos anteriores e talvez mais acentuadamente dos séculos XVIII, XIX e do começo do século XX.

1.1 VISÃO GERAL DO SÉCULO XIX

Esta seção procura fazer uma reflexão sobre a história da linguística durante o século XIX, pois é essencial começar por entender melhor o que vinha sendo feito na linguística e nos estudos da linguagem no século anterior à publicação do *CLG*. Para isso, citamos autores que produziram obras importantes sobre o assunto e que, como veremos, influenciaram o modo como tal período foi apresentado e descrito por muitos anos. Um desses autores é Holger Pedersen (1867 – 1953), que escreveu sua obra sobre a história da linguística desse período já no século XX. Além dele, também mencionamos outros autores influentes nessa área, como Theodor Benfey (1809 – 1881) e Berthold Delbrück (1842 – 1922), ambos com obras reconhecidas no âmbito da história da linguística do século XIX, porém escritas ainda em tal século. Trazemos

também nesta seção as visões de Henry Hoenigswald e Konrad Koerner, linguistas e historiadores da linguística contemporâneos. Esses dois pesquisadores oferecem uma visão crítica acerca da representação usual do século XIX, influenciada pelos três historiadores que citamos inicialmente.

Pedersen, renomado linguista dinamarquês que escreveu, ao longo de sua vida, muitos trabalhos sobre diversas línguas, mas que também se dedicou a investigar a história da linguística, nos ajuda nesse início de capítulo. Ele foi um dos linguistas dos séculos XIX e XX mais interessados em e dedicados a estudar a história de sua disciplina, sendo um de seus mais famosos e relevantes trabalhos em historiografia da linguística aquele chamado *Sprogvidenskaben i det nittende Aarhundrede*, de 1924 e traduzido para o inglês em 1931, na ocasião publicado como *Linguistic Science in the Nineteenth Century: Methods and Results*, e relançado em 1959 como *The Discovery of Language: Linguistic Science in the Nineteenth Century*. Nesse trabalho extensivo, o autor procura dar uma visão geral do que vinha sendo feito nos estudos da linguagem e na linguística durante o século XIX, partindo de uma breve revisão da Idade Média até o século XVIII, e chegando a uma profunda revisão do que estava em voga durante todo o século seguinte. Apesar de o livro ser dividido entre os estudos e o papel dos trabalhos em diferentes famílias linguísticas, das indoeuropeias às não indoeuropeias, no presente trabalho é mais interessante colocar o foco sobre dois capítulos específicos, a saber, o quarto, *The continued study of the classical languages*, e o sétimo, *The methods of comparative linguistics*. Escolhemos estes dois, pois neles encontram-se comentários interessantes sobre o cenário da linguística européia num momento crucial, em que muitos dos linguistas que haviam “descoberto” o sânscrito como importante testemunho para o desenvolvimento dos estudos sobre o indoeuropeu retornam à Europa com uma renovada bagagem de conhecimentos. Esse retorno proporciona um encontro e gera, por vezes, tensão entre esses novos “sancritistas” e aqueles linguistas e filólogos que continuamente se debruçavam sobre as línguas clássicas, o grego e o latim (PEDERSEN, 1962, p. 77). O livro oferece um panorama, também, do início organizado da gramática ou linguística comparada, que, no *CLG*, aparece como um primeiro momento da linguística “propriamente dita”, como encontramos no capítulo 1 da Introdução, onde se lê:

A Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e germânicas. Os estudos românicos, inaugurados por Diez – sua *Gramática das Línguas Românicas* data de 1836-1838-, contribuíram

particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto. (SAUSSURE, 2006, p. 11)

Pode-se ver na passagem que os estudos comparatistas são destacados no *CLG*, sendo considerados o ponto inicial daquilo que seria a linguística moderna. Porém, é necessário compreender tal lugar de destaque dado a essa disciplina a partir de um ponto de vista situado historicamente e é aqui que Pedersen traz sua contribuição.

No capítulo VII, Pedersen revisa o início da linguística comparada, investigando os fatores históricos que permitiram, segundo ele, aos estudos filológicos progredirem. Escreve ele:

It was the establishment of this fundamental principle in method which pulled etymological scholarship out of the bog where it had stuck fast since classical times, and rendered the existence of comparative linguistics possible. (PEDERSEN, 1962, p. 240)¹

O autor faz referência a dois momentos elementares nessa caminhada para longe da estagnação das antigas tradições e em direção à linguística comparativa. De início, os primeiros a ingressarem nos estudos comparatistas, ainda no início do século XIX, não tinham um método comum para o tratamento do som nas línguas estudadas, sendo os métodos usados variados e muitas vezes, pensa ele, aleatórios. Segundo o autor, porém, esse fator explicava apenas parcialmente os problemas da nova disciplina, faltando ainda descobrir qual seria sua raiz. Logo se concluiria que a origem das dificuldades era a falta de um método mais sólido no qual basear as ligações entre línguas que se pretendiam aparentadas. Esse método se constituiu na forma do estabelecimento das concordâncias nos sistemas flexionais de tais línguas. O sistema flexional compartilhado, então, foi tomado por critério para a definição de relação entre as línguas. É nesse momento que surge o que Pedersen chama de princípio fundamental que teria, segundo ele, costurado a ciência linguística no século XIX – o método da linguística comparada (PEDERSEN, 1962, p. 240).

O autor deixa claro, no entanto, que tal desenvolvimento não teria sido possível sem o trabalho feito pelos filólogos já no século XVIII, de coleta e organização de dados de línguas das mais diversas famílias. Pedersen sugere, porém, que faltava a eles uma visão mais clara do que fazer ou de como tratar todo o material reunido por eles. Ele coloca, assim, como vimos no excerto acima, a linguística comparada numa

¹“Foi o estabelecimento desse princípio fundamental no método que tirou a pesquisa etimológica do pântano em que estava firmemente presa desde a época clássica e tornou possível a existência da linguística comparada” (tradução livre)

sucessão não apenas cronológica, mas também de progresso em relação aos estudos filológicos. Esse modo de encarar o desenvolvimento dos estudos da linguagem e da linguística como ciência no livro de Pedersen, originalmente publicado em 1924, merece atenção, já que uma visão similar do mesmo desenvolvimento é encontrada na revisão histórica oferecida pelo *CLG*. Dessa maneira, a obra de Pedersen ajuda bastante a compreender o papel relegado aos estudos filológicos no *CLG* e o papel que ocupam determinadas gramáticas/escolas, como a comparatista, no mesmo.

Sobre o desenvolvimento da linguística comparada, Pedersen traz ainda uma discussão que merece destaque sobre o papel do indoeuropeu nesse processo, visto que por boa parte dos séculos XIX e XX os estudos acerca do indoeuropeu tiveram grande importância e eram tópicos certos nos grandes centros de pesquisa linguística, como Leipzig e Berlim. Pedersen afirma ser por uma conjuntura interessante de motivos que foi o indoeuropeu, e não, por exemplo, as línguas da família fino-úgrica ou as da família semítica, o campo fértil onde proliferaram muitos estudos da nascente linguística comparada. Sobre a família fino-úgrica, uma das primeiras famílias de línguas a ser explorada através do princípio fundamental referente ao sistema flexional, por Gyármathi, já no século XVIII, Pedersen afirma que ela não poderia ter servido de campo para os primeiros passos da nova disciplina linguística, pois havia uma falta significativa de documentos e materiais para estudo, além das línguas serem muito distantemente aparentadas. Sobre a família semítica, Pedersen nota que, apesar da abundância de documentos e materiais para investigação, as línguas não eram faladas em nenhum dos países que concentravam a maior parte dos estudos linguísticos à época (PEDERSEN, 1962, p. 241). O indoeuropeu surge, portanto, como uma família capaz de proporcionar uma base ampla e sólida para o desenvolvimento da linguística comparada, pois ela oferecia uma amplidão de línguas cujas ligações eram profundas, mas não irreconhecíveis, disseminadas e presentes nos países em que os estudos linguísticos estavam em pleno desenvolvimento (PEDERSEN, 1962, p. 241-242)².

É a partir dos trabalhos em gramática comparada de Bopp e Rask, mais especificamente aqueles em que eles mostraram a relação entre as línguas mais distantes umas das outras em indoeuropeu (BOPP, 1816 e RASK, 1814), que, segundo Pedersen, pode-se falar do início da linguística moderna (PEDERSEN, 1962, p. 241). Meier-

² Saussure esteve também muito envolvido com os estudos do indo-europeu, tendo produzido alguns trabalhos nessa área, inclusive seu conhecido *Mémoire sur le système primitif des voyelles indo-européennes*, de 1878, além de outros artigos, como é possível ver em JOSEPH, 2012, p. 749-751.

Brügger (2003, página 9) se refere a uma entrada na Große Knauer (1967) que também lista ambos, Rask e Bopp, além de Grimm, como os fundadores da linguística do indoeuropeu. É interessante perceber que esse ramo dos estudos da linguística e da gramática comparada, à qual Pedersen e outros, incluindo aí o *CLG*, conferem papel de central importância no desenvolvimento da linguística moderna, teve e tem tamanha importância e estofamento que foi considerado uma disciplina à parte, com direito a sua própria historiografia (para saber mais sobre essa área de estudos ver MEIER-BRÜGGER, 2003).

A abundância de interesse e de produções da disciplina nascente, a linguística ou gramática comparada, é tamanha ao longo de seu desenvolvimento, desde o começo do século XIX, que Pedersen, em sua revisão sobre a época, decide dividir sua análise dela em períodos. O autor define dois períodos, baseado em uma mudança de método ou, melhor dizendo, num aumento da clareza de método utilizado nos trabalhos. No primeiro período, figuram estudiosos como Rask, Schleicher, Bopp, Grimm, entre outros, e o método recorrente era aquele que dedicava sua atenção ao significado das formas gramaticais como base para as comparações feitas, passando, em seguida, a usar as leis dos sons para tratar das relações entre as línguas. Pedersen critica duramente, no entanto, a falta de rigidez dos métodos utilizados e algumas das concepções acerca da própria noção de língua e de linguística de alguns dos primeiros estudiosos da disciplina, colocando alguns dos erros cometidos por eles na conta da pouca idade da mesma e de seu curto tempo de desenvolvimento, à época. Antes de vermos o segundo período definido por Pedersen, no entanto, é interessante fazer uma breve pausa para analisar um excerto no qual o autor faz uma crítica peculiar a Schleicher e a seu *Compendium* (1861/1862):

In this period no one attained any clear idea of the life and development of language. Scholars indulged in figures of speech which were finally taken seriously. In all seriousness Schleicher conceives of language as an organism, and reckons linguistics as one of the natural sciences. Schleicher even maintained that the evolution of language took place only in prehistoric times, while historical times have known only linguistic decay. (PEDERSEN, 1962, p. 242)³

³ “Nesse período ninguém alcançou qualquer ideia clara da vida e desenvolvimento da linguagem. Pesquisadores se deixavam levar por figuras de discurso que acabavam sendo levadas a sério. Schleicher concebe, com toda a seriedade, a linguagem como um organismo e reconhece a linguística como uma das ciências naturais. Schleicher até mesmo sustentava que a evolução da linguagem ocorreu apenas em tempos pré-históricos, enquanto o tempo histórico apenas conheceu degradação linguística.” (tradução livre)

A passagem é pertinente, pois toca num ponto relevante para essa primeira parte do presente capítulo, que tenta dar um panorama geral do se estava fazendo de mais relevante no século XIX na área da linguística, e como estava sendo vista ou definida a própria ciência linguística pelos contemporâneos da época. Vemos pelo excerto que Schleicher, que consta na revisão histórica encontrada no *CLG*, e que Pedersen considera como um dos mais importantes linguistas do primeiro período da gramática comparada definido por ele, considerava, à época, a língua como organismo vivo, colocando a linguística lado a lado com as ciências naturais, visão ligada às ideias de um darwinismo vulgarizado, algo então recorrente. Tal visão talvez não fosse inesperada ou surpreendente, considerando o momento histórico, mas soava a Pedersen, escrevendo em 1924, perfeitamente absurda, como deveria também soar aos editores do *CLG* quando de sua escrita, e talvez mesmo a Saussure, mas a isso voltaremos mais tarde, na seção 1.2 deste capítulo, quando analisarmos a revisão histórica oferecida pelo *CLG*.

O segundo período definido por Pedersen do desenvolvimento da linguística ou gramática comparada no século XIX tem início em 1870. Ele é caracterizado por uma mudança bastante significativa no método usado para constatar ou investigar relações entre línguas, ou, melhor dizendo, uma mudança nos parâmetros utilizados para embasar afirmações acerca das relações entre as línguas. Ao passo que no primeiro período os fatores decisivos ou principais eram as similaridades em termos de significado das formas gramaticais ou das leis de sons, no período seguinte, outros elementos entram jogo e passam a ser determinantes, como a sintaxe, o vocabulário, a fonética, e, muito importante, as correspondências etimológicas passam a ser centrais para comprovar possíveis relações entre as línguas (PEDERSEN, 1962, p. 243-247). Algumas categorias herdadas da gramática tradicional, ou seja, utilizadas nos estudos da linguagem já há tempos, ganham destaque, portanto, e se tornam essenciais para a – já não tão nova – disciplina da gramática comparada, já que essa estava, então, entrando no seu segundo período. Interessante prestar atenção ao fato de que é a mudança nos métodos de comparação, que agora incluíam mais essencialmente tais categorias, que marca o progresso e fortalecimento da disciplina da gramática comparada, frequentemente considerada marco de início da linguística moderna, como vemos em Pedersen, no *CLG* e em outros autores ainda. É importante também notar que, se num primeiro momento eram as línguas clássicas ou antigas como grego, latim e sânscrito que tinham os holofotes para si, nesse segundo período, segundo a delimitação de

Pedersen, as línguas modernas passam a ter espaço crescente nos estudos da linguística comparada, o que leva os pesquisadores a se interessarem cada vez mais pela investigação metódica da evolução das línguas.

Neste primeiro momento do capítulo 1 deste trabalho, vimos uma breve revisão do que vinha sendo feito em termos de estudos linguísticos no século XIX, centrando nossa atenção nos primeiros passos do desenvolvimento da gramática ou linguística comparada. Essa disciplina, ao mesmo tempo, nutriu-se dos estudos filológicos do século XVIII e XIX e emancipou-se deles, criando seu próprio e amplo espaço desde o início do século aqui em questão, desenvolvendo-se rapidamente, tornando-se muito frutífera e influente desde então. A atenção dada a tal disciplina neste começo de revisão geral do século XIX em grande parte justifica-se, também, pelo papel que lhe é consagrado recorrentemente em trabalhos de história e historiografia da linguística, aquele de momento inicial da linguística moderna. É indubitável que dentro de uma extensão de tempo tão grande quanto um século (e especialmente sendo este século o XIX, com seus anos de grande agitação e progressos de valor significativo no meio linguístico), em qualquer disciplina, mas falando-se particularmente da linguística, não se pode crer que apenas uma linha de estudos ou desenvolvimentos existiu ou mesmo teve destaque e foi produtiva; seria ingênuo acreditar nisso.

Assim como as mudanças de sons na língua não se sucedem drasticamente, com cortes claros, visíveis e bem delimitados no tempo, sem que as formas concorrentes coexistam por certos períodos, assim também é certo que, por mais que nas histórias da linguística estejamos acostumados a ver as passagens e reviravoltas de progresso de uma disciplina à outra sendo apresentadas numa sucessão mais ou menos clara, bem delimitadas com marcos de passagem, não é aconselhável levar muito ao pé da letra tal modo de reconstruir o passado da ciência linguística. Certamente, é mais crítico, ainda que talvez menos didático, manter em mente que as diferentes disciplinas dentro dos estudos da linguagem, e mesmo diferentes métodos no interior de cada uma delas, coexistiam e respondiam por determinadas parcelas de progresso dentro de seus respectivos âmbitos. Sendo assim, mesmo que, por vezes, alguma disciplina ou método tenha ganhado destaque e se sobressaído em certo momento histórico, é necessário não maximizar seu domínio ou minimizar a existência de todas as outras disciplinas, métodos ou linhas de estudo que, no mesmo momento, eram desenvolvidos. Além disso, é também importante pensar que a distância histórica é o elemento que, normalmente, permite criar tal ideia de destaque e proeminência a respeito de certas

áreas de estudos, visto que, no momento presente de qualquer processo de desenvolvimento usualmente não se cria ou se percebe com tamanha clareza e definição tais divisões. É a possibilidade de retroativamente analisar tais desenvolvimentos que favorece a distinção de, por exemplo, disciplinas mais ou menos produtivas e/ou relevantes a partir dos acontecimentos históricos posteriores a elas. Pensando nisso, vale também usar esta parte do capítulo 1 para pensar sobre uma ou outra crítica acerca da revisão que Pedersen fez em 1924, cuja publicação de 1962 utilizamos aqui em nossa própria contextualização histórica, para que possamos a ela unir mais informações acerca do século XIX e tornar esta seção mais completa, antes de passarmos à segunda seção deste capítulo.

Uma primeira crítica instigante feita não apenas a Pedersen, mas, de modo mais geral, às reconstruções da história da linguística, é aquela de Hoenigswald em artigo de 1986, chamado *Nineteenth Century Linguistics on Itself*. Nele, o autor propõe uma complexa reflexão acerca das histórias da linguística como estamos acostumados a encontrá-las e sobre algumas características específicas das historiografias da linguística durante o século XIX. Ele começa seu texto trazendo uma crítica anterior sobre o assunto, de Aarsleff, que pode igualmente nos ajudar aqui a relativizar o próprio material que usamos ou, pelo menos, a lembrar-nos da importância de manter uma visão crítica e cautelosa dele. Na primeira página do artigo, lê-se:

Aarsleff (1982: 312-16) complains about our inability to get away from inventors, forerunners, and other holders of priority and, in general, from our Whiggishly naive (though not always innocent) apologetic linearities. These, he says, are not history, and he is right. (HOENIGSWALD, 1986, p. 172) ⁴

Apesar de Hoenigswald concordar com Aarsleff, ele propõe problematizar a questão por um viés alternativo, começando por afirmar que é necessário identificar e diferenciar os elementos envolvidos num esforço historiográfico. Ele delimita pelo menos 5 deles, a saber, (1) a língua; (2) a conduta através da qual se aborda a língua, entre as quais se pode incluir a linguística; (3) a discussão sobre a linguística; (4) a história da linguística; e, por fim, (5) a história da discussão sobre a linguística (HOENIGSWALD, 1986, p. 172). Afirma Hoenigswald que tal exercício de delimitação, que pode parecer pedante, tem de ser feito, pois a história da linguística contém alguns exemplos importantes de situações em que tal distinção não foi feita, ou

⁴ “Aarsleff se queixa de nossa incapacidade de nos afastar de inventores, precursores e outros detentores de prioridade e, de maneira geral, de nossas linearidades ingênuas. Essas, ele diz, não são história; e ele tem razão” (tradução livre).

melhor, em que a confusão entre tais elementos ou domínios floresceu. A seguir, o autor afirma também:

In choosing topics, a proper history of linguistics would, we submit, subordinate reflection to execution, philosophizing to problem-finding and problem-solving, and, to use a specific illustration, the ‘theory’ of sound-change to the ways in which practitioners came to identify and treat ‘sound-changes’. Yet, subordination is not suppression. The very relation between the activities of linguists as performed and the ways in which they are discussed is a subject to fascinate anyone who worries about the pitfalls of self-description and who knows that they create an ever-present problem in intellectual history-if for no other reason than that they become influential outside the field. (HOENIGSWALD, 1986, p. 173)⁵

Pode-se pensar que ambos os pontos problemáticos apontados por Hoenigswald – o primeiro sendo a confusão entre os elementos envolvidos nas reconstruções da história da linguística e o segundo a supressão da reflexão em lugar da execução, do filosofar em lugar da descoberta e solução de problemas, ao invés de uma mais natural subordinação dos primeiros aos segundos – colaboram para a compreensão de um ponto crucial das histórias e historiografias da linguística, principalmente as que tratam do século XIX e do início do século XX, a saber, a supressão de outras disciplinas em detrimento da linguística ou gramática comparada, incluindo-se entre elas a linguística geral. É importante perceber que na história, como ela é contada por Pedersen, por exemplo, Humboldt, que seria um autor de seu primeiro período, não ganha qualquer destaque ao lado dos autores influentes tanto do primeiro quanto do segundo períodos por ele definidos da linguística comparada. Isso causa estranhamento, pois, como mostra Hoenigswald, em uma carta de 1822 para Schlegel, Humboldt discorre sobre o papel da gramática na determinação de relação entre línguas, algo que, segundo Pedersen, era inovador e marcante para o período inicial da linguística comparada (anterior a 1870). Ou seja, ainda que Humboldt estivesse atento, já em 1822, sobre os elementos que poderiam servir de base para as comparações entre línguas, assunto que estava então na ordem do dia, ele não recebe qualquer destaque na história escrita por Pedersen. Sobre Humboldt e a relação entre as línguas, encontramos a seguinte passagem no artigo de Hoenigswald:

⁵ “Ao escolher tópicos, uma história da linguística adequada subordinaria, acreditamos, a reflexão à execução, o filosofar à busca e solução de problemas e, para usar uma imagem específica, a ‘teoria’ da mudança dos sons às maneiras com que os praticantes vieram a identificar e tratar as ‘mudanças dos sons’. No entanto, subordinar não é omitir. A própria relação entre atividades dos linguistas como eram realizadas e as maneiras como elas são discutidas é um assunto que fascina qualquer um preocupado com as armadilhas da auto-descrição e que sabe elas criam um problema sempre presente na história intelectual – se por nenhuma outra razão, pelo fato de que elas se tornam influentes fora do campo” (tradução livre).

When it comes to grammatical structure, says Humboldt, one must distinguish (1) that which rests exclusively on ideas and concepts and can be discussed perfectly well without reference to a single sound of the language (e.g. whether the language has verbs proper or is built in such a way as to allow any word to function as a verb), (2) the nature of the devices used to denote such grammatical distinctions as are provided for (e.g. affixes, alternations, reduplication), and (3) the ‘real sounds’ of the grammatical elements (e.g. the negative *a-* in Sanskrit and in Greek). His conclusion is remarkable: the last-named criterion (3), he says, is the most probative in deciding for (or against) relationship (...). (HOENIGSWALD, 1986, p. 175)⁶

Dessa maneira, não seria infundado crer que as reflexões mais gerais de Humboldt sobre a língua, perceptíveis mesmo nas explicações acerca do método ou fundamentos a serem utilizados nas comparações entre línguas a fim de comprovar relações entre elas, tenham o mantido de fora ou como um coadjuvante, quase invisível, em muitas revisões históricas do século XIX, como a de Pedersen e a do próprio *CLG*. É um dado interessante também o de que Pedersen chega a mencionar Saussure em sua obra de 1924, mas faz menção somente ao *Mémoire* (1879) e a alguns outros trabalhos sobre o indoeuropeu, mas em momento algum cita o *CLG* (1916). Desse modo, parece começar a ficar claro que as revisões ou reconstruções da história da linguística, tão importantes para este trabalho, podem conter certas questões escondidas – ou até nem tão escondidas –, mas que certamente podem passar despercebidas vez ou outra. Os casos mencionados aqui de supressões, não incomuns, nessas histórias nos servem duplamente, não apenas porque certamente é de nosso interesse averiguar o lugar dado à linguística geral em tais obras, mas também porque nos alerta para a importância de uma leitura cautelosa das mesmas. As revisões históricas feitas ainda durante o século XIX ou o início do século XX certamente têm seu apelo, pois nos dão um relato desse momento histórico feito por investigadores que o vivenciaram, mas, como foi dito mais acima, a distância histórica também têm suas vantagens, pois permite visitar aqueles períodos de maneira mais crítica ou simplesmente de um ponto de vista diferente. É por isso que, ainda neste capítulo, quando estivermos, na segunda seção dele, dando especial atenção à revisão histórica do *CLG*, trataremos informações de historiadores atuais da linguística, a fim de tornamos essa contextualização mais rica de perspectivas.

⁶ “Quando se trata de estrutura gramatical, diz Humboldt, deve-se distinguir (1) aquilo que se sustenta exclusivamente sobre ideias e conceitos e pode ser discutido perfeitamente bem sem referência a um único som da língua (por exemplo, se a língua tem propriamente verbos ou é construída de tal maneira que permita a qualquer palavra funcionar como verbo), (2) a natureza dos aparatos usados para explicitar tais distinções gramaticais como fornecidas e (3) os ‘sons reais’ dos elementos gramaticais (por exemplo o *a-* negativo em sânscrito e grego). Sua conclusão é notável: o último critério (3), diz ele, é o mais importante na decisão por (ou contra) uma relação [...]” (tradução livre).

Antes de passarmos à segunda seção deste capítulo, trazemos ainda para a discussão acerca das histórias e historiografias da linguística, principalmente aquelas que retomam o século XIX, a problematização de Konrad Koerner, em seu artigo *On unrewriting the history of Linguistics*. Nele, o autor questiona o papel da historiografia linguística, tocando em especial em dois trabalhos de reconstrução da história da linguística no século XIX: o de Theodor Benfey, de 1869, e o de Berthold Delbrück, de 1880. Koerner, assim como Hoenigswald (1986), considera essas 3 obras, a saber, as duas citadas acima e a de Pedersen, de 1924, algumas das revisões históricas mais importantes e influentes da linguística moderna (KOERNER, 1989, p. 4). Ele nota que elas influenciaram e serviram de base a muitos manuais de história da linguística publicados no século XX, antes da chegada de novos manuais de alcance similar, como aquele de R. H. Robins (1967). Tanto a obra de Delbrück (1880) quanto a de Benfey (1869) são relevantes não apenas por serem extensos trabalhos pormenorizados sobre o século XIX, mas também porque foram escritos e publicados ainda no século que descreviam, oferecendo um panorama daquele período de uma posição não necessariamente privilegiada, mas certamente inatingível para os que vieram depois. As palavras de Koerner, no entanto, trazem uma ressalva quanto às tentativas de cada época de escrever sua própria história, sustentando que elas não tendem a dar certo: “I doubt that the result will be history” (KOERNER, 1989, p. 3)⁷. Assim, é interessante lembrar, a respeito de Pedersen, que ele, além de também ter reunido e oferecido grande quantidade de informações sobre o século XIX em sua obra de 1924, é, dos 3 autores/historiadores citados, o único que estava escrevendo sua reconstrução da história da linguística já no século seguinte – inclusive, como é relevante para nós notar, após a publicação do *CLG*, que, como vimos, é solenemente ignorado em seu trabalho, por motivos que já começamos a explorar.

Benfey, autor de uma extensa história da linguística, de mais de 800 páginas, chamada *Geschichte der Sprachwissenschaft* (1869), pode, segundo Koerner (1989), ser considerado um dos mais importantes historiadores da linguística, tendo escrito uma obra que afetaria profundamente o trabalho de outros historiadores que viriam depois dele, incluindo aí Delbrück e o próprio Pedersen – os outros dois pesquisadores que Koerner, bem como Hoenigswald (1986), consideram como os mais relevantes contribuidores para a área em questão. Benfey foi influente a ponto de Koerner

⁷ “Eu duvido que o resultado será história” (tradução livre).

considerar que ambas as histórias da linguística, a de Pedersen (1924) e a de Delbrück (1880), basearam-se em grande medida em sua obra de 1869 e de, ainda segundo Koerner, sua visão, exposta na mesma obra: “have become canonical to the extent of being taken for objective truth” (KOERNER, 1989, p. 6)⁸. Apesar de Koerner, bem como Hoenigswald (1986), atentar para o fato de que as histórias da linguística são influenciadas pela “política linguística” (KOERNER, 1989, p. 7), ou seja, por um conjunto de fatores como o que está em voga em determinado período, quem foi mestre, aluno e colega de quem e em que centro de pesquisa, e pedir cautela quando da leitura de tais reconstruções – principalmente aquelas mais antigas e referentes ao século XIX – ele reconhece a importância e a influência da quantidade de material e pesquisa angariados por estes historiadores da disciplina.

É interessante, porém, reparar em alguns detalhes das obras desses historiadores. Mesmo entre elas, todas escritas em períodos mais ou menos próximos, separadas por pouco mais de meio século, há divergências notáveis. Por exemplo, na obra de Benfey, de 1869, se dedica mais ou menos 40 páginas exclusivamente a Humboldt, mas nas obras de Delbrück, de 1880, e na de Pedersen, de 1924, o mesmo autor não recebe atenção especial (na de Delbrück, recebe apenas uma página própria e na de Pedersen, nem mesmo isso). Visto que as duas últimas obras beberam diretamente da primeira, causa curiosidade tal encurtamento proposital, para ficarmos na afirmação mais superficial, do espaço dado a Humboldt, autor que trilhava um caminho um tanto único em relação àqueles de mais destaque da gramática comparada, com uma teoria mais geral e de cunho filosófico sobre a língua.

Benfey obviamente não escreve sobre Saussure, Delbrück também não, o que é compreensível até mesmo pelo fato de que o *Mémoire* (1878) de Saussure, havia sido recém-lançado. Pedersen, no entanto, classificado por Koerner (1989) como um dos neogramáticos de segunda geração, escrevendo já em 1924, alguns anos após a publicação do *CLG* (1916), causa estranhamento quando não menciona Saussure a não ser por seus trabalhos em indoeuropeu.

Delbrück havia sido aluno, em Berlim, de Hermann Steinthal (1823-189) e, em Halle, de August Friedrich Pott (1802-1887), que era professor de linguística geral desde 1833. Como Delbrück não foi aluno nem de August Schleicher, nem de Georg Curtius, que normalmente recebem o título de pais dos neogramáticos, Koerner vê seu trabalho

⁸ “tornaram-se canônicas ao ponto de serem tomadas por verdades” (tradução livre).

de 1880, principalmente a tradução para o inglês de 1882, como “a propaganda piece for the ‘new’ linguistics” (KOERNER, 1989, p. 6)⁹, sendo que por “nova linguística” podemos entender o movimento, se assim podemos chamá-lo, dos neogramáticos. Koerner enxerga aí, portanto, uma tentativa de Delbrück de se aproximar da tendência de mais destaque no século XIX e início do século XX, mesmo sem ter participado mais diretamente da ebulição em sua origem, em Leipzig, por volta de 1870 em diante.

Koerner chama a atenção para o que ele julga ser uma omissão de Delbrück acerca de Humboldt nas primeiras edições de sua história da linguística, mas traz o interessante dado de que, na quarta edição dela, de 1904, tendo Delbrück a reformulado em algumas partes, ele dedica quase tanto espaço à teoria linguística de Humboldt quanto dedica a Bopp e sua contribuição à gramática comparada (KOERNER, 1989, p. 7). Talvez não seja coincidência, como veremos com mais detalhe na seção 1.3 deste trabalho, que nesse momento, no início do século XX, o cenário dos estudos linguísticos passava por mudanças. A linguística geral estava se formando e as reflexões consideradas mais gerais ou filosóficas sobre a língua já não eram rechaçadas da mesma maneira, com privilégio dos estudos histórico-comparatistas. Koerner vai além e destaca a informação de que, na sexta e última edição da obra de Delbrück, essa de 1919, portanto posterior ao *CLG*, ele adiciona ainda 75 páginas a sua obra e dá, finalmente, destaque à contribuição da sintaxe da *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal aos estudos comparatistas, ao passo que, nas edições anteriores, ele focava sua atenção na contribuição dos sons e das leis dos sons à gramática comparada, sem mencionar outras categorias gramaticais. Koerner levanta a hipótese de que isso talvez tenha ocorrido em razão de Delbrück ter entrado em contato com o *CLG* (KOERNER, 1989, p. 6-8).

Concluimos esta seção com uma citação de Koerner que ao mesmo tempo em que reconhece o valor das histórias da linguística que revisitamos ao longo deste capítulo, em especial a de Pedersen, também nos mostra como é preciso cautela quando de sua leitura. Além desses dois pontos importantes, tal excerto se faz relevante, pois esboça uma ligação entre as omissões acerca de Humboldt, do *CLG* e de alguns outros trabalhos, autores e tradições dos séculos XIX e XX na obra em questão de Pedersen mas que, acreditamos, poderia ser estendida para outras histórias da linguística, principalmente aquelas do e sobre o século XIX. Koerner parece sugerir uma ligação

⁹ “um material panfletário para a “nova” linguística” (tradução livre).

entre as omissões de diferentes trabalhos e autores através da ideia de supressões mais gerais daquilo que era teórico, referente à sintaxe ou à linguística geral. Afirma o autor:

[...] Pedersen's philosophy of science [...] is strongly inclined toward a positivistic stand on matters of linguistic research. This philosophical viewpoint is particularly evident in Pedersen's attitude toward reconstruction, namely, that the reconstructed forms of Indo-European are to be regarded "as nothing more than formulas, a sort of common denominator for all the varying forms of the separate languages" (Pedersen 1931[1924]:269). Pedersen no doubt shared this position with many other second-generation Neogrammarians [...]. Most important, however, are the omissions in Pedersen's history of 19th-century linguistics. [...] more astonishing (although it is quite in line with Pedersen's positivistic stance) is the exclusion of any general linguistic work from his survey. As one might expect, Pedersen leaves out what may be called the "Humboldtian trend" in linguistics. There is another interesting omission in Pedersen's 1924 work in that although the *Cours de linguistique générale* had appeared in 1922 in a second edition, and although Pedersen mentions Saussure on various occasions, for instance concerning his work on Lithuanian (pp. 66, 311), etymology (p.215), the "law of palatals" (p.280), and especially the *Mémoire* (288-289, but also pp.278, 285), nevertheless Saussure's general linguistic ideas pass unmentioned. [...] In short, Pedersen excluded almost anything that smacked of theory. (KOERNER, 1989, p. 9-10)¹⁰

O excerto acima, apesar de longo, vale a pena ser citado, pois traz uma reflexão capaz de delimitar um fio condutor que ajuda a compreender alguns dos problemas das histórias da linguística do e sobre o século XIX. Koerner fala especificamente da obra de Pedersen -para ele, lembrando, um neogramático de segunda geração-, mas acreditamos ser possível tomar tal reflexão como válida para outras histórias da linguística, principalmente para as que tratam do século XIX. Século esse tão frequentemente apresentado por elas como tendo sido dominado por uma só tendência de estudos linguísticos, a gramática comparada, tendo como seu momento central os anos de 1870 em diante, com o que se tende a apresentar como um movimento unívoco, o aparecimento dos neogramáticos.

¹⁰ “[...] a filosofia da ciência de Pedersen [...] é fortemente inclinada para uma posição positivista nas questões da pesquisa linguística. Esse ponto de vista filosófico é particularmente evidente na atitude de Pedersen quanto à reconstrução, a saber, de que as formas reconstruídas do indo-europeu devem ser vistas como “nada mais do que fórmulas, um tipo de denominador comum para todas as formas variantes das línguas separadas” (Pedersen 1931[1924]:269). Pedersen sem dúvida compartilhava essa posição com muitos outros neogramáticos de segunda geração [...]. Ainda mais importante, no entanto, são as omissões na história de Pedersen da linguística do século XIX. [...] mais surpreendente (embora consistente com a visão positivista de Pedersen) é a exclusão de qualquer trabalho de linguística geral de seu recenseamento. Como se pode esperar, Pedersen deixa de fora o que se pode chamar de “tendência humboldtiana” na linguística. Há outra omissão interessante no trabalho de Pedersen de 1924, pois, embora o *Curso de linguística geral* houvesse sido publicado em 1922 em uma segunda edição, e embora Pedersen mencione Saussure em várias ocasiões, por exemplo quanto ao lituano (p. 66, 311), à etimologia (p. 215), e à “lei das palatais” (p. 280), e especificamente o *Mémoire* (p. 288-289, mas também p. 278, 285), as ideias de linguística geral de Saussure não são mencionadas. [...], em suma, Pedersen exclui quase tudo que cheirasse à teoria” (tradução livre).

Koerner menciona a perspectiva positivista de Pedersen como fator importante para a formulação de sua história da linguística do século XIX, em que ele tende a encarar as reconstruções históricas do indoeuropeu como “fórmulas” que serviriam de base para todas as línguas, bem como tende a eliminar de sua reconstrução histórica do século tudo que estivesse ligado ao que Koerner chama de “teoria humboldtiana” da língua, à sintaxe ou à linguística geral. Porém, como foi dito acima, também poderíamos tomar essa visão mais ampla acerca das omissões da obra de Pedersen para pensar outras histórias da linguística, inclusive aquela de Delbrück (1880), em que, como vimos, nas primeiras edições também apresentava supressões similares às aquelas encontradas no livro de Pedersen, ainda que Delbrück não seja diretamente tachado de positivista por Koerner, mas apenas apontado como um autor que expressa sua visão da história do século XIX durante o período dos neogramáticos (KOERNER, p. 10). Não é incomum que as histórias da linguística, quando passam pelo século XIX, dêem a ele especial destaque e isso muito, senão principalmente, por conta do desenvolvimento da gramática comparada ou da linguística histórica nesse momento. Dentro desse parêntese histórico, certamente os neogramáticos gozam também de central importância, como podemos ver aqui nas histórias que revisitamos; Isso também se pode observar mesmo na revisão histórica oferecida pelo *CLG*, que veremos mais de perto na próxima seção, e nos manuais de história da linguística do século XX, já que as obras de Benfey, Delbrück e Pedersen serviram de fonte para muitos deles.

Terminamos esta seção tendo revisitado algumas importantes histórias da linguística acerca do século XIX e trazido algumas críticas referentes a elas para melhor compreender sua formulação. Também investigamos, mesmo que não tão a fundo quanto seria ideal, pois este é um assunto que nos leva a águas cuja profundidade é quase impossível calcular, as possíveis relações entre as tendências filosóficas e tradições de estudos linguísticos que disputam lugar nas reconstruções da história da linguística a respeito do século XIX. Tudo isso com vistas a ter um panorama do século que antecedeu a publicação do *CLG* e dos cursos de linguística geral ministrados por Saussure na Universidade de Genebra, que dariam origem ao livro, possibilitando melhor analisarmos posteriormente neste trabalho o papel ocupado pelas diferentes gramáticas no mesmo. Passemos, antes, à seção 1.2 deste capítulo, em que poderemos fazer uma passada d’olhos pelos autores e tradições de estudos que ganham menção na revisão histórica oferecida no próprio *CLG*.

1.2 A REVISÃO HISTÓRICA DO *CLG*

Nesta seção, partiremos da revisão histórica encontrada no *CLG*, no capítulo 1 de sua Introdução, chamado *Visão geral da história da linguística*. Como o objetivo geral do presente capítulo é compilar informações históricas acerca do *CLG*, da linguística, de suas tendências e tradições de estudos para servir de base e fundação das investigações acerca das gramáticas e seus papéis em tal livro, faz-se imprescindível fazer menção à própria compilação e revisão históricas que ele oferece. Vamos, pois, ver de perto o que se pode encontrar em tal capítulo acerca de períodos históricos considerados centrais no livro, assim como acerca de alguns autores/linguistas também tidos como bastante representativos para os estudos da linguagem e para a linguística. À medida que formos citando os linguistas, os estudiosos e as tradições de estudos mencionados no *CLG*, no capítulo destacado anteriormente e em alguns outros, poderemos entrever o cenário dos estudos linguísticos conforme suas perspectivas, entrando em contato com as relações entre eles, com sua história, com seu papel no desenvolvimento da linguística etc. Durante essa breve viagem histórica, mencionamos algumas tendências e tradições de estudo que já abordamos na seção passada. Ainda assim, elas são revisitadas aqui, pois o fazemos de outra perspectiva, aquela oferecida pelo próprio *CLG*. Esperamos que, ao longo dessa leitura da revisão histórica encontrada no *CLG*, possamos adicionar informações a ela acerca dos linguistas e das correntes de estudos citados no livro, buscando em autores como Davies (1998) e Joseph (2012) suporte para melhor compreender e interpretar a representação do passado dos estudos da linguagem no *CLG* e também o papel que cada tradição desempenha nele.

Não é nosso objetivo fazer uma exaustiva expansão da revisão histórica do *CLG*. Ainda que as informações adicionais trazidas por esta seção não sejam tão numerosas quanto poderiam ser, pois certamente seria possível complexificar mais e mais a análise sobre as tradições de estudos linguísticos e os autores citados pelo *CLG*, acreditamos que o essencial é poder, através da leitura e apreciação das informações oferecidas por tal obra, encontrar pistas sobre a construção nele da história dos estudos da linguagem. Atentamos aos momentos históricos que precederam o livro, buscando também outras informações, de outras fontes, que possam reforçar ou relativizar aquilo que é encontrado na revisão histórica dele. Posteriormente, essa investigação sobre a história da linguística oferecida pelo próprio *CLG* será de grande valor para compreendermos os

papeis desempenhados, concedidos e relegados às diferentes gramáticas citadas ao longo dele, pois, como tentaremos mostrar, esse capítulo 1 da Introdução do livro já dita o tom, em diversas passagens, para as próximas abordagens às gramáticas durante o restante do mesmo.

Já no primeiro parágrafo da revisão histórica oferecida pelo *CLG*, podem-se observar alguns pontos pertinentes. Por exemplo, lê-se: “A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto.” (SAUSSURE, 2006, p. 7). Primeiramente, nota-se que as fases mencionadas são consideradas parte da “ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua”, ainda que apenas como passos numa progressão. As três fases mais gerais mencionadas no excerto acima, como se pode constatar nos parágrafos que se seguem a ele no *CLG*, são, primeiramente, “[...] o que se chamava de ‘Gramática’.” (p. 7); depois, a filologia (p. 7); por último, a “Filologia comparativa ou [...] ‘Gramática comparada’” (p.8). Pelo excerto e, como veremos adiante, por outros momentos da revisão do *CLG*, observa-se que ainda que tais tradições de estudos linguísticos sejam colocadas sob o espectro da nascente ciência linguística, elas não são consideradas partes do momento dessa ciência em que ela, madura, reconhece seu verdadeiro objeto de estudo. A revisão histórica do *CLG*, portanto, não parece ser estruturada apenas em ordem cronológica, mas, também, em uma ordem ascendente de progresso em termos das diferentes fases ou tradições de estudos linguísticos que menciona.

Sobre “o que se chamava de ‘Gramática’” (SAUSSURE, 2006, p. 7), o *CLG* tece poucos comentários, não trazendo, no seu capítulo de revisão histórica, muitas informações sobre o que chama de gramática; também não cita autores que abordem o tema, por isso, tentaremos nos alongar um pouco sobre essa tradição de estudos aqui, dada sua importância para este trabalho. Fala-se, no *CLG*, da origem grega desse tipo de estudo, sobre a continuidade dele pelos franceses (provavelmente numa referência a Port Royal) e sobre seu cunho normativo, com ponto de vista estreito. Em uma clara crítica, lê-se: “[é] baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 7). Mesmo nesse breve comentário sobre a gramática já se pode notar que essa tradição de estudos era criticada sob dois aspectos considerados falhos, o suficiente para que ela não pudesse ser considerada parte da linguística propriamente dita. As falhas seriam a falta de visão científica e a falta de interesse pela língua nela/por ela mesma. A questão da visão científica, nós exploraremos mais ao longo dessa seção, já que certamente a ideia de

cientificidade expressa no *CLG* dependia do ou era influenciada pelo sentido de cientificidade da época, do século XIX e início do século XX, com influência positivista. Também é interessante notar que a ‘Gramática’ brevemente explorada nesse início de revisão histórica do *CLG* parece fazer referência ao que também se chama de gramática tradicional ou de gramática clássica em outras partes do mesmo livro. Na medida em que se fala da ‘Gramática’ como primordialmente normativa, pode-se concluir que se trata daquela mesma tradição de estudos mencionada no capítulo 3 da Primeira Parte do *CLG*, a gramática tradicional, sobre a qual se encontra a seguinte passagem: “A gramática tradicional [...] é normativa e crê dever promulgar regras em vez de comprovar os fatos; falta-lhe visão do conjunto [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 98). Essa definição da gramática tradicional, como exposta no excerto, equivale àquela encontrada no capítulo 1 da Introdução em que se fala da ‘Gramática’. Na mesma página do capítulo 3 da Primeira Parte, porém, também se encontram as expressões “gramática clássica” e “gramática antiga” como termos intercambiáveis entre eles e entre eles e “gramática tradicional”.

É importante lembrar que a dita gramática antiga ou tradicional desempenhou papel fundamental no processo de formação da linguística moderna, cujos primeiros passos, como vimos na seção 1.1, são às vezes rastreados até o século XIX, com o desenvolvimento da gramática comparada, seus métodos e descobertas. No seu extenso e pormenorizado livro sobre Saussure, de 2012, que leva o nome do linguista, Joseph afirma que “[t]he most direct precedent for the work of modern linguistics was grammar.” (JOSEPH, 2012, p. 73)¹¹. O autor, em seu capítulo intitulado “The emergence of linguistic thought in Greece”, de onde se extraiu a citação acima, oferece um panorama informativo sobre o berço do que chamamos de gramática tradicional. Joseph aborda desde o desenvolvimento dessa forte tradição de estudos, com a necessidade de ensinar grego a falantes de outras línguas durante a expansão do império helênico, de Alexandre, o Grande, até a tradição gramatical de estudos dos estóicos, que diferia daquela dos gramáticos de Alexandria. Joseph remonta ao surgimento de duas linhas, se assim podemos chamá-las, de estudos gramaticas, centradas em duas grandes cidades do império helênico: uma em Alexandria, no Egito e outra em Pérgamo, onde hoje é a Turquia. Na primeira, estavam os gramáticos que desenvolviam a gramática como hoje a conhecemos mais comumente, voltada a compreender e explicar a lógica

¹¹ “O antecedente mais direto do trabalho da linguística moderna foi a gramática” (tradução livre).

interna da língua grega, de modo, também, a conseguir ensinar a língua à medida que o império se expandia. Na segunda, estavam os estóicos, que lidavam com uma perspectiva diferente, não acreditando que as línguas tinham necessariamente uma lógica interna, mas, sim, que eram extremamente variáveis. A diferença de concepções residia, portanto, na crença ou não em uma lógica interna às línguas, que as regiria (JOSEPH, 2012, p. 76). Joseph, porém, demora-se um pouco mais quando fala dos estóicos, frisando que se atribui a eles o desenvolvimento da concepção aristotélica de signo, que enfatizava a noção de uma função de significação. Além disso, o autor também dá especial importância a uma outra concepção dos estóicos, quando diz:

The Stoics explicitly distinguished the *semainon*, that which signifies (the ‘word’ in the usual sense), from the *semainomenon*, that which is signified (the ‘meaning’). In connection with the latter they also referred to the *lekton*, the ‘sayable’. Whether the two terms designated the same concept, or two ways of imagining the same basic concept, or two distinct but related concepts, is not clear from the discussion in *Against the Mathematicians* by Sextus Empiricus (second or third century after Christ) which is virtually the sole source of information on Stoic sign theory. What is unambiguous however is that the *lekton* is understood as something incorporeal, and not to be confused with things in the world – what in modern terms are called the ‘referents’ of words. (JOSEPH, 2012, p. 76-77, grifos do autor)¹²

O excerto acima é bastante interessante, pois mostra desenvolvimentos de uma tradição gramatical diversa daquela de Alexandria, apesar de ambas terem surgido e se desenvolvido num período histórico mais ou menos similar. Chama atenção também que os estóicos apresentavam ou trabalhavam com concepções ainda bastante significativas para nós, hoje. Ao lermos ou estarmos em contato com a história da linguística e suas diversas tradições a partir do século XIX, podemos reconhecer partes dessas concepções em algumas das tradições modernas da linguística, como na linguística geral, por exemplo (a qual investigaremos na seção 3 deste capítulo).

Victor Yngve, em seu livro chamado *From Grammar to Science: New Foundations for General Linguistics* (1996), vai ainda mais além quando aborda o legado dos estóicos para a linguística moderna, oferecendo uma interpretação do papel central que a gramática tradicional teve desde o início dessa ciência. Sobre esse papel,

¹² “Os estóicos explicitamente distinguiram o *semainon*, aquilo que significa (a ‘palavra’ no sentido usual), do *semainomenon*, aquilo que é significado (o ‘significado’). Em conexão com este último, eles também se referiam ao *lekton*, o ‘dizível’. Se os dois termos designavam o mesmo conceito, ou duas maneiras de imaginar o mesmo conceito básico, ou dois conceitos distintos mas relacionados, não está claro na discussão em *Contra os matemáticos* de Sextus Empiricus (segundo ou terceiro século depois de Cristo) que é virtualmente a única fonte de informação sobre a teoria do signo estóica. O que não é ambíguo, no entanto, é que o *lekton* é entendido como algo incorpóreo e a não ser confundido com coisas no mundo – o que em termos modernos são chamados de os ‘referentes’ das palavras” (tradução livre).

diz ele: “The semiotic-grammatical tradition has so infiltrated Western thought over the millennia and has become so ubiquitous, that it has remained unquestioned as a foundation for linguistics, even stubbornly unquestionable.” (YNGVE, 1996, p. 23)¹³.

Yngve relata que os estóicos dividiam a filosofia em três partes, sendo elas a física, a lógica e a ética. As duas primeiras são as relevantes para compreendermos os desenvolvimentos envolvendo a tradição da gramática e a linguística. A parte física, segundo Yngve, preocupava-se com a compreensão do mundo real, sendo a predecessora da ciência moderna. Entravam em jogo aí a natureza, os seres vivos, mas também a psique humana ou a alma. Essa última era dividida em 8 partes, a saber, os cinco sentidos, a faculdade do discurso, a mente ou faculdade intelectual e a faculdade de geração (YNGVE, 1996, p. 14). Estando a faculdade do discurso sob o âmbito físico da filosofia, seria de se esperar que a linguística tivesse, ela também, se desenvolvido a partir desse âmbito; não foi assim, porém, que ocorreu. A parte lógica, por outro lado, estava ligada a ideias de perfeição e incluía a teoria do conhecimento, lidando também com a concepção de verdade de modo central (p. 15). No âmbito da parte lógica, podem-se observar duas subdivisões, entre retórica e dialética; a primeira, envolvida com o bem falar narrativamente; a segunda, com atingir bom nível de discussão com perguntas e respostas acerca de assuntos ou proposições verdadeiras ou falsas. Em ambas subpartes do âmbito lógico da filosofia, porém, os estóicos mantinham uma diferenciação comum, a respeito do que significava e do que era significado:

Both in dialectic and in rhetoric the Stoics maintained a thoroughgoing distinction between the subject matter expressed and the expression. Chrysippus, perhaps the greatest logician of ancient times and a major architect of the Stoic views, took the subject of dialectic to be signifiers and things signified (62), a view that has been influential in modern linguistics. (YNGVE, 1996, p. 15)¹⁴

A parte lógica também tinha, para os estóicos, central importância, pois permitia que as outras duas partes da filosofia – a física e a ética – se expressassem e foi, segundo Yngve, devido ao que ele chama de uma série de acidentes históricos que toda a linguística moderna, excetuando-se apenas a fonética, desenvolveu-se a partir não só da parte lógica da filosofia estóica, mas, mais especificamente, da parte dialética dela

¹³ “A tradição semiótica-gramatical infiltrou de tal maneira o pensamento ocidental ao longo dos milênios e se tornou tão onipresente que permaneceu inquestionada como uma fundação da linguística, até mesmo teimosamente inquestionável” (tradução livre).

¹⁴ “Tanto na dialética quanto na retórica os estóicos sustentavam uma consistente distinção entre aquilo que é expresso e a expressão. Crísipo, talvez o maior lógico dos tempos antigos e o maior arquiteto das visões estóicas, tomou o objeto da dialética como significantes e coisas significadas, uma visão que influenciou a linguística moderna” (tradução livre).

(YNGVE, 1996, p. 16). Entre os principais acidentes históricos que levaram a tal percurso na história da linguística, o autor cita a discussão sobre o conceito de verdade. Segundo ele, havia o consenso de que, no âmbito lógico, o critério da verdade não vinha de evidências provenientes dos sentidos:

The question came up as to what the criterion of truth was for knowledge in the logical part of philosophy. How would a sage know valid reasoning from invalid reasoning? How would the sage judge the validity of the architecture of dialectic itself and the concepts of speech sounds and parts of speech that figured in it? The Stoics were divided [...] But they did agree on this: The criterion of truth for knowledge in the logical part was not evidence from the senses. That conclusion stands to this day.

So we see that the most highly advanced lore dealing with speech was in the logical domain, a part of philosophy concerned with an ideal of perfection and a logical theory of knowledge. [...] Thus the conceptual framework out of which modern linguistics has grown did not from the beginning answer ultimately to evidence from the senses like the predecessors of the other sciences. This is an historical accident that has had major repercussions as linguists have tried to make their discipline scientific. (YNGVE, 1996, p. 17-18)¹⁵

Com o excerto acima fica claro não apenas em que campo, exatamente, da gramática grega começaram a se desenvolver o que seriam as fundações da linguística moderna, como também já podemos vislumbrar uma parte da discussão acerca da cientificidade da disciplina linguística ou da preocupação com sua cientificidade. Como vimos, podemos encontrar essa problemática na própria revisão histórica oferecida pelo *CLG*. Nela, a gramática tradicional era apontada como desprovida de cientificidade, o que, ao que parece, era requisito para qualquer tradição de estudos que quisesse figurar dentro da linguística “propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p. 11).

Outro importante acidente histórico citado por Yngve foi a simultaneidade entre o desenvolvimento da tradição gramática dialética estóica e a expansão do império helênico, evento que, como já vimos, apontado também por Joseph (2012), levou à necessidade de gramáticas para promover o ensino de grego a falantes de outras línguas. Aqui, há dois importantes eventos, como podemos aprender com a passagem seguinte:

¹⁵ Surge a pergunta sobre qual era o critério de verdade para o conhecimento na parte lógica da filosofia. Como um sábio diferenciaria um raciocínio válido de um inválido? Como o sábio julgaria a validade da arquitetura da dialética em si e os conceitos de sons do discurso e partes do discurso que figuravam nela? Os estóicos estavam divididos [...] Mas eles concordavam nisso: O critério de verdade para o conhecimento na parte lógica não era evidência vinda dos sentidos. Essa conclusão perdura até hoje. Então nós vemos que o mais avançado conhecimento sobre o discurso estava no domínio lógico, uma parte da filosofia preocupada com um ideal de perfeição e com uma teoria lógica do conhecimento. [...] Portanto, o ambiente conceitual a partir do qual a linguística moderna cresceu não respondia, desde seu começo, em última instância a evidências vindas dos sentidos, como respondiam os predecessores das outras ciências. Isso é um acidente histórico que teve repercussões enormes desde que os linguistas tentam tornar sua disciplina científica (tradução livre).

It happened that Stoic dialectic offered the most advanced lore about speech at this time. Normative grammars of Greek were written based on the Stoic conceptual structure with an admixture of ideas from the methods of textual criticism worked out by the Librarians in Alexandria [...]. [w]hen the Romans wanted to promote a standard language over their empire, they produced Latin grammars on the Stoic model, with adjustments mainly in the parts of speech they recognized. [I]t is also an accident of history of far-reaching importance to the development of linguistics that Latin became the language of scholarship throughout Europe. (YNGVE, 1996, p. 18)¹⁶

Uma das importantes consequências históricas desse processo de transformação da tradição gramatical grega em uma tradição grecoromana está ligada ao desenvolvimento das línguas nacionais na Europa, bem posteriormente. Quando, em decorrência dos projetos de solidificação dos estados nacionais na Europa, viu-se a necessidade de criar gramáticas normativas para diversas línguas europeias para levar adiante processos de criação de línguas nacionais, foi com base no padrão da gramática do latim que elas foram escritas (YNGVE, 1996, p. 18). Com a criação de tratados sobre diferentes línguas a partir da gramática de uma mesma língua, havia constantes ajustes nas partes do discurso incluídas em cada gramática, o que era feito de modo um tanto aleatório por conta da natureza das próprias obras, como vemos a seguir:

Since grammar was in the logical domain, not the physical, there were no criteria of acceptance for parts-of-speech systems through observation by the senses. Lacking objective scientific criteria for deciding between competing systems, the organization of grammar remained unconstrained. (YNGVE, 1996, p. 18)¹⁷

Tal falta de critérios para tomar decisões acerca das partes do discurso ou categorias gramaticais que eram criadas, incluídas ou cortadas das diversas gramáticas normativas ou tradicionais das diferentes línguas, ou mesmo entre gramáticas de mesma língua, pode ser bastante interessante para compreender algumas das visões encontradas no *CLG* sobre essa tradição de estudos. Pode-se observar que, no *CLG*, um dos problemas centrais apontados na linguística, aquele dos conceitos que ela herdou da gramática tradicional e que utiliza sem muita reflexão crítica, está ligado com a questão

¹⁶ Aconteceu que a dialética Estóica oferecia o mais avançado conhecimento sobre discurso até então. As gramáticas normativas do grego eram escritas baseadas na estrutura conceitual Estóica, com uma mistura de ideias provenientes dos métodos de crítica textual criados pelos bibliotecários de Alexandria [...]. [Q]uando os romanos quiseram estabelecer uma língua padrão sobre seu império, eles produziram gramáticas do latim baseadas no modelo Estóico, com ajustes feitos principalmente nas partes do discurso que eles reconheciam. [T]ambém é um acidente da história de importância mais acentuada para o desenvolvimento da linguística que o latim se tornou a língua acadêmica por toda a Europa (tradução livre).

¹⁷ Visto que a gramática estava no domínio lógico, e não no físico, não existiam critérios de aceitação baseados na observação pelos sentidos para decidir sobre sistemas de partes do discurso. Uma vez que faltavam critérios científicos para decidir entre sistemas possíveis, a organização da gramática permaneceu não regulada (tradução livre).

das partes do discurso, como evidencia a seguinte passagem, do capítulo 3 da Segunda Parte do livro:

Seja, por exemplo, a distinção entre as partes do discurso: em que repousa a classificação das palavras em substantivos, adjetivos etc.? Faz-se em nome de um princípio puramente lógico, extralingüístico, aplicado de fora à gramática, como os graus de longitude e de latitude ao globo terrestre? Ou corresponde a algo que tenha seu lugar no sistema da língua e que seja condicionado por ela? Numa palavra, trata-se de uma realidade sincrônica? [...] a distinção das palavras em substantivos, verbos, adjetivos etc., não é uma realidade lingüística inegável.

Dessarte, a Lingüística trabalha incessantemente com conceitos forjados pelos gramáticos, e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua. (SAUSSURE, 2006, p. 127)

A relação da linguística com a gramática, como retratada no *CLG*, passa por percalços envolvendo conceitos e ferramentas legados à primeira pela última. Esse aspecto da relação entre as duas resulta, como vimos na passagem citada acima, em problemas para a ciência linguística, de diversas ordens, de método e até de ordem epistemológica. Portanto, é extremamente significativo e muitas vezes problemático que as fundações da linguística remontem à gramática tradicional, normativa, segundo o que encontramos no *CLG*. A linguística apoiava-se, pois, numa tradição de estudos que tinha falhas intrínsecas a ela, decorrentes de seus métodos. Um desses problemas, como vimos com Yngve, é a flutuação abundante em diversas gramáticas em termos das partes do discurso usadas nelas, porém, as falhas apontadas na gramática pelo *CLG* não se restringem a isso, como veremos no capítulo 3 deste trabalho. No entanto, a relação entre a gramática tradicional e a linguística não é exclusivamente problemática, havendo outras nuances a serem investigadas, como também teremos a chance de observar no capítulo 3.

A segunda fase mencionada na revisão histórica do *CLG* em direção ao período maduro da ciência da linguística é a filologia. Fato interessante é que, quanto à gramática tradicional, o *CLG* não traz em sua revisão muitas informações e não cita diretamente gramáticos nem esmiuça a história dela remontando à Grécia. Porém, ao falar da filologia, frisa-se que “Já em Alexandria havia uma escola ‘filológica’” (SAUSSURE, 2006, p. 7), preocupando-se em demonstrar as origens dessa tradição de estudos e sua existência de longa data. Trata-se logo, no entanto, de clarificar que tal termo, filologia, ficou mais ligado àquela tradição de estudos criada por Friedrich August Wolf de 1777 em diante (p. 7). Além de considerar Wolf o pai dessa área de estudos, consta a informação de que ela é produtiva até o momento de

edição/publicação do *CLG*, ou seja, até o início do século XX (p. 7). A essa tradição de estudos ou fase em direção à linguística, tecem-se algumas críticas, deixando compreender porque ela não era considerada mais do que uma fase no desenvolvimento de tal ciência. Entre essas críticas, pode-se ressaltar a multiplicidade de interesses dessa tradição, que extrapolava o âmbito da língua, incluindo outros objetos em seu escopo:

A língua não é o único objeto da Filologia [...] em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura. (SAUSSURE, 2006, p. 7-8)

Também é criticada a prevalência da língua escrita nos estudos filológicos em detrimento da língua falada e aponta-se que tal tradição ocupava-se majoritariamente da Antiguidade grega e latina (SAUSSURE, 2006, p. 8). De fato, um dos trabalhos mais conhecidos e talvez o mais importante de Wolf, seu *Prolegomena ad Homerum*, de 1795, é um estudo dos textos homéricos, *Ilíada* e *Odisséia*, tentando demonstrar que esses textos, como foram legados aos leitores desde a sua primeira transcrição conhecida, passaram por reconstruções e mudanças ao longo dos anos feitas por poetas e críticos diversos. Seu trabalho busca, através de sistemática investigação de dados históricos, reconstruir, ainda que não totalmente, tais textos, apontando correções e mudanças feitas. Esses estudos e mesmo o método usado por Wolf não eram, no entanto, novidades. Na Introdução da primeira tradução para o inglês do livro de Wolf (*Prolegomena to Homer*, traduzido por Anthony Grafton e originalmente publicado em 1989), encontramos a sugestão de que aquilo que Wolf demonstra em seu livro é novidade apenas na forma, pois a compilação de regras para a crítica textual que consta no início da obra é apenas um resumo ou exemplo daquilo que outros teólogos e estudiosos do Novo Testamento já faziam no século XVIII, segundo Grafton (GRAFTON, 2014).

Porém, se vinham da teologia tanto alguns dos resultados quanto parte do método, o que tornou a obra de Wolf e o movimento iniciado a partir dele centrais para o desenvolvimento da gramática comparada, que floresceu na Alemanha no século seguinte, como consta no *CLG* (SAUSSURE, 1916, p. 8)? A hipótese encontrada no texto introdutório de Grafton sustenta a importância de fatores institucionais, como a grande reforma das universidades alemãs no início do século XIX. Alguns influentes estudiosos envolvidos nessa reforma, como Humboldt, tinham interesse em promover a filologia clássica na Alemanha – enquanto na França ela estava em segundo plano – e o

livro de Wolf, com a escolha de se focar nos clássicos, servia perfeitamente a tal movimento e a tais interesses. Além disso, Wolf, já no século XIX, continuava a ser consistentemente elogiado por sua escrita fluida e elegante, um estilo conciso e preciso. Esse fator também, ainda segundo Grafton, pesou na decisão de colocar sua obra sob os holofotes, e não a de outros teólogos que empregavam métodos similares. Ela foi, assim, peça central para o desenvolvimento dos estudos comparatistas que, por sua vez, reinariam quase supremos durante o século XIX (GRAFTON, 2014).

Sobre a terceira e última fase do percurso até a linguística propriamente dita, ou seja, sobre a “Filologia comparativa ou [...] ‘Gramática comparada’” (SAUSSURE, 2006, p. 8) o *CLG* traz muitos comentários. Alguns deles em tom de crítica, mas também alguns em reconhecimento do valor dessa tradição de estudo. Já na referência ao nome da disciplina, pode-se perceber que esse novo momento dos estudos linguísticos ainda estava ligado à filologia, como um desdobramento dela. O *CLG* aproveita a introdução da terceira fase ou período de estudos linguísticos para mencionar uma mudança tanto em método quanto em, pode-se dizer, objetivos, numa representação de movimento de uma fase à outra, em direção à ciência linguística. Lê-se: “O terceiro período começou quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si.” (SAUSSURE, 2006, p. 8). O texto descreve, de maneira talvez um pouco exagerada, ao empregar a ideia de “descobrimento”, a passagem da teoria filológica de Wolf ao método comparativo do movimento subsequente. Também se parece incluir nessa transição o aguçamento de um interesse nas línguas em si, em detrimento do estudo de textos em seus aspectos históricos e culturais.

É falando em descobertas que o *CLG* continua a revisar o início da filologia comparativa ou gramática comparada. Destaca-se a importância central da descoberta do sânscrito para o desenvolvimento dessa nova tradição de estudos e a sua relação com línguas como o latim e o grego. Franz Bopp é considerado, na revisão histórica do *CLG*, o pai da nova linha de estudos e sua obra de 1816, *Sistema da Conjugação do Sânscrito*, parece ocupar o posto de obra inaugural dela. Porém, William Jones é citado em seguida, sob o título de “orientalista inglês”, sendo reconhecido como o primeiro a apontar a ligação do sânscrito com o germânico, o latim e o grego (SAUSSURE, 2006, p. 8). Bopp ganha destaque, no entanto, como aquele que compreendeu que “algumas afirmações isoladas” (p. 8) sobre essas relações entre o sânscrito e outras línguas, como as que Jones produziu, não eram tudo o que se poderia alcançar; ele percebeu que tais relações poderiam ser matéria para uma “ciência autônoma” (p. 8). A novidade é

sublinhada na seguinte frase: “[e]sclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não fora ainda feito” (p. 8). Uma das principais falhas apontadas na gramática tradicional e na filologia, a saber, o desinteresse pela língua ela mesma, já não parece ser tão sentida nesse novo momento; por essa afirmação não se deve, no entanto, supor que não há críticas no *CLG* também a essa terceira fase em direção à linguística.

É comum que, nas revisões históricas da linguística, o século XIX seja dividido em fases. Melhor dito, é comum vermos o desenvolvimento da gramática comparada ao longo do século XIX dividido em fases ou períodos mais ou menos delimitados, dos quais, pode-se dizer, o mais proeminente é aquele que se inicia por volta de 1870, em que figuram os neogramáticos. Esses pesquisadores são representados como uma espécie de novo movimento ou mesmo como a vanguarda de uma nova época revolucionária e de progressos significativos na história da linguística. Já vimos exemplos de tal divisão quando revisitamos, por exemplo, a obra de Pedersen (1924) acerca desse momento da ciência linguística e dos estudos da linguagem – divisão essa investigada e questionada por Koerner (1989) e Hoenigswald (1986) e hoje vista de maneira mais crítica no que diz respeito a seus limites em representar e compreender o papel das tradições linguísticas à época (DAVIES, 1998).

Quanto à revisão histórica oferecida pelo *CLG*, parece ser possível afirmar que também existe nela uma certa divisão cronológica em períodos do desenvolvimento da gramática comparada, sendo 1816 destacado como momento inicial da gramática comparada (SAUSSURE, 2006, p. 8) e o período por volta de 1870 destacado como momento de mudança que levaria aos neogramáticos (p. 9). Quanto à linha ascendente de progresso em direção à linguística propriamente dita, isso também parece se manter nas partes dedicadas à gramática comparada. A disciplina chega a ser declarada “o primeiro período da Lingüística indo-européia” (p. 10), no entanto, logo em seguida, frisa-se que, ainda que muito relevante, ela “não chegou a constituir a verdadeira ciência da Lingüística” (p. 10). Essa não inclusão da gramática comparada no rol das tradições consideradas parte da verdadeira linguística se deve a algumas falhas apontadas pelo *CLG*.

Há diferentes críticas à gramática comparada na revisão histórica do *CLG*. Há, todavia, uma em especial que parece ser central e que engloba muitas das outras: aquela que aponta o foco estreito dessa disciplina nas comparações, sendo quase completamente absorvida por elas e tendo, assim, as comparações como um fim em si

mesmas. Acusa-se a gramática comparada de não ter nunca definido seu objeto de estudo, erro que impediria qualquer ciência de definir também seu método próprio (SAUSSURE, 2006, p. 10). Com efeito, a crítica acerca da falta de clareza quanto ao seu objeto de estudo, quanto à falta de um método próprio e da estreiteza de visão da gramática comparada estão todas interligadas, sendo umas decorrentes das outras. Um bom resumo dessa crítica central encontra-se na seguinte passagem:

[...] a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que significavam as analogias que descobria. Foi exclusivamente comparativa, em vez de histórica. [...] Mas [a comparação] por si só não permite concluir nada. (SAUSSURE, 1916, p. 10)

Além dessa falha central, citam-se também a limitação das investigações às línguas indo-europeias, a visão naturalista das línguas, comparadas a organismos vivos – concepção ligada a Schleicher – (SAUSSURE, 2006, p. 10), e a falta de interesse pela reflexão acerca das “condições de vida das línguas” (p. 11).

É por responder a algumas dessas falhas, ou por não cometê-las, que as próximas tradições de estudo e os autores citados na sequência na revisão do *CLG*, isto é, após a gramática comparada, aparecem já como pertencentes àquilo que é chamado no livro de “Linguística propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p. 11). É com os estudos românicos e germânicos que, segundo consta no *CLG*, a comparação passa a ser encarada como e a ocupar o lugar de método apenas, servindo para a reconstituição dos fatos (p. 11). É possível pensar que, com isso, ou por conta disso, teria havido uma ampliação na visão das línguas, de modo que os resultados das comparações passavam a ser encarados como partes dos fenômenos linguísticos, que, porém, eram compostos de outros elementos ainda dos quais a comparação por si só não poderia dar conta. Citam-se o alemão Friedrich Diez e o americano William Whitney como pioneiros nesse novo modo de estudos e, em seguida, cita-se a formação de uma nova escola, dando a entender a existência de um movimento mais ou menos estruturado, a saber, os neogramáticos (SAUSSURE, 2006, p. 11). Os neogramáticos, apesar de serem os últimos citados na revisão do *CLG*, não constituem a ponta da cadeia, pois na última frase de tal revisão se pode ler que “[...] ainda hoje, os problemas fundamentais da Linguística Geral aguardam uma solução” (p. 12). Porém, é reconhecido o feito dessa escola de colocar sob perspectiva histórica os resultados da comparação, indo além dos primeiros gramáticos comparados.

Em ordem de citação, os primeiros envolvidos com a gramática comparada são: Franz Bopp, Jacob Grimm, August Pott, Franz Kuhn, Theodor Benfey e Theodor Aufrecht, todos alemães. Em seguida, entre os “últimos representantes dessa escola”, destacam-se: Max Müller, Georg Curtius e August Schleicher, todos também alemães. Nas passagens referentes aos momentos posteriores à gramática comparada estritamente ligada às comparações, citam-se: Friedrich Diez, William Whitney (ambos citados individualmente, não pertencentes à escola dos neogramáticos), Karl Brugmann, Hermann Osthoff, Theodor Wilhelm Braune (todos alemães, exceto Whitney, americano), Eduard Sievers – austríaco educado na Alemanha –, Herbert Paul Grice – inglês –, e, por fim, August Leskien, também alemão. A massiva menção de alemães e o destaque dado aos estudos levados a cabo por eles na Alemanha, como veremos a seguir, não são por acaso.

Já mencionamos aqui a reforma das universidades na Alemanha durante o século XIX quando falamos sobre a filologia clássica e Friedrich August Wolf. Voltemos, agora, novamente, nossa atenção para esse momento no início do século XIX em que o sistema de educação superior na Alemanha passa por significativas mudanças, mas, dessa vez, para compreender melhor fatos referentes à gramática comparada. Foi durante esse processo de reforma que a linguística começa seu próprio processo de institucionalização. No Volume IV da série *History of Linguistics*, editada por Giulio Lepschy, intitulado *Nineteenth-Century Linguistics* (1998), pelo qual a responsável foi Anna Morpurgo Davies, pode-se encontrar uma ampla revisão da institucionalização da linguística durante o século XIX e a partir dela podemos entender melhor porque os estudiosos citados na revisão do *CLG* são majoritariamente alemães, com poucas exceções.

Ainda que durante o século XIX e o começo do século XX a Europa como um todo e a América do Norte tenham visto uma expansão significativa nas suas universidades, é especialmente impressionante o salto em números que testemunhou a Alemanha nesse sentido, mesmo no início do século XIX. Para dar apenas uma ideia geral dessa reforma no ensino superior na Alemanha, citamos alguns dados: durante as guerras napoleônicas, ou seja, entre 1803 e 1815, o número de alunos universitários no país era de mais ou menos 5.500; entre 1889-1890, o número chegava a 28,820; em 1914, já eram 60.748 (DAVIES, 1998, p. 4). O número de professores também subiu sensivelmente: se em 1840 havia um total de 1.212 professores universitários, em 1892-93 esse número já era de 2.275 (p. 4). As outras nações européias e a América do Norte,

apesar de ver expansão nos seus sistemas de ensino superior também, ficavam para trás comparadas à Alemanha (DAVIES, 1998, p. 6). Com essa expansão das universidades alemãs, a linguística passou a ter mais e mais espaço na universidade, institucionalizando-se como disciplina e contruindo seu lugar, de destaque, nesse meio. Esse processo foi seguido pelas outras nações, com atraso, e foi o modelo alemão que, portanto, influenciou e, em verdade, ditou o caminho para os outros sistemas de ensino superior no restante da Europa e nos Estados Unidos.

Já em 1821, uma universidade alemã criou a primeira cadeira universitária referente à linguística, chamada *Orientalische Literatur und allgemeine Sprachkunde* (literatura oriental e saber geral da língua), entregue a Franz Bopp (DAVIES, 1998, p. 7). Essa cátedra foi fundada na Universidade de Berlim, então recém criada por Humboldt, ministro da educação e um dos responsáveis pela reforma no sistema de ensino alemão. Em 1902, todas as universidades alemãs já contavam com pelo menos uma disciplina em linguística (p. 7). É importante notar, porém, que linguística, então, normalmente se referia a estudos comparativos ou indogermânicos (DAVIES, 1998, p. 7). A linguística tinha alcançado o status de disciplina formal nas universidades e, com isso, instituía-se cada vez mais como ciência. Em 1875, Delbrück lançou um pequeno livro sobre o estudo de linguística nas universidades alemãs, que continha uma espécie de “manual do bixo”, com informações para ajudar os alunos a organizar suas disciplinas nos primeiros anos de estudo, tal era a força da linguística e, principalmente, da gramática comparada já nessa época (DAVIS, 1998, p. 11). Com a solidificação da linguística nas universidades, estabelece-se também o que Davies chama de *ethos* de pesquisa (p. 10), com um ideal de ensino superior, típico do modelo alemão, voltado à pesquisa e à publicação, o qual, posteriormente, serviu de inspiração às outras nações. Algumas consequências importantes da expansão e reforma das universidades alemãs são, portanto, a possibilidade, para os novos professores, de construir uma carreira acadêmica voltada também à pesquisa, bem como o surgimento de publicações especializadas (DAVIES, 1998, p. 11-13), periódicos, obituários, entre outros, que seriam, no desenrolar do século XIX e do século seguinte, de extrema relevância, pois a partir de então, com a institucionalização e seus produtos, a historiografia da linguística muda também. O século XIX, ao contrário dos séculos anteriores, passa por diversas mudanças que são registradas amplamente dentro das próprias universidades. A revisão histórica oferecida pelo *CLG*, ainda que contenha algumas diferenças quando comparada com aquelas de autores do século XIX como Benfey, ou mesmo de autores

do século XX, como Pedersen, compartilha com elas também muitas semelhanças, uma delas é o foco no que podemos chamar de linguística *mainstream*, quando o assunto é o século XIX e a gramática comparada. Isso se explica, em parte, pela insitucionalização da disciplina na Alemanha, como explica Davies: “[w]hen we speak of mainstream linguists we in fact refer to those who were accepted by the academic establishment” (DAVIES, 1998, p. 3)¹⁸.

Por fim, podemos também compreender as escolhas e a representação do século XIX e da gramática comparada, bem como da escola dos neogramáticos, pelo *CLG* a partir de outro fator, relacionado com a historiografia inicial desse período e de tais disciplinas, levada a cabo por seus próprios linguistas¹⁹. Como vimos, a revisão do *CLG* segue, de modo geral, uma ordem ascendente de progresso e cronológica, partindo dos gregos e chegando à “linguística propriamente dita”, fase que é representada não pelo início da gramática comparada com Bopp, mas sim pelos trabalhos de Diez e Whitney, bem como pela escola dos neogramáticos, que, ao que parece, é considerada como uma vertente posterior e diferente em alguns aspectos da gramática comparada. Tal divisão dos desenvolvimentos do século XIX em momentos diferentes, ainda que fossem partes da gramática comparada de modo mais abrangente, é a típica representação desse momento histórico-epistemológico da linguística, como vimos na seção 1 deste capítulo, exemplos da qual são Benfey (1869), Delbrück (1880) e Pedersen (1924). Agora que revisitamos o processo de insitucionalização da linguística na Alemanha, torna-se possível situar historicamente tal representação.

A primeira história extensa da linguística aparece em 1869, com Benfey, justamente num momento em que, com os recentes desenvolvimentos da linguística e com seu status de ciência e disciplina universitária, inicia-se uma empreitada de revisão histórica – e construção histórica – das ciências na Alemanha, na forma de uma obra composta por 22 volumes, intitulada *Geschichte der Wissenschaften in Deutschland* (História das ciências na Alemanha), escrita a pedido da Bayerische Akademie der Wissenschaften. Coube a Benfey a escrita do livro sobre os estudos linguísticos no século XIX, cujo título é bastante significativo: *Geschichte der Sprachwissenschaft und*

¹⁸ “quando falamos dos linguistas *mainstream*, nos referimos, na verdade, àqueles que foram aceitos pelo cânone acadêmico” (tradução livre).

¹⁹ A revisão da história da linguística que Saussure ensinava nos cursos na Universidade de Genebra, em especial no segundo (1908-1909) e no terceiro (1910-1911), é em grande parte influenciada pelo que ele aprendeu durante seu tempo em Leipzig, ensinado por Hermann Osthoff, em 1876 (JOSEPH, 2012, p. 71). Isso talvez possa explicar, em parte, porque a revisão oferecida pelo *CLG* tenha tantas semelhanças com a historiografia da linguística do século XIX escrita também nesse período e de tradição alemã.

orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten (História da linguística e da filologia oriental na Alemanha do início do século XIX com um olhar sobre os períodos anteriores). Vê-se já pelo título que, como o projeto demandava, a ênfase recaía sobre o que vinha sendo feito especificamente na Alemanha durante o século XIX (DAVIES, 1998, p. 14). Em 1880, com o livro de Delbrück chamado *Einleitung in das Sprachstudium: Ein Beitrag zur Geschichte und Methodik der Grammatiken Sprachforschung* (Introdução ao estudo da língua: uma contribuição à história e metodologia da pesquisa linguística gramatical), a representação do século XIX e da gramática comparada que se tornaria canônica já estava solidificada e seria adotada, posteriormente, não apenas por Pedersen (1924), como vimos, como também inúmeros outros ao longo dos anos (DAVIES, 1998, p. 14). Entre outros livros, o *CLG* foi um dos que também seguiu, ainda que não fielmente, a mesma representação histórica de tal período. Davies disseca essa clássica representação do período em 4 categorias, das quais 3 são mais ou menos fixas: há os precursores, que nem sempre figuram nas histórias da linguística; os fundadores; os consolidadores; finalmente, os desenvolvedores. Desses, os consolidadores podem fazer contribuições inovativas para a disciplina, mas são os desenvolvedores que contribuem com trabalhos feitos através de perspectivas diferentes, usando um método similar, sendo, portanto, a ponta da cadeia de determinada escola ou disciplina (p. 14). Pode-se conferir nos trabalhos de Pedersen (1924) e Davies (1998), por exemplo, que os autores que figuram em cada um desses períodos da gramática comparada e do século XIX em geral são, em grande parte, os mesmos, ocupando as mesmas posições, que aparecem elencados na revisão histórica do *CLG*, em que temos William Jones como precursor; Franz Bopp como fundador, ao lado de outros como Jacob Grimm, August Pott etc; aqueles que no *CLG* constam como “últimos representantes” do período inicial da gramática comparada, que poderíamos aproximar da categoria de consolidadores, como Georg Curtius e August Schleicher; e, finalmente, aqueles que o *CLG* trata por uma nova escola, sob o nome de neogramáticos, que poderíamos aproximar, por sua vez, da categoria de desenvolvedores, como Karl Burgmann e Leskien, por exemplo.

A revisão histórica do *CLG*, especificamente na parte em que traça os desenvolvimentos do século XIX e da gramática comparada, a última das três fases em direção à linguística propriamente dita, vai ao encontro, portanto, de uma linha historiográfica mais geral, de tradição alemã, que tem início ainda no século XIX. Em grande parte por ter nascido e se desenvolvido durante o período de institucionalização

da linguística, dentro das universidades em expansão da Alemanha, tal tradição ganhou força, com relativa rapidez fincou raízes e influenciou a historiografia da linguística a partir de então, nos séculos seguintes, naturalizando-se e reforçando o que Hoenigswald (1986) e Davies (1998) chamam de *fable convenue* acerca de tal período. É importante frisar, no entanto, que, ainda que tenhamos traçado essa ligação da revisão histórica encontrada no *CLG* com um desenvolvimento mais geral da historiografia da linguística e, em especial, da gramática comparada e do século XIX de tradição alemã, não se deve crer que o que se encontra no *CLG* é um reflexo exato das historiografias inspiradas por Benfey. Na medida em que, na revisão do *CLG*, não se deixa de mencionar e reconhecer o valor de tradições de estudos linguísticos anteriores ao século XIX e à gramática comparada, bem como se aponta que, mesmo após o surgimento dos neogramáticos muitos problemas ainda permaneciam sem resposta, deixados para a linguística geral responder (SAUSSURE, 2006, p. 12), podemos ver que ela tem uma visão mais moderada acerca dos acontecimentos e progressos do século XIX e da tendência mais proeminente desse período, a gramática comparada. Nesse sentido, a revisão do *CLG* aponta para a fase da “linguística propriamente dita” que, apesar dos progressos que representou, estava ainda longe de ter chegado a um ponto final e que tinha ainda muitas questões não resolvidas de linguística geral com as quais teria de lidar. Na próxima seção, poderemos revisar rapidamente este outro momento da linguística, já parte do que, no *CLG*, é chamado de verdadeira ciência da linguística, no qual ele se insere e no qual tais questões não resolvidas de linguística geral ganham destaque e atenção.

1.3 LINGUÍSTICA GERAL E O *CLG* NO SÉCULO XX

Nesta seção, nosso foco é o final do século XIX bem como o início do século XX, de modo que poderemos revisar brevemente o início dos desenvolvimentos de uma nova fase na linguística (ainda no século XIX), que chamamos aqui de linguística geral, relacionada a uma visão mais teórica e de certo modo mais ampla em seus objetivos e interesses que a escola da gramática comparada. Visitaremos brevemente esse período histórico de maneira a demonstrar como ele foi agitado em termos de mudanças epistemológicas não apenas para a linguística, mas também para outras ciências que estavam a se estabelecer então. Observaremos alguns fatores que caracterizaram tais mudanças, entre eles discussões acerca dos focos metodológicos de diferentes escolas linguísticas, sobre o objeto da linguística, sobre a cientificidade da mesma e sobre

rupturas e continuidades entre as escolas linguísticas dos séculos XIX e XX etc. De modo mais amplo, esta seção pretende mostrar como o desenvolvimento da linguística geral a partir do fim do século XIX e do início do século XX, com o *CLG* desempenhando papel importante na organização de tal disciplina, não representou uma quebra radical com as tradições linguísticas anteriores e nem uma continuidade acrítica delas. Tentamos mostrar que essa disciplina é, na verdade, composta de aspectos de mudança e de continuidade e resgate de elementos dessas tradições. Dentro desse estudo inicial sobre um período histórico complexo, tenta-se demonstrar como o *CLG* serve de testemunho de tal época, contendo elementos particulares desse momento na linguística e discussões também características dele.

Como vimos nas seções anteriores, o século XIX como um todo foi dominado pelos estudos da gramática comparada, ou, melhor dizendo, ele é assim usualmente apresentado na historiografia da linguística. Porém, também vimos, através de leituras críticas dessa apresentação usual, como as de Koerner (1989) e Hoenigswald (1986), que os desenvolvimentos dos estudos linguísticos em tal período eram mais complexos do que uma predominância total da tradição comparatista. Na seção anterior, com Davies (1998), pudemos compreender melhor os motivos que levaram à aparência dessa predominância e de um movimento unívoco nesse período histórico. Essa aparência pode ser observada também na revisão histórica oferecida pelo *CLG*, na parte dedicada à última fase dos estudos linguísticos em direção à linguística propriamente dita.

A institucionalização da linguística na Alemanha no século XIX desempenhou um papel bastante relevante na construção de uma aparente unicidade nas tendências de estudos linguísticos durante o período em questão. Ela influenciou de duas maneiras significativas a escrita da história da linguística nesse século, a saber: primeiramente, com os novos professores e acadêmicos das universidades desempenhando, ao mesmo tempo, o papel de linguistas, desenvolvendo suas pesquisas, e de historiadores, contando os progressos alcançados pelos estudos realizados (DAVIES, 1998, p. 13). Em segundo lugar, é interessante notar que tais postos universitários, por sua vez, eram comumente entregues a quem já estava dentro do sistema universitário, cabendo, assim, às universidades, em grande parte, o trabalho de moldar a história da linguística, com especial força no século XIX, como explica Davies:

The selection of University teachers largely from within the University system guaranteed an element of continuity which previously had been lacking and opened new possibilities for a coherent development. When we speak of main-

stream linguists we in fact refer to those who were accepted by the academic establishment. (DAVIES, 1998, p. 3)²⁰

Tais fatores, porém, ao contribuírem para que o cenário da linguística no século XIX fosse quase totalmente ocupado pelos estudos comparatistas, criando um forte sentimento de unicidade para essa disciplina, acarretaram em algumas omissões. Eles acabaram contribuindo também, em contrapartida, para que outras linhas de estudos, desenvolvimentos epistemológicos diversos e pesquisas com focos e objetivos diferentes que estavam em curso ou surgindo durante o mesmo período fossem ofuscados ou até mesmo quase completamente ignorados.

Citamos algumas das tendências de estudo que receberam pouca ou quase nenhuma atenção durante o século XIX, ainda que tenham começado a se desenvolver nessa época, e que, por vezes, continuaram a receber pouca atenção na historiografia da linguística nos séculos seguintes: temos a área preocupada com a classificação tipológica das línguas (ver mais em DAVIES, 1975); as investigações acerca da origem da língua/linguagem (DAVIES, 1998, p. 2; ver BRUGMAN, 1877 para resenhas de livros lançados no século XIX sobre a origem da linguagem); e, também entre as tradições de estudos que ganharam pouco destaque nesse período, temos a área de estudos linguísticos mais voltada a reflexões teóricas, que abriu espaço novamente, na linguística, para a perspectiva sincrônica, para a semântica e para a sintaxe, área essa que podemos chamar de linguística geral (DAVIES, 1998; DAVIES, 1986; ROBINS, 1967).

Apesar, portanto, da historiografia do século XIX não dar grande destaque para a área da linguística geral, ela já existia no fim do século. Na Universidade de Leipzig, Hans Georg Conon von der Gabelentz já oferecia cursos em linguística geral (*Allgemeine Sprachwissenschaft*) nos anos 1880, ainda que seu cargo fosse de professor de línguas orientais, e Benfey, em sua história da linguística de 1869, dedicou algumas páginas (apenas 7 em um extenso livro de mais de 700 páginas, se deve admitir) ao desenvolvimento dos estudos da área na Alemanha (DAVIES, 1998, p. 13-14). Já no início do século XX (1906-1907), em Genebra, Ferdinand de Saussure ministra uma disciplina chamada *Linguistique générale et histoire et comparaison des langues indo-européennes* (p. 13). Também se podem citar publicações ligadas a reflexões mais

²⁰ A seleção de professores universitários majoritariamente de dentro do próprio sistema universitário garantiu um elemento de continuidade que anteriormente faltava e abriu novas possibilidades para um desenvolvimento coerente. Quando nós falamos de linguistas *mainstream*, nós estamos nos referindo, na verdade, àqueles que foram aceitos pelo cânone acadêmico (tradução livre).

teóricas e gerais sobre a linguagem e sobre a linguística ainda no século XIX e no início do século XX, podendo-se encontrar exemplos publicados na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, além de na Alemanha. Para mencionar apenas algumas obras, na França, em 1886, Michel Bréal publica seu *Essai de sémantique (science des significations)*; na Alemanha, em 1871, Steinthal escreve *Abriss der Sprachwissenschaft. I Einleitung in die Psychologie und Sprachwissenschaft* (Introdução à Psicologia e à Ciência da Linguagem, em tradução livre); nos Estados Unidos, Whitney lança, em 1867, *Language and the study of language* e, em 1875, *The life and growth of language* (p. 296-297). Esses são apenas alguns exemplos de trabalhos linguísticos feitos ainda no século XIX, para além da Alemanha, que tiveram impacto no desenvolvimento da linguística, na época e posteriormente. Eles são testemunhas de uma mudança no cenário geral da época, quando a linguística vivia uma passagem gradual de um período relativamente dominado por uma tradição de estudos que se apresentava como um movimento unívoco, a gramática comparada, com a escola dos neogramáticos como a ponta de uma linha de desenvolvimentos e progressos, para um período em que surgiam novas preocupações e interesses quanto à língua e à própria linguística.

Pode-se afirmar que as mudanças que marcam o período final do século XIX e o início do século XX, na linguística, não são, no entanto, uma verdadeira e radical ruptura com as tradições comparatistas e históricas que ganharam destaque durante a maior parte do século XIX. Apesar de mudanças epistemológicas significativas, em método e perspectivas, pode-se entender que elas significaram mais uma ampliação no escopo dos estudos, se comparado com o que se vinha fazendo de modo preponderante até então, e menos uma quebra total com relação aos resultados alcançados nos anos anteriores (DAVIES, 1998, p. 324-326; JOSEPH, 2002, p. 47). Em verdade, se as últimas décadas foram de mudanças para a linguística, isso acompanha, de certo modo, um movimento mais amplo que, no mesmo momento, ocorria em outros campos das ciências, em especial as sociais, como a psicologia e a sociologia, que estavam se estabelecendo à época (KOERNER, 1976, p. 701). É válido, aqui, falar um pouco sobre as ciências e suas classificações, de modo amplo e geral, como, por exemplo, as divisões em ciências físicas, naturais, morais etc., para que se possa também falar sobre as preocupações com a cientificidade da linguística que são recorrentes durante os séculos XIX e XX.

Na revisão histórica da linguística oferecida pelo *CLG*, pode-se notar, como comentamos na seção anterior, uma preocupação com a cientificidade do campo, reflexo das discussões sobre o assunto no mesmo período histórico. Quando, no *CLG*, divide-se o desenvolvimento dos estudos linguísticos em fases, elas são consideradas passos em direção ao que é chamado de “a verdadeira ciência da Linguística” (SAUSSURE, 2006, p. 10). Das três fases citadas no livro, a saber, a gramática tradicional, a filologia e a gramática comparada, nessa ordem, apenas a terceira é chamada de ciência, sendo as outras duas excluídas desse âmbito. A diferença entre as duas primeiras fases e a terceira, que poderia explicar porque apenas a gramática comparada é considerada uma ciência, parece ser o interesse por um objeto de estudo primordial, a língua, o que, segundo a revisão do *CLG*, podia ser observado apenas na terceira fase. Além disso, também parece haver o fator do desenvolvimento de um método comparativo para o tratamento das línguas, já que se faz menção a William Jones como aquele que primeiro descobriu afinidades e parentescos entre o sânscrito e línguas européias e asiáticas. No entanto, se frisa que cabe a Bopp o posto de fundador da ciência já que teria sido ele o primeiro a entrever a possibilidade de “[e]sclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 8). No livro *From Whitney to Chomsky: essays in the history of american linguistics*, de (2002), editado por Joseph, há, no capítulo 3, uma parte interessante chamada “‘Progress’ and ‘science’ in linguistics”, em que Joseph discorre sobre a ideia de progresso na linguística do século XX como estando intimamente ligada àquela de cientificidade, em especial quando se observam as revisões e relatos de tal século sobre os feitos do século anterior. Lê-se:

When in the first part of the 20th century the great achievements of the 19th-century forebears were summarized, it was in terms of the new methodological rigour they introduced into the analysis of language, and of their success in abandoning formerly connected fields, such as philology and mythology [...]. In other words, progress was defined as the acquisition of autonomous status for linguistic science. (JOSEPH, 2002, p. 47)²¹

No excerto acima, ao explicar o comportamento médio observado no século XX com relação ao XIX, encontra-se uma visão que vai de encontro, precisamente, com o

²¹ Quando, na primeira parte do século XX, os grandes feitos dos importantes nomes do século XIX foram resumidos, isso foi feito em termos do rigor metodológico novo que eles introduziram na análise da língua e em termos de seu sucesso em abandonar antigos campos conexos, como a filosofia e a mitologia [...].

Em outras palavras, o progresso era definido como a aquisição de status autônomo para a ciência linguística (tradução livre).

que se observa na revisão histórica da linguística fornecida pelo *CLG*. Nele, também, como notamos, há uma ordem cronológica e também de progresso no desenvolvimento da linguística e certamente a cientificidade das tradições de estudo é fator preponderante para decidir sobre os espaços cedidos a cada uma e para as críticas tecidas a umas e a outras, envolvendo precisão na delimitação de objeto de estudo, rigor de método etc. É importante lembrar que o livro surge num momento histórico agitado, no início do século XX, e que nele há uma confluência de reflexões acerca de vários aspectos das tradições de estudos dos séculos anteriores, em especial do XVIII e XIX.

Porém, ainda que a gramática comparada seja chamada de ciência no *CLG*, mais adiante na revisão histórica do livro, encontra-se a seguinte observação: “[t]al escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Lingüística.” (SAUSSURE, 2006, p. 10). Apesar de todos os feitos da nova tradição de estudos, faltava, ainda, segundo o *CLG*, uma preocupação com a natureza do objeto de estudo da mesma, além de ser ela demasiada ou exclusivamente comparativa, e não histórica, acarretando, então, em um método que ocupava o espaço de finalidade, objetivo da nova ciência. Sobre a natureza do objeto de estudo dos comparatistas, vem explícita no livro, também, a crítica à visão naturalista da língua, ligada a Schleicher (SAUSSURE, 2006, p. 10 e p. 271). O que se chama no *CLG* de “Lingüística propriamente dita” (p. 11) surgiu, segundo consta no livro, a partir da escola posterior à gramática comparada, a dos neogramáticos, e isso, como vimos anteriormente, apenas a partir dos anos 1870. As reflexões acerca das condições de vida das línguas, bem como a revisão do método comparativo, que passa de finalidade à posição de mero método, e a articulação histórica dos resultados das comparações são fatores citados no livro como significativos progressos em relação à gramática comparada. O abandono da visão naturalista da língua, em detrimento de uma visão mais social dela, também ganha destaque, como se vê nas seguintes passagens:

[...] não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos. (SAUSSURE, 2006, p. 12)

Desde então, não mais se ousa dizer: “a língua faz isto ou aquilo” nem falar da “vida da língua” etc., pois a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam. (p. 12, nota 1)

Como mencionamos nesta seção, várias eram as ciências que estavam passando por mudanças ou se solidificando no final do século XIX, sendo a linguística mais uma delas. Na passagem acima podemos ver que, no âmbito da linguística, o escopo se

amplia, abrindo lugar para uma visão social do objeto de estudo, a língua, que, antes, não era comumente observado por esse lado.

Vimos já que analisando a revisão histórica da linguística do *CLG*, podemos observar semelhanças entre ela e a historiografia usual do século XIX. Notamos, além disso, que ela também tem suas diferenças, sendo por vezes mais moderada em suas representações das diversas escolas linguísticas do período e de períodos anteriores, reconhecendo o valor das tradições passadas, bem como avaliando que, apesar dos progressos alcançados pela gramática comparada e pelos neogramáticos, restavam ainda muitos problemas de linguística geral por resolver. Com isso, nota-se que ao mesmo tempo em que a revisão do *CLG* não enfoca com tanto fervor rupturas límpidas entre escolas linguísticas, ela também as avalia enquanto tentativas em direção ao que seria a verdadeira ciência linguística, destacando falhas e faltas que atrasavam a chegada a ela e progressos que impulsionavam na trajetória. A preocupação com a cientificidade da disciplina estava, portanto, fortemenente presente. Sobre um olhar mais voltado aos movimentos de continuidade de algumas ciências a outras, ao invés de um olhar mais atento a rupturas nem sempre tão claras ou evidentes, Joseph (2002) oferece uma reflexão que ajuda a compreender as mudanças graduais que caracterizam os desenvolvimentos da linguística geral e do fim do século XIX e do século XX. Sobre diferentes paradigmas científicos na linguística, escreve ele:

Historical continuities with the 19th and earlier centuries give a firmer grounding to judgements concerning the 20th. For linguistics, such continuities are undeniable: the founders of 20th-century linguistic theory, trained in that of the late 19th, rejected few of its fundamental principles but sought instead to extend their scope. Looking back over the whole of the past 200 years, a still grander continuity emerges, one that sweeps over and above the paradigmatic and methodological breaks and splinters that occupy our attention most of the time. It is the gradual realignment of the study of language away from moral science, philosophy, aesthetics, rhetoric and philology, and in the direction of the natural sciences – first botany, biology, chemistry and comparative anatomy; then geology; and finally, by the 20th century, physics, by way of mathematics. (JOSEPH, 2002, p. 47)²²

²² Continuidades históricas do século XIX e de séculos anteriores oferecem uma base firme para julgamentos referentes ao século XX. Para a linguística, tais continuidades são inegáveis: os fundadores da teoria linguística do século XX, treinados no XIX, rejeitaram poucos dos seus princípios fundamentais, mas buscaram, porém, estender seu escopo. Olhando para trás, revisitando os 200 anos do passado, uma continuidade ainda maior emerge, uma que passa por cima das rupturas paradigmáticas e metodológicas que ocupam nossa atenção na maior parte do tempo. É o gradual realinhamento do estudo das línguas, afastando-se das ciências morais, da filosofia, da estética, da retórica e da filologia, e indo na direção das ciências naturais – primeiro a botânica, a química e a anatomia comparativa; depois, a geologia; e, finalmente, já no século XX, a física, através da matemática (tradução livre).

Quando Joseph fala de um afastamento gradual das ciências morais, da filosofia, da filologia etc., e uma aproximação das ciências naturais, da botânica, da biologia, da matemática, se entende que ele faz referência a um extenso período de tempo, de um século a outro, em que, com os desenvolvimentos das diferentes tradições linguísticas, da gramática comparada aos neogramáticos, testemunhou-se um processo mais amplo que envolvia afastar-se da filosofia e aproximar-se das ciências naturais. Esse movimento é parte de um projeto de cientificação da linguística, se fazendo, então, não mais uma linguística filosófica, mas sim criando uma ciência linguística, ou melhor, uma linguística científica (YNGVE, 1996, p. 24-25; FORMIGARI, 2004, p. 3). Nesse processo, algumas mudanças ocorrem, como a ênfase nas pesquisas empíricas (FORMIGARI, 2004, p. 3), a primazia da coleta e tratamento de dados das línguas em detrimento de reflexões teóricas ou filosóficas acerca das mesmas (YNGVE, 1996, p. 24), um distanciamento paulatino do fator humano no estudo das línguas, requisito para o título de ciência no sentido moderno do termo (JOSEPH, 2002, p. 47), a formulação acerca do objeto de estudo da linguística científica que reforça o caráter concreto dele, ao contrário do caráter abstrato do objeto de estudo da linguística filosófica (SCHLEICHER, 1869, p. 119). Sobre esse último aspecto, talvez seja interessante citar as palavras do próprio Schleicher: “Linguistics has to do immediately with language, the object of linguistics is thus a concrete reality; namely the specific given languages, that of linguistic philosophy on the contrary is an abstract ideal.” (SCHLEICHER, 2014, p. 119)²³. É importante citar a formulação de Schleicher, pois é notadamente a partir do enfoque naturalista dado por ele à língua que a aproximação com as ciências naturais alcança seu ápice, na gramática comparada. Durante o século XIX em geral, porém, desde antes das formulações de Schleicher entre 1850-1870, a linguística era considerada, de maneira mais específica, uma ciência histórica (FORMIGARI, 2004, p. 3).

É a partir da escola dos neogramáticos e de outros linguistas do mesmo período, como aponta o próprio *CLG* e como vimos nesta seção, que a visão da língua como um organismo ou uma entidade própria é rejeitada. O paradigma schleicheriano ou a visão naturalista da língua é rejeitado pelos neogramáticos, ainda que, segundo Koerner, eles não tenham sido capazes de propor um novo paradigma que ocupasse o lugar daquele

²³ “linguística está imediatamente relacionada à linguagem, assim, o objeto da linguística é uma realidade concreta; a saber, as línguas específicas dadas, o objeto da filosofia linguística, pelo contrário, é um ideal abstrato (tradução livre).”

rejeitado. Afirma o autor: “I maintain that the neogrammarians did not provide a new paradigm to replace the Schleicherian one, although their argument provided the ground for the ‘Saussurean revolution’.”(KOERNER, 1976, p. 699)²⁴. O que Koerner chama de “revolução saussureana” não se trata, estritamente, de um movimento de mudança radical iniciado por Saussure com o *CLG*, já no século XX. O autor frisa que aquilo que se pode chamar hoje de uma revolução saussureana inicia já no fim do século XIX e segue século XX adentro (p. 701). Essa revolução parece estar intimamente ligada à mudança epistemológica envolvendo o abandono da perspectiva naturalista da língua e a aproximação de uma ciência linguística que não separasse radicalmente história e teoria.

Sobre as divisões e classificações das ciências nos séculos XIX e XX muito se poderia dizer e certamente se poderia citar algumas perspectivas diferentes, a depender da fase histórica e do autor, a respeito desse assunto. Para manter o foco no *CLG*, como livro que é um amálgama de diversas tradições linguísticas e um testemunho de diferentes concepções de cientificidade, devido às influências dos séculos XVIII e XIX em que processos de surgimento e maturação de diversas ciências ocorreram, exploraremos brevemente alguns textos selecionados e presentes no livro *Avant Saussure*, editado por Claudine Normand, de 1978. O livro conta com textos de 1875 a 1924, selecionados por vários estudiosos de Ferdinand de Saussure, sendo interessante também e especialmente porque enfoca textos e resenhas do período que aqui nos interessa, do fim do século XIX ao começo do XX. Ele propõe uma perspectiva da qual é possível se observar a questão da cientificidade da linguística, a partir dos problemas da linguística geral no momento pré-saussureano.

José Médina, na introdução ao primeiro capítulo de *Avant Saussure*, chamado *La linguistique, quel objet, quelle science?*, afirma, sobre o período pós-neogramáticos, o seguinte: “Depuis les néo-grammairiens tout modèle biologique est définitivement banni, on ne considère plus la langue selon ses propres lois internes d’évolution. La langue n’a pas en elle-même sa propre nature, il faut chercher ailleurs.” (MÉDINA, 1978, p.13)²⁵. Dessa passagem, é muito importante a ideia de um enfoque nas leis internas da língua, que está, como veremos mais adiante, ligada à mudança

²⁴ “eu defendo que os neogramáticos não forneceram um novo paradigma para substituir aquele de Schleicher, mas seus argumentos forneceram o fundamento para a ‘revolução saussureana’” (tradução livre).

²⁵ “Desde os neogramáticos, todo modelo biológico está definitivamente banido, não se considera mais a língua segundo suas próprias leis internas de evolução. A língua não tem nela mesma sua própria natureza, é necessário buscar em outro lugar” (tradução livre).

epistemológica concernente à visão da ciência linguística, cada vez mais próxima (ou aproximada) das ciências das leis, mais do que unicamente das ciências dos fatos. Poder-se-ia dizer também que a mudança envolvia uma tentativa de distanciamento das ciências morais, na qual usualmente se inclui a filosofia e a história, por exemplo, e uma aproximação idealizada das ciências naturais. Afirma Médina sobre o período dos neogramáticos: “la loi a pour fonction d’élever la connaissance du langage à la dignité de science, suivant en cela le mouvement positif des sciences morales qui, en s’idéalisant, se rapprochent des sciences de la nature.” (MÉDINA, 1978, p. 12)²⁶. De fato, como pode ser visto pelo texto de 1898, de Edmond Goblot, reproduzido parcialmente no livro *Avant Saussure*, as ciências morais tinham dificuldades para ser aceitas enquanto ciências propriamente ditas, não tendo o status que tal título agregava às ciências naturais. Sobre tal divisão, escreve ele:

D’autre part, mathématiciens, physiciens et biologistes se considèrent volontiers comme les seuls vrais titulaires du domaine scientifique, se refusant à donner le nom de science à des inventaires de faits sans lois, comme l’histoire, à des spéculations éloignées des faits, comme la plupart des philosophies. [...] [M]ais toutes s’efforcent de devenir positives, de s’affranchir des métaphysiques et de prendre rang parmi les sciences de la nature. [...] [L]a différence entre les sciences naturelles et les sciences morales est que celles-ci sont moins avancées. (GOBLOT, 1978, p. 15-16)²⁷

Observa-se, com essa perspectiva contemporânea ao período que está em análise, que não apenas as ciências morais não eram consideradas num mesmo patamar que as ciências naturais, mas também que, influenciadas pelo positivismo, elas tentavam se aproximar das últimas (ver mais sobre essa divisão/classificação das ciências em NORMAND, 1978, capítulos I a IV).

Ainda que esse movimento de mudança epistemológica tenha iniciado gradualmente já no século XIX, a passagem da linguística de ciência histórica à ciência das leis não é fácil, por conta de diversos fatores, inclusive um ligado às particularidades do objeto de estudo da linguística em relação aos objetos de estudo de outras ciências. Segundo o *CLG*, enquanto os objetos de outras ciências são dados de

²⁶ “A lei tem por função elevar o conhecimento da linguagem à dignidade de ciência, seguindo nisso o movimento das ciências morais que, ao se idealizar, se aproximam das ciências da natureza” (tradução livre)

²⁷ “Por outro lado, matemáticos, físicos e biólogos se consideram, com prazer, os únicos verdadeiros titulares do domínio científico, recusando-se a dar o nome de ciência a inventários de fatos sem leis, como a história, as especulações distantes dos fatos, como a maioria das filosofias. [...] [M]as todas se esforçam para se tornar positivas, para se emancipar das metafísicas e tomar seu lugar entre as ciências da natureza. [...] [A] diferença entre as ciências naturais e as ciências morais é que estas são menos avançadas.” (tradução livre)

antemão, podendo ser analisados de diversos pontos de vista, o da linguística não precede o ponto de vista, mas é, ao contrário, criado por ele e não se pode dizer de antemão de qual ponto de vista seria melhor se analisar a língua (SAUSSURE, 2006, p. 15). Precisamente, durante o desenvolvimento da linguística geral, entre os séculos XIX e XX, há uma percepção cada vez maior da importância de adotar ou unir diferentes perspectivas das quais estudar a língua, causando, assim, um abalo na divisão binária de ciências morais, ou de ciência histórica, e de ciências naturais, na área da linguística (FORMIGARI, 2004, p. 3). Vê-se, ao longo dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX a emancipação e surgimento de diversas ciências sociais, como a psicologia e a sociologia e, ainda que seja difícil traçar as influências de cada uma delas na linguística nesse momento de desenvolvimento da linguística geral, parece seguro afirmar que essa efervescência influenciou o percurso dessa ciência. Quanto a Saussure e, conseqüentemente, quanto ao *CLG*, ainda que seja arriscado afirmar que uma ou outra ciência tenha influenciado o linguista diretamente, ou tentar traçar no *CLG* que perspectivas ou reflexões são reflexos de alguma delas, é difícil imaginar, ao contrário, que ele não tenha sido influenciado de modo algum pelos processos da época (KOERNER, 1976, p. 701). A afirmação essencial de que a língua é “a parte social da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p. 22), no *CLG*, demonstra já uma diferença central entre esse novo desenvolvimento que é a linguística geral com relação à linguística como uma ciência histórica. Em verdade, pode-se dizer que a linguística geral não rompe com a perspectiva histórica, mas a une com a teórica (NORMAND, 1978, p. 7; PUECH & RADZINSKI 1978, p. 82; FORMIGARI, 2004, p. 3). Séchehaye, discípulo de Saussure e um dos editores do *CLG*, em um texto de 1908, sobre o que ele chama de *linguistique théorique*, afirma, de modo semelhante:

La plus haute ambition que nous puissions concevoir pour notre travail, c'est qu'il contribue, au moins pour une part, à avancer le jour où la linguistique théorique sera une science bien organisée, un véritable auxiliaire de la linguistique historique mise au service de la connaissance de l'homme. (SÉCHEHAYE, 1978, p. 25)²⁸

Como pudemos ver nesta seção, houve, certamente, o início de uma mudança no desenvolvimento da linguística a partir dos últimos anos do século XIX, que seguiu se desenrolando no século XX. Tal mudança, porém, não se caracteriza como uma ruptura

²⁸ “A mais alta ambição que podemos conceber para nosso trabalho é que ele contribua, ao menos em parte, para aproximar o dia em que a linguística teórica será uma ciência bem organizada, um verdadeiro auxiliar da linguística histórica, posta a serviço do conhecimento do homem.” (tradução livre)

radical com relação às escolas linguísticas do século XIX ou como a fundação institucionalizada e pontual da linguística geral. Em verdade, o período em questão, ainda que tenha testemunhado o surgimento dessa nova tradição de estudos linguísticos, foi de bastante agitação. Toda essa efervescência da época teve suas influências na área da linguística, ainda que seja difícil traçar com exatidão os pesos que cada ciência particular teve no campo da linguística como um todo e especificamente na linguística geral. A discussão sobre a classificação das ciências e a preocupação com a cientificidade das áreas de estudo, entre elas a linguística, também estavam na ordem do dia. O *CLG*, nosso objeto de estudo aqui, por ter sido fruto dos ensinamentos e do modo de pensar saussureanos, ou seja, por reunir as reflexões de um linguista que foi treinado no século XIX, apesar de ter feito algumas de suas importantes contribuições para a linguística, como os cursos que ministrou na universidade de Genebra, já no século XX, é um ótimo testemunho do período. O fato de o livro ter sido editado por linguistas que também vivenciaram os desenvolvimentos da linguística durante o século XIX e ter sido lançado no início do século XX, também fazem dele um documento importante e privilegiado dessas mudanças e agitações que revisitamos. Ele próprio foi responsável pela organização sistemática de muitas delas, ajudando a dar à linguística geral um espaço significativo na linguística. No *CLG*, desde a Introdução, já encontramos reflexões sobre vários dos aspectos que revisamos aqui, que estavam em voga durante o fim do século XIX e o início do XX, como a discussão acerca da cientificidade da linguística, nos capítulos I, III e IV, por exemplo; a importância de redefinir o projeto dessa ciência, nos capítulos II, III e IV; de definir o objeto dessa ciência, nos capítulos III, IV, V, VI e VII; de diferenciá-la das outras ciências, nos capítulos II e III. Enfim, esses aspectos são discutidos nos capítulos que mencionamos acima, mas não apenas neles, já que o livro segue apresentando um programa para a ciência da linguística, voltando a debatê-los em pormenor em partes e capítulos posteriores. Com essa pequena lista, observamos, simplesmente, que é fácil perceber que o *CLG* se propõe a tratar de variados aspectos relativos à ciência linguística que, como vimos ao longo dessa seção, estiveram marcadamente presentes no desenrolar da mesma no período histórico agitado que viu o início da linguística geral.

2 CONCEITOS DE GRAMÁTICA NO CLG

Os objetivos desta seção são investigar os sentidos do termo gramática e esclarecer de que gramáticas falamos quando nos referimos às “gramáticas no/do CLG”. Também é nesta seção que indicamos quais são os focos do capítulo 3 desta dissertação, bem como os motivos pelos quais eles foram selecionados e o modo como foram escolhidos.

Falar sobre gramática é complexo e defini-la, positiva ou negativamente, é uma tarefa árdua. Gramática pode ter inúmeras definições diferentes, ter escopo amplo ou estreito, a depender do período histórico que se adota como perspectiva, dos autores que se busca como fonte, das escolas linguísticas em que a observamos, do ponto de vista, enfim, que se toma para investigá-la. É interessante começar com uma diferenciação entre as gramáticas e a gramática, já que ela ajuda a traçar limites entre um âmbito e outro.

No livro *La grammaire d'aujourd'hui* (ARRIVÉ, GADET & GALMICHE, 1986), encontramos uma distinção baseada no contraste singular/plural do termo gramática e que explora brevemente os significados de tal contraste, ajudando-nos a precisar nosso foco neste trabalho. Reconhecendo a gramática como um produto cultural, reconhece-se, também, que ela não é homogênea, estando sujeita a diferentes concepções e pontos de vista que, por sua vez, aparecem na forma de escolas ou tendências teóricas diversas. Como subproduto de tais tendências, surgem variadas tentativas de exploração pedagógica delas, como livros e manuais que servem de apoio para cada uma dessas diversas linhas, contendo suas especificidades, seus conceitos próprios etc. Tais manuais podemos também chamar de gramáticas e, conforme sua especificidade, os nomes podem delimitar seu escopo, apontando a que tendência ou escola particular cada um serve, à gramática funcional ou à gramática gerativa, por exemplo (ARRIVÉ, GADET e GALMICHE, 1986, p. 298-297). Todas essas gramáticas, diferentes entre si, cada qual com seus desdobramentos pedagógicos e mesmo institucionais próprios, porém, têm algo em comum, a saber, o conceito mais amplo que as engloba, a gramática no singular.

Contemporaneamente, poderíamos tentar definir a gramática, de modo amplo, como o sistema que representa e descreve o funcionamento das línguas. Essa definição faz sentido quando alguém se refere à gramática de uma língua x, a gramática do português, por exemplo, fazendo menção não à uma gramática específica, a um manual

ou a um livro de gramática do português, mas sim ao funcionamento geral da língua portuguesa, com seus elementos característicos. Poder-se-ia, de mesmo modo, falar da “gramática” de um jogo, por exemplo, referindo-se às regras e elementos que representam e explicam o funcionamento do mesmo. Tal definição, no entanto, pode ser aprofundada ou expandida em diversas direções, por exemplo, Flip Droste e John Joseph, no livro *Linguistic Theory and Grammatical Description: Nine Current Approaches* (1991), apontam para uma ambiguidade múltipla do termo gramática, como se vê a seguir: “It refers either to the underlying universal system or to a language-specific system. [...] At the same time, it refers both to the internal system of the language user and to the set of hypotheses the linguist puts forth to explain that system.” (DROSTE & JOSEPH, 1991, p. 4)²⁹. Vemos, na passagem acima, um sentido de gramática em geral próximo daquele que esboçamos, mas que sugere pelo menos outras quatro nuances para o termo, relativas à possibilidade de ele estar relacionado com um sistema universal ou específico de uma língua, além de poder se referir também ao sistema ou conhecimento da língua que cada falante tem internalizado, bem como à exposição sistemática da língua (ou das línguas) que os linguistas tentam executar para explicar seu funcionamento. A questão do sistema ou conhecimento da língua que os falantes têm internalizado é elemento recorrente nas tentativas de definição da gramática. Arrivé, Gadet e Galmiche também destacam esse como um fator constitutivo da natureza da gramática, como se pode observar na passagem abaixo:

Tout locuteur, quel que soit son niveau de culture, met en oeuvre dans ses échanges langagiers, un savoir qui ne peut se concevoir que comme la connaissance implicite de mécanismes très généraux (processus ou règles) que l'on caractérise aujourd'hui par la notion de *compétence linguistique*, souvent interprétée dans le sens de <<grammaire intériorisée>>. Ainsi, l'objet de la grammaire (et *a fortiori* de toute grammaire) devait, dans cette perspective, correspondre à une entreprise visant à décrire, systématiser, codifier l'ensemble des mécanismes constitutifs de ce savoir intériorisé et idéalisé. (ARRIVÉ, GADET e GALMICHE, 1986, p. 299, grifos dos autores)³⁰

²⁹ “se refere ou ao sistema universal subjacente ou a um sistema específico a uma língua. [...] Ao mesmo tempo, se refere tanto ao sistema interno do usuário da língua e ao conjunto de hipóteses que o linguista postula para explicar esse sistema” (tradução livre).

³⁰ “Todo locutor, seja qual for seu nível de cultura, põe em funcionamento em suas trocas languageiras um saber que só pode se conceber como o conhecimento implícito de mecanismos muito gerais (processos ou regras) que se caracteriza hoje em dia com a noção de *competência linguística*, frequentemente interpretada no sentido de ‘gramática interiorizada’. Assim, o objeto d’A gramática (e *a fortiori* de toda gramática) deveria, nessa perspectiva, corresponder a um empreendimento que visa a descrever, sistematizar e codificar o conjunto dos mecanismos constitutivos desse saber interiorizado e idealizado” (tradução livre)

No excerto acima, é relevante não apenas notar que está em jogo novamente a distinção entre gramática e gramáticas, e na definição da primeira o aspecto de sistema da língua internalizado pelos falantes, como também é importante observar o que apontam os autores acerca da natureza primordial da gramática em relação às gramáticas. Eles sugerem que a partir da compreensão da natureza da gramática e de seus objetivos se compreende, também, a natureza e os objetivos das gramáticas. De fato, mesmo que pensemos em gramáticas distintas, como a comparada e a tradicional, podemos encontrar em uma e em outra aspectos constitutivos da definição de gramática com a qual temos trabalhado até agora: ambas buscam elementos do sistema das línguas, de modo a, por exemplo, explicar, compreender, comparar ou ensinar seu funcionamento, ainda que o façam a partir de perspectivas temporais diferentes, através de métodos diversos ou com interesses e objetivos variados.

Ainda sobre a gramática, outra forma de aprofundarmos um pouco mais nossa exploração em direção a sua definição é destacar a diferenciação que se faz dela em relação aos dicionários, o que tem desdobramentos interessantes. Arrivé, Gadet e Galmiche fazem esse contraste afirmando que enquanto o dicionário lista as palavras da língua e seus significados, a gramática:

se charge, en principe, de décrire les moyens dont dispose la langue pour combiner ces unités afin d'obtenir des segments d'ordre supérieur, à savoir les *phrases*, et ce, en rendant compte des variations que les mots en question sont amenés à subir au cours de ce processus de combinaison [...]. (ARRIVÉ, GADET e GALMICHE, 1986, p. 298, grifo dos autores.)³¹

Na passagem acima, os autores diferenciam, portanto, as duas partes clássicas da gramática, que seriam a sintaxe e a morfologia. Jespersen, no livro *The Philosophy of Grammar*, de 1924, já fazia o mesmo contraste entre gramática e dicionário. Ele diz, de modo semelhante ao que vimos aqui: “Grammar deals with the general facts of language, and lexicology with special facts.” (JESPERSEN, 1963, p. 32)³². Lexicologia seria, pois, o âmbito do dicionário. Variam, porém, os elementos ou aspectos colocados sob responsabilidade da gramática, a depender, como dissemos antes nessa seção, de diferentes fatores, do período histórico em que nos colocamos aos autores que consultamos. No verbete acerca de gramática na *Encyclopaedia Britannica*, por exemplo, a gramática é definida como:

³¹ “se ocupa, a princípio, de descrever os meios dos quais dispõe a língua para combinar essas unidades a fim de obter segmentos de ordem superior, a saber, as *frases*, e isso dando conta das variações pelas quais as palavras em questão são levadas a se submeter ao longo do processo de combinação” (tradução livre)

³² “a gramática se ocupa dos fatos gerais da língua e a lexicologia com os fatos especiais” (tradução livre).

The underlying structure of a language that any native speaker of that language knows intuitively. The systematic description of the features of a language is also a grammar. These features are the phonology, morphology, syntax, and semantics. (GRAMMAR, Encyclopaedia Britannica)³³

Nessa concepção contemporânea e bastante usual de gramática, ficam sob a tutela da mesma não apenas a sintaxe e a morfologia, como também a fonologia e a semântica. A definição de gramática que se encontra no dicionário *Oxford* segue a mesma linha, afirmando que ela é: “The whole system and structure of a language or of languages in general, usually taken as consisting of syntax and morphology [...] and sometimes also phonology and semantics.” (GRAMMAR, Oxford Dictionaries)³⁴.

Quando encontramos tais adendos sobre as categorias que seriam do âmbito da gramática, pode-se observar que não há uma única definição rígida e correta dela, pois ainda que muitas das tentativas de resumo do que seria a gramática sigam numa direção parecida, oferecendo-nos um esboço de definição usual dela, alguns aspectos variam em umas e outras dessas tentativas. Um dos aspectos mais variáveis é precisamente o das categorias que estariam dentro do escopo da gramática. Assim também ocorre com as gramáticas, visto que as categorias ou âmbitos de interesse de cada uma variam. Pode-se sugerir, em verdade, que é a partir dessa diferenciação, ou talvez por conta dela, que se torna cada vez mais complicado falar da gramática em um sentido amplo. À medida em que se tenta pontuar exatamente que categorias ou partes do estudo da língua cabem a elas, e, assim, fazendo-se necessário distinguir gramáticas diferentes, se conclui que nem sempre estarão presentes nelas todas as categorias que citamos aqui, ou, estando, nem todas terão a mesma relevância, de acordo com os objetivos da cada gramática. Desse modo, a gramática comparada não guardava lugar de destaque para a semântica, ao menos não como guardava para a morfologia ou para a fonologia, por exemplo; a gramática tradicional se interessava mais pela morfologia e sintaxe (JOSEPH, 2012, p. 73). Nesse aprofundamento nas especificidades das gramáticas também se distinguem – e ajudam a distinguir elas próprias – outros aspectos, como o caráter normativo ou descritivo que elas podem ter, o interesse em fenômenos dinâmicos ou estáticos etc.

Tendo analisado brevemente algumas diferenças entre a gramática e as gramáticas, pois consideramos este um bom ponto de referência para desfazer possíveis

³³ “A estrutura subjacente de uma língua que qualquer falante nativo de uma língua sabe intuitivamente. A descrição sistemática das características de uma língua é também uma gramática. Essas características são a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica” (tradução livre)

³⁴ “todo o sistema e estrutura de uma língua ou das línguas em geral, geralmente tomadas como compostos de sintaxe e morfologia [...] e também às vezes como fonologia e semântica” (tradução livre).

confusões acerca do assunto gramática, podemos delimitar nosso escopo de análise, especificando em qual dos âmbitos nos focaremos. Neste trabalho, nosso foco é nas gramáticas, mais do que na gramática. Como nosso objeto de estudo é o *CLG* e como nele podem-se encontrar reflexões e passagens sobre a gramática, bem como sobre diferentes gramáticas, como poderemos observar no capítulo 3 desta dissertação, fez-se necessário diferenciar tais âmbitos. Não é nosso objetivo, neste momento, falar de modo aprofundado sobre cada sentido que o termo gramática pode ter no *CLG* – tal empreitada seria muito interessante, mas também muito ousada –, nem mesmo pretendemos ir muito a fundo nos sentidos ou ocorrências daquelas gramáticas que selecionamos para analisar neste trabalho, já que este será o foco principal do próximo capítulo. No entanto, é preciso definirmos que gramáticas serão as personagens principais do capítulo seguinte.

Como dissemos, no *CLG* pode-se encontrar reflexões sobre a gramática, num sentido mais geral e mais próximo daquele usual que esboçamos no início deste capítulo. Exemplo disso podemos encontrar já no capítulo 3 da Introdução do livro, chamado Objeto da Linguística, em que, durante uma tentativa de definição da língua, pode-se ler: “Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todo os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um *sistema gramatical* que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 21, grifo meu). Que se afirme que há, no *CLG*, reflexões sobre a gramática, em sentido similar ao que tentamos esboçar aqui, não quer dizer que tudo que se disse sobre a gramática, de modo geral, aplica-se, também, à gramática no contexto do livro. A divisão das categorias do estudo das línguas que poderiam ou não ser incluídas no escopo da gramática é um exemplo disso, visto que, como mostramos, a visão clássica é que a lexicologia ficaria de fora desse escopo, e nele constariam apenas a sintaxe e a morfologia. No *CLG*, a visão de gramática não é tão restrita, como afirma Claudine Normand, no livro *Saussure*, quando fala da divisão que separa a lexicologia da gramática e sobre a posição do *CLG* quanto a isso:

O termo ‘gramática’ toma, então, um alcance bem maior, englobando o léxico [...] deixar-se-á de ‘excluir a lexicologia da gramática’ e será incluído ‘tudo que compõe um estado de língua em uma teoria de sintagmas e em uma teoria de associações’ (188). (NORMAND, 2009, p. 98-99)

Como vimos, há no *CLG* passagens sobre a gramática que seriam interessantes de analisar. Nosso objetivo neste trabalho, porém, está ligado a uma exploração do *CLG*

como texto histórico, ou seja, como livro em que, independentemente de ser lido sob a ótica de ruptura ou de continuidade, serve de testemunho da confluência de variadas tradições linguísticas e, o que nos interessa especialmente aqui, gramaticais, contendo reflexões sobre muitas delas. Citamos novamente Normand, quando ela fala um pouco sobre o *CLG* na história:

[...] o *CLG* seria um texto *fundamental* ou um texto *fundador*? ‘Fundamental’, todos o admitem, mas na continuidade da gramática comparada; é assim que o consideram os contemporâneos, que não o separavam do trabalho comparatista do *Trabalho sobre o sistema primitivo* de 1878; é assim que o julgava J. C. Milner, garantindo que o *Curso* forneceu a epistemologia de que a gramática comparada necessitava. Mas outros lhe atribuíram uma novidade mais radical [...] viram no *CLG* uma ‘ruptura’ (ou ‘corte’) epistemológico, consagrando-o, assim, como texto ‘fundador’ de uma ciência nova. (NORMAND, 2009, p. 118, grifos da autora)

É precisamente por concordarmos que diversas interpretações podem ser feitas acerca de processos de ruptura ou continuidade do *CLG* com tradições linguísticas como a gramática comparada, entre outras, mas, sobretudo, enfim, por concordarmos que existem interações entre o *CLG* e tais gramáticas, que queremos recenseá-las, analisá-las no contexto do livro e descobrir que papel elas ocupam nele, se são criticadas e afastadas ou não, quais são as bases de possíveis críticas a elas, situá-las historicamente em relação ao *CLG* em busca de uma melhor compreensão sobre a presença delas no livro etc.

Selecionamos quatro gramáticas presentes no *CLG* para serem analisadas no capítulo 3 deste trabalho, algumas das quais serão brevemente comentadas, outras que serão estudadas no contexto do livro de modo mais aprofundado, de acordo com a expressividade de cada uma nele. São elas a gramática comparada, a gramática geral, a gramática histórica e a gramática clássica ou tradicional. No *CLG*, podemos encontrar passagens e reflexões sobre todas as gramáticas citadas acima, algumas aparecem com maior frequência no livro, outras são citadas mais esparsamente. Nossa escolha não foi, porém, baseada apenas na frequência de ocorrência dessas gramáticas ao longo da obra que é nosso objeto de estudo, apesar de este ser um dos fatores que ajudou na escolha. Baseamos a seleção de gramáticas a serem comentadas no próximo capítulo em dois eixos principais, a saber, um histórico e um relativo à ocorrência e relevância. O primeiro aspecto, histórico, faz referência a gramáticas que são citadas no *CLG* e que de alguma forma têm relação histórica relevante com o livro, seja por conta do período em que ele foi escrito, seja pela época em que Saussure e os editores dele foram treinados e

desenvolveram parte de seus trabalhos. O século XIX, que revisitamos ao longo do capítulo 1 deste trabalho, foi um período influente e relevante para o *CLG*, ainda que o livro não tenha sido publicado durante tal século. A gramática comparada, por exemplo, que se desenvolveu fortemente durante o século XIX teve influência nessa obra, a ponto de, como vimos na passagem acima, termos opiniões divergentes sobre ser o *CLG* uma ruptura em relação a ela ou um representante de continuidade entre ela e os desenvolvimentos futuros da linguística. Desse modo, também por um fator histórico, podemos justificar a escolha de analisar a gramática tradicional que, apesar de ter sido relativamente deixada de lado durante o século XIX, é citada no *CLG*, sendo resgatada para ser analisada criticamente e tendo seu método, por ser sincrônico, elogiado (SAUSSURE, 2006, p. 97-98). A gramática histórica costuma ser relacionada à tradição de estudos em voga durante o século XIX, e, portanto, é também interessante ver em que momentos e com que tom ela é citada ao longo da obra. A gramática geral, relacionada à gramática de Port Royal, era ainda relevante até o início do século XIX e já utilizava desde o século XVII conceitos presentes no *CLG* como diferença, abstração, a diferenciação entre *langue* e *parole* etc. (JOSEPH, 2012, p. 144).

Quanto ao fator de ocorrência/relevância, ele está relacionado não apenas à quantidade de vezes que as gramáticas são citadas ou mencionadas no *CLG*, mas envolve, também, uma análise dos momentos, ao longo do livro, em que são trazidas para o debate. Por exemplo, é na Segunda Parte, sobre linguística sincrônica, área em que o *CLG* faz grandes contribuições à linguística geral, que se fala sobre gramática histórica e sobre gramática tradicional. Desse modo, nossas escolhas baseiam-se num fator de relevância histórica das gramáticas em relação ao *CLG* e em um fator de ocorrência/relevância delas no livro. Mais sobre as gramáticas selecionadas pode ser encontrado no capítulo seguinte.

3 AS GRAMÁTICAS NO CLG

Neste capítulo final, o foco é a análise das gramáticas no *CLG*, a saber, a gramática comparada, a gramática histórica, a gramática geral e a gramática tradicional. São 4 seções, cada uma dedicada à investigação de uma das gramáticas citadas acima. Como foi esclarecido no capítulo anterior, tais gramáticas não foram escolhidas apenas com base em número de ocorrências, visto que foram levados em conta também fatores como relevância ou relação delas com o *CLG* e com o período histórico em que ele foi publicado, além da localização, no livro, da ocorrência das mesmas. Sendo assim, a ordem das seções não está ligada à ordem de ocorrência delas no livro, nem de número de ocorrências. No entanto, sua ordem aqui também não é aleatória, tentamos dividi-las em dois grupos, a saber, as históricas e as descritivas, com relação a seus métodos, objetivos e interesses. Caem na primeira categoria as gramáticas comparada e histórica; na segunda, as gramáticas geral e tradicional. Tal contraste entre história e descrição, no que se refere às gramáticas, no geral, tomamos emprestado de Normand, que no livro *Saussure*, de 2009, em que investiga o *CLG*, dedica algumas páginas à investigação da tradição gramatical, da gramática comparada e da linguística histórica nos estudos da linguagem. A autora indica pontos de convergência entre as gramáticas histórica e tradicional, por exemplo, como se pode ver na passagem em que afirma:

Os gramáticos procederam sempre por comparação das formas, colocando em evidência traços comuns e diferenças no estabelecimento de paradigmas (conjugações, declinações...) e de regras (sintaxe), organizando a diversidade observável das formas; essa linha se funda sobre uma regularidade suposta em qualquer língua, o funcionamento de esquemas que regulam as variações. Nesse nível, o princípio da gramática histórica e da linguística histórica não difere daquele das gramáticas tradicionais: ele induz à busca de regularidades formais. (NORMAND, 2009, p. 41-42)

Porém, Normand trata também de traçar diferenças essenciais entre umas e outras, quando afirma que a gramática comparada “[s]e orienta maciçamente no sentido da história das línguas” (p. 41). Sobre a gramática tradicional ou sobre a tradição gramatical, para usar o termo de Normand, diz ela: “os gramáticos procederam a descrições minuciosas de paradigmas morfológicos e de regras sintáticas próprias a uma ou outra língua” (p. 41). Podemos ver aí o destaque da descrição, em detrimento de preocupações com a história das línguas. Sobre as gramáticas gerais, Normand também cita especificidades, quando fala do interesse delas, que, segundo a autora, recai na

investigação de “correspondência, [...] fora de qualquer consideração temporal, de um pensamento supostamente universal e das formas específicas realizadas.” (p. 43).

Portanto, as gramáticas têm pontos em comum, mas têm, também, suas especificidades; a meio caminho entre um grande grupo das gramáticas e a individualização extrema de cada uma, as gramáticas selecionadas para serem nosso foco neste trabalho foram divididas em dois grupos menores, como vimos, de acordo com algumas de suas especificidades. Iniciamos o capítulo com as gramáticas que colocamos do lado histórico, ou seja, primeiramente (seção 3.1) a gramática comparada e, na seção seguinte (3.2), a gramática histórica. Por fim, vêm as gramáticas que colocamos do lado da descrição, a saber, a gramática geral (seção 3.3) e, por último, a gramática clássica ou tradicional (seção 3.4). Desse modo, a passagem de uma seção, ou escola gramatical, à outra não será tão brusca em termos dos contextos – históricos, institucionais etc. – que se traçam em uma e outra seção para a análise das diferentes gramáticas, de maneira que as seções não fiquem distantes ou desconexas entre si. Iniciamos pelas históricas, porém, porque, em termos de desenvolvimento e produção ativa, são as mais recentes em relação ao *CLG*, já que se desenvolveram principalmente durante o século XIX, como vimos no capítulo 1, e ainda tinham relevância no século XX, ou seja, estavam ainda, em extensões que investigaremos nas seções referentes a elas, em contato e relação com o *CLG*.

Em cada seção encontra-se um panorama geral sobre cada gramática, com a localização das ocorrências de cada uma delas com relação às partes e capítulos do livro, quando for possível rastreá-las, de modo a oferecer uma espécie de mapa da ocorrência das mesmas. Citam-se, portanto, algumas passagens selecionadas do *CLG* acerca das gramáticas, a fim de identificar possíveis críticas ou comentários positivos a elas, ou seja, para que se possa identificar movimentos de afastamento ou de aproximação do *CLG* em relação às gramáticas selecionadas para análise. O tom com que as gramáticas são tratadas no *CLG* e os papéis delegados a cada uma delas são analisados, também, sob uma perspectiva histórica, isto é, com base naquilo que investigamos no capítulo 1 deste trabalho, por exemplo, acerca dos estudos da linguagem e da linguística durante os séculos XIX e XX. Pode-se tentar traçar paralelos ou ligações entre os desenvolvimentos na área da linguística nos períodos históricos próximos do *CLG* e o que se encontra nele com relação aos papéis desempenhados pelas gramáticas. Não nos limitaremos, necessariamente, ao séculos XIX e XX, visto

que, ao longo das análises, pode-se ver a necessidade de seguir certas linhas de desenvolvimento nos estudos da linguagem que iniciam antes de tais períodos.

3.1 GRAMÁTICA COMPARADA NO *CLG*

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a gramática comparada foi uma escola linguística que se desenvolveu durante o século XIX e que durante o século XX, particularmente em seu início, era ainda bastante relevante. Tal escola tem uma proximidade histórica com o *CLG*, visto que ele foi publicado em 1916 e que os cursos de linguística geral ministrados por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra, que deram origem ao livro, ocorreram entre 1907 e 1911. Além disso, como mostramos, Saussure recebeu seu treinamento de linguista junto de especialistas da gramática comparada e histórica. Ou seja, o *CLG* é um produto histórico de um período muito próximo ao do desenvolvimento da escola comparatista, sendo interessante, por isso, investigar que relações existem entre os dois e como ela é representada ao longo do livro.

Vimos, também, que na própria revisão histórica da linguística oferecida pelo *CLG*, a gramática comparada recebe destaque. Das três fases dos estudos da linguagem em direção à “linguística propriamente dita”, como definidas no livro, apenas a terceira, a da gramática comparada, é considerada parte da nascente ciência linguística, ainda que no livro também se afirme que tal escola “não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística” (SAUSSURE, 2006, p. 10). O objetivo desta seção é, portanto, fazer um recenseamento dos comentários sobre a gramática comparada no *CLG*. Expõem-se algumas passagens do *CLG* relativas a essa escola, de modo a indicar em que partes do livro elas ocorrem, bem como a analisar brevemente esses excertos. As análises investigam as passagens selecionadas para detectar e melhor compreender possíveis críticas ou comentários positivos em relação à gramática comparada – em suas diferentes fases – e seus linguistas, levando também em consideração o aspecto histórico do desenvolvimento da linguística.

No *CLG*, podem-se encontrar muitas ocorrências do sintagma gramática comparada e é interessante notar que, apenas na Introdução do livro, mais especificamente no capítulo 1 dela, esse termo já aparece 5 vezes. É nessa parte que podemos encontrar pistas de uma definição positiva da gramática comparada, bem como as qualidades e falhas que o *CLG* identifica nessa escola. Não é surpreendente que seja

especialmente no capítulo dedicado a revisar a história da linguística que a gramática comparada seja destacada, afinal, é ela que marca, conforme o *CLG*, o início da chamada ciência linguística.

A primeira menção explícita à gramática comparada aparece na página 8 do livro, onde se lê: “O terceiro período começou quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si. Tal foi a origem da Filologia comparativa ou da ‘Gramática comparada’” (SAUSSURE, 2006, p. 8). Esse excerto é interessante, pois aponta já o tom da revisão histórica oferecida pelo *CLG*, moderada, ligando ainda, mesmo que sutilmente, a filologia à nova escola. Assim, poderíamos dizer que ele demonstra, na verdade, uma predisposição menor a encarar e, portanto, a representar os desenvolvimentos da linguística de modo compartimentalizado e isolado, na forma de sistemáticas rupturas entre fases de estudos que têm pouco em comum, que não se relacionam entre si ou que simplesmente se superam. Porém, o *CLG* não escapou da influência da historiografia de seu tempo, nem sempre tão moderada. Como vimos na seção 1.2 deste trabalho, o *CLG* apresenta a história da linguística durante o século XIX de maneira similar àquela dos historiadores dessa ciência contemporâneos do período em questão, como Benfey, Delbrück e Pedersen, sendo, portanto, influenciado pela chamada *fable convenue* (HOENIGSWALD, 1986; DAVIES, 1998) que representava a gramática comparada como um movimento unívoco, organizado e que dominava o século. Tal apresentação da história da linguística e tal posto e destaque oferecidos à gramática comparada no *CLG* não são, portanto, surpreendentes, afinal, seria estranho que o livro não apresentasse influências da historiografia da linguística corrente à época³⁵, já que foi concebido numa fase de transição e de agitação na linguística, mas que ainda testemunhava desenvolvimentos da escola comparatista que, por sua vez, contava com a institucionalização da disciplina a seu favor, facilitando sua alta representatividade no cenário geral dos estudos da linguagem. A moderação observável na revisão histórica do *CLG* poderá ser notada também em outros momentos ao longo do livro, quando, por exemplo, ao falar do projeto de uma linguística geral, não se vê um esforço por distanciar-se drasticamente das outras tradições ou escolas linguísticas, apesar de se poder observar delimitações necessárias à qualquer ciência nascente.

³⁵Vale relembrar, aqui, que Saussure aprendeu muito do que ensinou sobre história da linguística em seus cursos na Universidade de Genebra precisamente na Alemanha, durante o século XIX, em meio a importantes figuras da escola comparatista e do movimento dos neogramáticos, como Osthoff, por exemplo (JOSEPH 2012, p. 71).

Ainda no mesmo parágrafo em que ocorre a primeira menção explícita à gramática comparada, que vimos na citação anterior, encontramos uma passagem sobre William Jones e Franz Bopp. Corroborando o que apontamos anteriormente, no *CLG*, ainda que Bopp ocupe o espaço de fundador (relembrando as divisões propostas por Davies (1998) utilizadas na seção 1.2 deste trabalho), Jones recebe os méritos de ter apontado, antes dele, as relações entre o sânscrito e algumas línguas indoeuropeias, ocupando, portanto, o lugar de precursor. Tal posição, de precursor, nem sempre recebe destaque ou menção na historiografia da linguística (DAVIES, 1998, p. 14), sendo, às vezes, omitida em detrimento de um destaque maior aos pais fundadores de uma escola, pinçados do cenário de estudos e colocados em posição de criadores originais, à parte de tradições anteriores. Nessa menção a Bopp, é interessante observar que, mesmo que Jones seja citado, é Bopp quem ocupa a posição de fundador porque foi ele, segundo o *CLG*, que viu na comparação entre línguas e na descoberta de relações entre elas o potencial para desenvolver, a partir disso, uma ciência. É, portanto, em grande parte pelo seu caráter científico que a gramática comparada é destacada no *CLG* como uma fase muito significativa para a linguística.

Pode-se perceber a caracterização da gramática comparada como escola científica no *CLG* de duas maneiras, tanto pelo contraste dessa escola com relação às anteriores a ela, quanto por aspectos próprios dela, explicitamente apontados no *CLG*. Em comparação com a Filologia, por exemplo, é o interesse pela língua – mais do que por elementos externos a ela – observado na gramática comparada que a diferencia da primeira, que não tinha a língua como seu único objeto. A gramática comparada, influenciada pela ideologia positivista, concentrava sua atenção naquilo que considerava concreto, preocupando-se com as formas observáveis nas diferentes línguas, em busca de resultados empíricos das comparações de modo a apontar relações demonstráveis entre línguas e famílias linguísticas. Bopp, no prefácio de seu livro chamado *Gramática Comparada*, de 1833, afirma: “As línguas de que trata esta obra são estudadas por elas mesmas, ou seja, como objeto e não como meio de conhecimento.” (BOPP *apud* NORMAND, 2009, p. 25). Hermann Paul, por sua vez, em obra de 1880 intitulada *Prinzipien der Sprachgeschichte*, afirma que:

O único estudo científico da linguagem é o método histórico [...] todo estudo linguístico científico que não seja histórico em seus objetivos nem em seus métodos pode ser explicado somente ou pela deficiência do pesquisador, ou pela insuficiência das fontes de que ele dispõe. (PAUL *apud* NORMAND, 2009, p. 36)

Pode-se notar, por esses excertos bem como pelo que vimos anteriormente acerca da historiografia da linguística, que a gramática comparada instaura, na linguística do século XIX, um modelo científico dos estudos linguísticos que é seguido pelos primeiros linguistas da escola e que, como vimos com Paul, foi levado a extremos, sendo postulado como único modelo verdadeiramente científico e legítimo. Reflexões gerais acerca da língua ou da origem da linguagem, por exemplo, eram vistas com cautela durante o período no qual a gramática comparada tinha destaque e especulações ou abstrações filosóficas eram normalmente afastadas ou criticadas. Bopp é elogiado por Michel Bréal (tradutor de sua *Gramática Comparada* para o francês), que o considera um rigoroso cientista, precisamente porque Bopp criticava o que considerava especulações gerais sobre a língua, herança dos filósofos anteriores ou mesmo contemporâneos a ele (NORMAND, 2009, p. 42-43). É interessante, portanto, pensar como justamente o *CLG* se mostra tão apreciativo da gramática comparada, que parecia não aceitar reflexões como aquelas que o próprio livro oferece acerca da língua e da linguística, que extrapolavam o âmbito comparativo ou mesmo histórico que influentes comparatistas julgavam o único meio de desenvolver estudos linguísticos científicos.

O *CLG* apresenta uma visão mais moderada acerca dos desenvolvimentos das escolas na história da linguística, como discutimos, o que pode explicar parcialmente o reconhecimento explícito que é reservado à gramática comparada nele. Além disso, há o fato de que o próprio *CLG* é fruto de um período histórico muito próximo daquele em que se desenvolveu tal escola e que, portanto, ele também estava sob a influência de certas pressões da época, como aquela relacionada com a busca pela cientificidade da linguística. Vimos já que esta era uma preocupação presente no *CLG*, notável desde o momento inicial do livro, em que se revisita a gramática comparada, explicando-se seu método e seu lugar no rol das escolas linguísticas científicas.

Com efeito, ao longo de toda a revisão histórica da linguística oferecida pelo *CLG*, a ideia de cientificidade se faz presente, como é possível ver nas passagens que elencamos a seguir: a “Gramática”, como é chamada nessa parte a tradição grega de estudos da linguagem, é criticada por ser desprovida de “qualquer visão científica” (SAUSSURE, 2006, p. 7); Bopp é destacado por ter percebido o potencial para fazer dos estudos comparatistas uma “ciência autônoma” (p. 8), diferenciando-os das tradições não-científicas anteriores; a gramática comparada, em seu período inicial, apesar de ser considerada científica, é criticada, pois não se preocupou em definir precisamente a natureza de seu objeto de estudo, sem o que “uma ciência é incapaz de

estabelecer um método para si própria” (p. 10); os conceitos errôneos, derivados do método exclusivamente comparatista, e a visão naturalista da língua, conforme o *CLG*, “teriam causado espanto em outra ciência” (p. 10); por fim, reflete-se sobre a importância de estudar os erros “duma ciência que principia” (p. 11), já que eles são, em última instância, o reflexo dos erros dos “indivíduos empenhados nas primeiras pesquisas científicas” (p. 11). A aproximação no *CLG* dos estudos comparatistas com um modelo científico é, então, notável, bem como a tendência a apresentar os estudos que se fizeram a partir de então como parte de uma “verdadeira ciência da Linguística” (p. 10).

No entanto, para além dessas menções referentes à cientificidade da linguística e de escolas como a gramática comparada, também podemos observar no *CLG* outros pontos de contato entre a concepção de cientificidade dos estudos linguísticos à época e o que o *CLG* propõe enquanto parte de um projeto epistemológico da linguística geral. Por exemplo, quando se trata da delimitação dos conceitos de fala e língua, a primeira faz parte de um âmbito individual, sendo “o mecanismo psico-físico” que permite ao falante exteriorizar o código da língua (SAUSSURE, 2006, p. 22); a segunda faz parte de um outro âmbito, social (p. 22), sendo um sistema de signos “onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (p. 23). Normand diz o seguinte sobre essa diferenciação entre língua e fala:

[...] a *língua* – cujos elementos se analisam assim pelos termos *fonemas*, *morfemas*, *sintagmas*...- oferece uma categorização inteiramente conceitual da realidade, e se apresenta como um objeto abstrato, uma realidade do pensamento.

A distinção língua/fala, que parecerá evidente aos filósofos das ciências, era, sem dúvida, mais difícil de ser admitida pelos linguistas contemporâneos de Saussure, tomados por um tipo de fetichismo pelas formas concretas particulares, pela diversidade histórica fascinante [...] (NORMAND, 2009, p. 58. Grifos da autora)

Sugere-se, portanto, que a concepção de língua em oposição à fala, como proposta no *CLG*, não apenas diferia do que se vinha fazendo durante parte dos séculos XIX e XX, ou seja, durante um período ainda ocupado pelos estudos comparatistas, como também poderia aparentar um teor de abstração ou de especulação filosófica que era de difícil aceitação pelos linguistas do período em questão. No entanto, Normand estende sua reflexão e nos mostra que, em verdade, como um produto de sua época, o *CLG* não se entrega totalmente a abstrações, nem mesmo quando fala especificamente

da língua, tentando manter-se próximo de definições e formulações que se ancoram na ideia ou no âmbito do concreto. Diz a autora:

[...] a ideologia científica da época, que limitava ao dado observável o domínio do pesquisador e não via na abstração senão a especulação filosófica, opunha-se às formulações explicitamente abstratas. Ao contrário, encontra-se no *Curso* uma obsessão pelo concreto (objeto “integral e concreto”, “unidades concretas”, etc.). (NORMAND, 2009, p. 59-60. Grifo da autora)

Portanto, pode parecer estranho ou inesperado que a escola da gramática comparada receba destaque e tenha seus méritos explicitamente reconhecidos nessa parte do *CLG*, já que ela, de certo modo, opunha-se a estudos linguísticos que extrapolavam certos âmbitos ou que não seguiam o método comparatista, por exemplo, encarando incursões em reflexões consideradas abstratas como não científicas. Apesar disso, vê-se, na verdade, que o *CLG* não se situa à parte desse contexto em que a gramática comparada se desenvolve. Como Normand explicita na citação acima, aspectos que parecem provenientes de um mesmo momento histórico, marcado por uma preocupação comum com a cientificidade da linguística, têm seu peso e influenciam também o *CLG*. De fato, corroborando o que a autora menciona sobre o concreto, encontramos, por exemplo, a seguinte passagem no *CLG*, quando se elencam as características da língua:

4º A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta. [...] Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo sentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. (SAUSSURE, 2006, p. 23)

Vemos no excerto acima o esforço para situar a língua e seus conceitos relacionados no âmbito do concreto, do real, longe da ideia de abstrações. A gramática comparada parece ter, portanto, relações com o *CLG*, pelo que podemos observar no próprio livro, que não se resumem em relações de oposição ou de antagonismo, como poderia parecer superficialmente. Nesses pontos de contato entre a gramática comparada e o *CLG*, a noção de cientificidade a respeito da linguística está presente de maneira significativa, permeando tal relação, explicando, em parte, o destaque que essa escola recebe na história da linguística revisitada pelo *CLG*.

Apesar de termos identificado uma posição de destaque oferecida à gramática comparada já na sua primeira menção explícita no *CLG*, devemos apontar, também, que tal escola recebe críticas não só durante a revisão histórica localizada na Introdução do livro, como também ao longo dele. Vejamos algumas dessas críticas, à medida que

vamos apontando também outras ocorrências ou menções da gramática comparada. Ainda na Introdução do *CLG*, capítulo 1, logo após o reconhecimento da gramática comparada como a terceira fase dos estudos da linguagem, em direção à “Linguística propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p. 11), encontra-se breve descrição e exemplificação dos estudos comparatistas da ciência fundada por Bopp e de como o sânscrito desempenhou papel essencial no desenvolvimento dela (p. 8-9). Em seguida, na página 9, o *CLG* apresenta uma lista dos linguistas influentes da gramática comparada (exponho tal lista na seção 1.2 deste trabalho), através da qual, pela forma como foi organizada, podemos notar que tal escola é tomada em fases diferentes no livro. Há a fase inicial da escola, por assim dizer, na qual constam autores como Franz Bopp (1791-1867) e Jacob Grimm (1785-1863), e há a fase final, em que se citam linguistas considerados “os últimos representantes dessa escola” (p. 9), entre eles Georg Curtius (1820-1885) e August Schleicher (1821-1868). Depois de uma breve listagem das principais obras de cada um dos linguistas citados, uma importante colocação crítica é feita sobre a gramática comparada, que reproduzimos a seguir:

Tal escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística. Jamais se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria. (SAUSSURE, 2006, p. 10)

Essa passagem marca uma mudança de tom com relação à gramática comparada, apesar de destacar, uma vez mais, a importância dela para a linguística. O que aparece em seguida nessa parte do *CLG* é uma breve exposição dos erros e falhas de diversas ordens de tal escola, que servem, de certo modo, para introduzir a próxima fase dos estudos linguísticos a ser explorada nessa revisão histórica do livro, a saber, a dos neogramáticos, considerada um avanço na direção de uma verdadeira ciência da linguística.

É interessante notar que a obra significativa de Schleicher apontada no *CLG* quando da citação desse linguista como um dos últimos representantes da gramática comparada é o livro chamado *Breviário de Gramática Comparada das Línguas Indo-Germânicas*, de 1861. Tal obra é destacada, pois, segundo o *CLG*, ela é “uma espécie de sistematização da ciência fundada por Bopp” (p. 9) e “evoca melhor que qualquer outro [livro] a fisionomia dessa escola comparatista que constitui o primeiro período da Linguística indo-européia” (p. 9-10). Tais afirmações parecem ser elogiosas no contexto do *CLG*, visto que se reconhece que a obra de Schleicher prestou grandes serviços à

linguística por muito tempo. De fato, como apontam Pedersen (1962, p. 267) e Koerner (1989, p. 187), Schleicher foi um pioneiro no desenvolvimento do método de reconstrução de línguas através de comparações.

Pedersen afirma que Schleicher contribui muito para o desenvolvimento de tal método com suas reconstruções precisas do sistema fonológico e de palavras do indo-europeu, método cuja aplicação pode ser vista em seu Breviário (PEDERSEN, 1962, p. 267). Porém, Pedersen também afirma que, apesar de Schleicher procurar ser cauteloso em alguns aspectos, como, por exemplo, ao destacar que as reconstruções demonstram que o sânscrito não é idêntico ao indo-europeu, ele parece ter uma visão mais ambiciosa com relação à possibilidade da linguística ser capaz de reproduzir o indo-europeu, como língua-fonte das outras línguas indo-europeias (p. 267-268). Pedersen vai além e diz que as reconstruções têm seu valor e utilidade enquanto fórmulas, que podem servir como base para se descobrir muitas informações acerca das formas de palavras em línguas indo-européias, mas que não se pode esperar que cheguemos a saber, através de tais fórmulas, se elas representam fielmente as formas do indo-europeu, demonstrando uma visão mais moderada acerca daquilo que seria possível alcançar com o método comparativo (p. 268). Ele escreve, sobre isso:

We must relinquish the hope of writing fables in the parent language, and must admit that we cannot reconstruct whole words, but only the older stages of the individual sounds of words, and that we do not know how old these reconstructed stages are. [...] We pass them on, then, as nothing more than formulas, a sort of common denominator for all the varying forms of the separate languages. (PEDERSEN, 1962, p. 269)³⁶

É quanto às fórmulas propostas por Schleicher, precisamente, que Pedersen faz uma crítica interessante, pois, como mostraremos adiante, ela faz eco a uma das críticas presentes no *CLG* à gramática comparada e a seu método, a saber, a falta de visão histórica no âmbito das formulações dessa escola - escola que, segundo o *CLG*, o livro de Schleicher representava de modo bastante fiel. Quanto a Schleicher, Pedersen tece, portanto, a seguinte crítica:

[...] he conceived that the parent language of our family was something entirely original, primitive, wherein no “decay” had taken place, but where all the words were still completely “undamaged”. [...] In Schleicher’s formula there is reflected a lack of clearness with regard to the conditions of the development

³⁶ Nós devemos abandonar a esperança de escrever fábulas na língua ancestral e devemos admitir que nós não podemos reconstruir palavras inteiras, mas somente estágios anteriores dos sons individuais de palavras, e admitir que nós não sabemos quão velhos esses estágios reconstruídos são. [...] Nós os passamos em frente, então, como nada mais do que fórmulas, uma espécie de denominador comum para todas as formas variáveis de línguas separadas (tradução livre).

of sounds, and an unhistorical conception of the parent language, which, no matter how old the period may be to which it belongs, must have passed through a development of perhaps more than a hundred thousand years, with decay and new formulations as in historical times. Thus the new method was far from perfect in the hands of its founder. (PEDERSEN, 1962, p. 270)³⁷

O historiador vê, portanto, nas formulações de Schleicher e em seus estudos utilizando o método comparativo de reconstrução algumas falhas. Nota-se certa atitude crítica direcionada à posição do comparatista, que considera o indo-europeu uma espécie de estado original e imaculado, do qual as línguas indo-europeias se desenvolveram, numa transformação que parece envolver a ideia de decomposição ou de dano. Disso deriva também uma falta de clareza quanto a seus resultados e quanto a seu método, já que Pedersen aponta uma falta de perspectiva histórica com relação à ideia de língua ancestral.

Como mencionamos anteriormente, no *CLG*, o *Breviário* (1861) de Schleicher é tido como um bom representante da “fisionomia” da gramática comparada, e tal reconhecimento parece ter tom positivo. No entanto, é logo após essa afirmação sobre a obra de Schleicher que as falhas da escola comparatista começam a ser citadas no livro. Se olharmos para tais falhas apontadas, faz sentido que tomemos o que Pedersen diz, sobre Schleicher e sobre seu *Breviário*, como críticas que podem ser estendidas à gramática comparada, corroborando algumas críticas feitas no *CLG* a ela, principalmente no período contemporâneo a Schleicher. Reforça essa ideia o fato de que uma das primeiras críticas tecidas acerca de tal escola no *CLG*, ainda no capítulo 1 da Introdução, também dá destaque para a falta de perspectiva histórica em seu método, como vemos abaixo:

O primeiro erro, que contém em germe todos os outros, é que nas investigações, limitadas aliás às línguas indo-europeias, a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que significavam as analogias que descobria. Foi exclusivamente comparativa, em vez de histórica. Sem dúvida, a comparação constitui condição necessária de toda reconstituição histórica. Mas por si só não permite concluir nada. (SAUSSURE, 2006, p. 10)

³⁷ [...] ele acreditava que a língua ancestral da nossa família era algo totalmente original, primitivo, onde nenhuma “decomposição” havia tomado lugar, mas onde todas as palavras ainda estariam completamente “intocadas”. [...] Na fórmula de Schleicher, há refletida uma falta de clareza quanto às condições de desenvolvimento dos sons, e uma concepção não histórica da língua ancestral, a qual, não importa quão velho o período a que ela pertence possa ser, deve ter passado por um desenvolvimento de talvez mais de cem mil anos, com decomposições e novas formulações, como nos tempos históricos. Portanto, o novo método estava longe de ser perfeito nas mãos de seu fundador (tradução livre).

Além da falta de visão histórica, outros problemas da gramática comparada são apontados na passagem acima, a saber, a limitação de seus estudos às línguas indo-europeias, que também é fato constatável já pelo título do livro de Schleicher, indicador de seu foco nas línguas indo-germânicas, livro que, segundo o *CLG*, é o que melhor representa o cenário dos estudos linguísticos à época. Também observa-se uma crítica à falta de clareza ou de reflexão da escola comparatista quanto a seus objetivos com as comparações. Sobre esse último ponto, é válido ainda lembrar o que disse Pedersen, acerca do trabalho de Schleicher, problematizando sua posição quanto à possibilidade de chegar a reconstruir o indo-europeu através de comparações e vislumbrá-lo em sua forma original. Pedersen afirma mais de uma vez a impossibilidade de tal empreitada (1962, p. 268-269), ao mesmo tempo em que critica Schleicher por acreditar na viabilidade dela (p. 268). No *CLG*, em meio aos questionamentos do método e do tratamento dos resultados da gramática comparada, o nome de Schleicher surge uma vez mais, como exemplo de linguista que incorre no erro de comparar, em certa extensão, o desenvolvimento das línguas com aquele dos vegetais. Lê-se, na passagem seguinte àquela citada por último:

A conclusão escapava tanto mais a esses comparatistas quanto consideravam o desenvolvimento de duas línguas como um naturalista o crescimento de dois vegetais. Schleicher, por exemplo, que nos convida sempre a partir do indo-europeu, que parece portanto ser, num certo sentido, deveras historiador, não hesita em dizer que em grego *e* e *o* são dois “graus” (Stufen) do vocalismo. (SAUSSURE, 2006, p. 10)

A questão problemática com a proposição de Schleicher, segundo o *CLG*, é considerar tais graus um fenômeno do grego a partir de algo que o sânscrito parecia apresentar, ou seja, a partir de evidências do sânscrito, mais do que do indo-europeu (p. 10). Também se observa que a afirmação de Schleicher acerca de tal fenômeno é interpretada, no *CLG*, como uma comparação entre vegetais. Pode-se encontrar essa interpretação na analogia proposta no *CLG*:

Supondo, pois, que tais graus devessem ser vencidos separada e paralelamente em cada língua, como vegetais da mesma espécie passam, independentemente uns dos outros, pelas mesmas fases de desenvolvimento, Schleicher via no *o* grego um grau reforçado do *e* como via no *a* sânscrito um reforço de *ā*. (SAUSSURE 2006, p. 10)

A menção a uma visão naturalista ou organicista da língua e da linguística aparece novamente no *CLG*, durante a revisão histórica dele, ainda no capítulo 1 da Introdução. As críticas à gramática comparada continuam e logo após a referência a

Schleicher, são o método comparativo e uma concepção naturalista de língua, detectada na epistemologia dessa escola, que são enfocadas outra vez no *CLG*, como vemos no seguinte excerto:

Esse método exclusivamente comparativo acarreta todo um conjunto de conceitos errôneos, que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem. Considerava-se a língua como uma esfera à parte, um quarto Reino da Natureza; daí certos modos de raciocinar que teriam causado espanto em outra ciência. (SAUSSURE, 2006, p. 10)

Após essa passagem, que encerra a parte focada nos primeiros períodos da gramática comparada, vemos no *CLG* uma espécie de justificativa para o interesse demonstrado na escola comparatista, ou melhor, nos seus erros e falhas, apesar de ser com um trecho bastante crítico com que se finaliza a parte sobre ela no livro: “[h]oje não se podem mais ler oito ou dez linhas dessa época sem se ficar surpreendido pelas excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las” (p. 11). A justificativa oferecida para o espaço e interesse dedicados à gramática comparada, seus erros e esse momento inicial da ciência linguística é de cunho metodológico (p. 11), segundo o que encontramos no *CLG*, pois eles teriam a representar os erros dos pesquisadores envolvidos nas primeiras pesquisas científicas (p. 11).

Antes de iniciar a visita ao período dos neogramáticos, porém, encontra-se no livro uma passagem assegurando que muitos dos erros dos comparatistas serão ainda apontados ao longo do *CLG* (p.11). Como pudemos investigar durante a leitura do *CLG*, o assunto das críticas à gramática comparada e a investigação acerca das concepções e métodos dos gramáticos comparatistas volta, de fato, a marcar presença em outras partes do livro, às vezes sob a forma de comentário sobre um linguista específico, às vezes sob a forma de comentários sobre a escola comparatista em si, ainda que nem sempre o termo “gramática comparada” seja explicitamente utilizado. Fazemos uma breve recapitulação das críticas e erros apontados à gramática comparada encontrados até aqui, no capítulo 1 da Introdução do *CLG*, antes de vermos algumas passagens sobre o mesmo tema em outras partes dele.

Como vimos, na Introdução do *CLG*, mais precisamente no capítulo 1, várias falhas da gramática comparada são apontadas e, como não estão em lista organizada no texto, pois não estão sistematizadas explicitamente em nenhuma ordem cronológica de desenvolvimento ou surgimento na escola, não vamos adotar aqui uma ordem estrita para a compilação delas. Não citamos tais erros apontados, portanto, nem em ordem

cronológica, por exemplo, de surgimento no contexto de desenvolvimento da gramática comparada, nem em ordem de aparição no *CLG*, pois ao longo do livro certos erros são retomados para debate, tornando difícil compilá-los na ordem em que aparecem.

Até agora pudemos observar críticas à gramática comparada referentes à sua falta de atenção quanto a determinar a natureza do seu objeto de estudo (SAUSSURE, 2006, p. 10), crítica essa que consideramos estar ligada a uma outra, citada na mesma página, mas separadamente dessa primeira, a saber, aquela acerca da concepção da língua como um quarto Reino da Natureza (p. 10), referindo-se a uma visão naturalista da língua. No *CLG*, essas duas críticas não estão explicitamente ligadas, mas, se considerarmos que o objeto de estudo da escola comparatista eram as línguas, parece ser razoável inferir que o comentário crítico sobre a visão naturalista da língua esteja ligado ao problema da falta de reflexão sobre a natureza de seu objeto de estudo. Também são apontadas como erros da escola comparatista a limitação de suas investigações às línguas indo-européias (p. 10), bem como a falta de reflexão e de clareza da escola quanto aos resultados das comparações e seus significados (p. 10). Esse último aspecto tem central importância, segundo o *CLG*, para o desenvolvimento dos outros erros da gramática comparada, como se ele já contivesse os outros problemas observáveis nessa tradição de estudo. De certo modo, a falta de reflexão sobre os resultados das comparações parece ser apresentada como um problema-guarda-chuva, sob o qual os outros se desenvolveram. Outra crítica apontada é a falta de uma visão histórica da escola, que, segundo o *CLG*, foi apenas comparativa (p. 10). Essa falha parece estar ligada a um outro problema ainda, apontado ao fim da página 10, a saber, aquele que diz respeito ao método exclusivamente comparativo da gramática comparada. Propomos isso na medida em que, assim como a falta de clareza da gramática comparada quanto ao significado de seus resultados está ligada, segundo o *CLG*, a outros problemas, assim também observamos que há uma diferença de amplitude nessas duas falhas apontadas, ou seja, a crítica à falta de visão histórica da escola, mais ampla, abarca a falha de seu método, exclusivamente comparativo segundo o livro. Não se sugere aqui que os dois problemas sejam, em essência, o mesmo, e não se observa isso no *CLG*. Porém, parece haver uma questão envolvendo a falta de um âmbito histórico, que é destacada na escola como um todo e, depois, separadamente, no seu método. Do método exclusivamente comparativo derivam conceitos problemáticos, na medida em que eles, segundo lemos na página 10, “não correspondem a nada na realidade e [...] são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem”. O que encontramos no *CLG*, na Introdução, sobre as

falhas da gramática comparada parece, portanto, sugerir uma ordem mais geral ou ampla de erros da escola que, por sua vez, levam, como consequência, a outros, de diferentes ordens.

Encontramos, portanto, 7 erros ou falhas da gramática comparada já na Introdução do *CLG*, sendo alguns deles decorrentes de outros, segundo consta no livro, e parecendo ser possível, conforme nossa interpretação, traçar algumas outras ligações entre eles. Não estando em nenhuma ordem estrita, encontramos as seguintes falhas sendo apontadas à escola comparatista no *CLG*: (1) a falta de reflexão e clareza quanto a seu objeto de estudo, que ligamos ao (2) problema da visão naturalista da língua; (3) a falta de visão histórica da escola, que ligamos ao (4) problema do método, exclusivamente comparatista e não histórico que, por sua vez, leva à questão dos (5) conceitos errôneos (essa última relação de derivação estando explicitada no livro, na página 10), não condizentes com a realidade da linguagem; (6) a limitação das investigações às línguas indo-européias; (7) a falta de clareza e de reflexão quanto aos resultados das comparações (erro que, segundo está explicitado no *CLG*, página 10, “contém em germe todos os outros”), que nos lembra do que vimos sobre Schleicher, por exemplo, criticado por Pedersen por esperar das comparações objetivos inalcançáveis, levando-nos a crer que esse problema poderia estar relacionado, também, com a falta de visão histórica do método comparatista.

Cristina Altman, em seu trabalho chamado *Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três Cursos de linguística geral* (2013), que é mais abrangente do que este, pois se foca nos textos reconstituídos dos três cursos ministrados por Saussure entre 1907 e 1911, encontra 8 críticas do linguista à gramática comparada, como ela era desenvolvida antes do surgimento dos neogramáticos, ou seja, no seu período até 1870, aproximadamente. A autora menciona também o *CLG* em si, mas se interessa mais pelos cursos que deram origem a ele. Resumimos a compilação dela aqui, pois alguns dos erros apontados à escola comparatista encontrados por ela refletem aqueles que encontramos na Introdução do *CLG*. Alguns não estão presentes nessa parte que investigamos até agora, mas, como veremos adiante, chegam a ser mencionados em outras partes do livro. Na ordem em que são citados no trabalho de Altman, os erros apontados por Saussure na gramática comparada são: (1) dar ao papel do sânscrito nos estudos sobre o indo-europeu uma importância demasiada, considerando ele uma espécie de proto língua indo-europeia (ALTMAN, 2013, p. 25); (2) o caráter exclusivamente comparativo e não histórico da escola, que Altman

relaciona com o tratamento inadequado das línguas, como se fossem vegetais (p. 26); (3) desenvolvimento de conceitos e concepções errôneas, que não correspondiam à realidade da língua, que a autora considera consequência, em certa medida, do erro anterior (p. 26); (4) a confusão entre fala e escrita, apegando-se demasiadamente à segunda (p. 26); (5) o entendimento parco do fenômeno da analogia, tomado pelos comparatistas como uma espécie de desvio da norma e das leis fonéticas (p. 26); (6) a falta de método dessa ciência que, como nota a autora, estava ligada à falta de reflexão e clareza quanto ao seu objeto de estudo e seus fenômenos (p. 26); (7) a tendência, no estudo do indo-europeu, a tomar o ramo mais antigo como protótipo ou como mais representativo do grupo de línguas em questão (p. 26); (8) atribuir à língua – e à linguística – elementos externos a ela (p. 26).

Percebe-se que alguns dos erros apontados por Altman já detectamos na Introdução do *CLG*, como os erros 2, 3 e 6, por exemplo. Alguns erros da gramática comparada encontrados nessa mesma parte do livro, porém, parecem não ser destacados como falhas individuais, por assim dizer, no trabalho de Altman. A concepção da língua como um organismo, ou como um quarto Reino da Natureza, como destacamos, parece estar incluída no erro 2 listado pela autora, ou seja, parece estar contida no problema mais amplo da visão exclusivamente comparatista da escola. Existem ainda outras falhas da gramática comparada listadas por Altman, no entanto, que, apesar de não termos encontrado na parte inicial do *CLG*, pudemos mapear em outros momentos do livro. Como foi indicado no próprio *CLG* que seria feito, os erros dessa escola e de seus adeptos de fato continuaram sendo citados e comentados ao longo de todo o livro, até sua última página, onde se encontra, por exemplo, outra menção a Schleicher. No capítulo 5 da Quinta Parte, Schleicher é criticado mais uma vez por violentar a realidade com sua visão organicista da língua. Na mesma parte, vemos uma espécie de confissão no texto do *CLG*, quando se lê que essa visão mudou, mas não foi exatamente abandonada de todo, pois “[c]ontinuamos, sem vacilar, a querer fazer dela [língua] uma coisa orgânica em outro sentido, ao supor que o ‘gênio’ de uma raça [...] tende a conduzir a língua incessantemente por caminhos determinados.”(SAUSSURE, 2006, p. 271).

Quanto à gramática comparada dar muito foco à escrita em seus estudos, por exemplo, encontramos algumas críticas no *CLG*. É no penúltimo capítulo (o sexto) da Introdução, chamado “Representação da Língua pela Escrita”, que vemos esse assunto ser tratado mais aprofundadamente, já que é nessa parte do livro que a importância da

distinção entre fala e escrita é destacada e onde essa última é explorada mais de perto. O capítulo inicia já com a seguinte frase acerca do objeto de estudo da linguística: “[o] objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua.” (SAUSSURE, 2006, p. 33). Tendo reafirmado o real objeto dessa ciência, bem como sua natureza, o que se delimita no livro, em seguida, é a diferença entre os âmbitos da fala e da escrita, de modo a localizar cada um em relação a esse objeto. Lê-se:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. (SAUSSURE, 2006, p. 34)

Vemos, pois, não apenas a delimitação de dois âmbitos, da fala e da escrita, como também a definição do primeiro, ou seja, o da palavra falada, como sendo o objeto da ciência linguística e do segundo, o da palavra escrita, como imagem do primeiro, mas não fazendo parte desse objeto. Vemos, pois, que essa discussão está interligada com aquela do objeto de estudo de uma ciência e de sua natureza. Apesar de encontrarmos uma afirmação na primeira pessoa do plural quando se fala da importância exagerada dada ao papel da escrita (“terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal”), e apesar de, ainda na página 34, encontrarmos a afirmação de que todas as épocas cometeram tal confusão entre esses dois âmbitos e seus respectivos papéis e relevância, a gramática comparada, bem como um de seus principais nomes, Bopp, são apontados especificamente. Sobre esse erro na escola comparatista, encontramos:

A língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa; todavia, o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo. Os primeiros lingüistas se enganaram nisso, da mesma forma que, antes deles, os humanistas. O próprio Bopp não faz diferença nítida entre a letra e o som; lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto. Os sucessores imediatos de Bopp caíram na mesma cilada; a grafia *th* da fricativa *p* fez crer a Grimm, não somente que esse som era duplo, mas, inclusive, que era uma oclusiva aspirada; daí o lugar que ele lhe assinala na sua lei da transformação consonântica ou “Lautverschiebung”. (SAUSSURE, 2006, p. 35)

Parece ser de fundamental importância para o projeto de linguística proposto pelo *CLG* que esses âmbitos, suas delimitações e seus papéis fiquem bem definidos. Ainda no último capítulo da Introdução do livro, intitulado “A Fonologia”, contrastando

as visões sobre o assunto do grupo chamado no livro de “os primeiros linguistas” com as do projeto representado pelo *CLG*, encontramos a afirmação a seguir: “[...] os primeiros lingüistas, que nada sabiam da fisiologia dos sons articulados, caíam a todo instante nessas ciladas; desapegar-se da letra era, para eles, perder o pé; para nós, constitui o primeiro passo rumo à verdade” (SAUSSURE, 2006, p. 42). Pode-se inferir que quando se fala nos “primeiros linguistas”, nesse contexto, está-se referindo aos comparatistas, visto que não apenas a crítica referente ao apego extremo dessa escola à escrita foi formulada no *CLG*, como também se critica Bopp por não separar a língua do alfabeto, bem como Grimm por confundir a escrita e o som. Além disso, como vimos durante essa seção, quando investigávamos o capítulo 1 da Introdução do *CLG*, a gramática comparada é considerada a primeira fase da ciência linguística, apesar das críticas feitas a ela.

Quanto ao mau entendimento da analogia pelos comparatistas, encontramos menção a esse problema na Terceira Parte do *CLG*, no capítulo 4, “A Analogia”:

Os primeiros lingüistas não compreenderam a natureza do fenômeno da analogia, a que chamavam “falsa analogia”. Eles acreditavam que, ao inventar *honor*, o latim se “havia enganado” sobre o protótipo *honos*. Para eles, tudo quanto se afasta da ordem dada é uma irregularidade, infração de uma forma ideal. É que, por uma ilusão muito característica da época, via-se no estudo original da língua algo de superior e de perfeito; não se perguntava se semelhante estado fora precedido de outro. (SAUSSURE, 2006, p. 189)

Vê-se, nessa passagem, uma crítica importante aos “primeiros linguistas” por sua compreensão parca do fenômeno da analogia. Tal fenômeno é bastante relevante, segundo se aprende com o *CLG*, visto que seria essencial para manter o equilíbrio da língua, sendo, junto com as mudanças fonéticas, o fator principal da evolução das línguas, que passam, então, de um estado de organização balanceado a um outro (p. 189). Também se pode conferir no excerto acima uma segunda crítica, referente ao estudo original da língua como algo perfeito, ou à ilusão de se poder estudar o estado primitivo/original das línguas, sem se perguntar se o estado mais antigo não tinha sido precedido por outro ainda. Tal falha, apontada por Pedersen (1924) nos estudos de Schleicher, e que relacionamos aqui com a falta de clareza quanto aos resultados das comparações, podemos também ligar com o erro listado por Altman (2013) de tomar o ramo mais antigo de alguma família de línguas por protótipo, ou por ramo mais representativo de um estado original ou primitivo da língua. Todas essas falhas são apontadas na gramática comparada, o que nos leva, uma vez mais, a entender que tal escola é algumas vezes tratada pela expressão “primeiros linguistas” ao longo do *CLG*.

Em verdade, a busca por estudar as origens da língua é criticada em outras partes do livro, como no capítulo 2 da Primeira Parte, “Imutabilidade e a Mutabilidade do Signo”, em que vemos não apenas uma crítica ao interesse por esse tipo de estudo, sem mencionar diretamente a gramática comparada, como também a explicação pela qual ele é desimportante para a linguística, como vemos a seguir:

De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído. Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos [...]. (SAUSSURE, 2006, p. 86)

É interessante notar a ênfase no caráter histórico das línguas, que são sempre produtos das gerações anteriores, bem como produtos de fatores históricos. Sendo assim, podemos pensar também nas críticas à gramática comparada referentes a sua falta de perspectiva histórica nos seus estudos, falha que vimos ser apontada explicitamente à escola desde a revisão histórica do *CLG*.

Quanto ao papel demasiadamente importante dado ao sânscrito pelos comparatistas, achamos referência no início do capítulo 2 da Quinta Parte do *CLG*, chamado “A Língua Mais Antiga e o Protótipo”, onde se encontra a seguinte passagem:

Em seus primórdios, a Linguística indo-européia não compreendeu o verdadeiro fim da comparação nem a importância do método reconstrutivo (ver p. 9 s.). Isso explica um de seus erros mais palpáveis: o papel exagerado e quase exclusivo que atribui ao sânscrito na comparação; como se trata do mais antigo documento do indo-europeu, tal documento foi promovido à dignidade de protótipo.[...] É claro que a hipótese nunca foi formulada tão categoricamente quanto acabamos de fazê-lo, mas na prática ela era tacitamente admitida. Bopp escrevia que “Não acreditava que o sânscrito pudesse ser a fonte comum”, como se fosse possível formular, mesmo dubitativamente, semelhante suposição. (SAUSSURE, 2006, p. 251)

Além da crítica ao uso do sânscrito como protótipo do indo-europeu, observa-se também que outra falha é indicada, a saber, a da falta de reflexão da escola comparatista com relação aos resultados das comparações, assim como com relação ao seu método comparativo em geral. Podemos constatar, portanto, a partir dessa passagem, bem como a partir de várias outras que citamos até aqui, que alguns dos erros que vemos sendo apontados no *CLG* à gramática comparada estão interligados e que há, inclusive, algumas relações de derivação ou consequência entre uns e outros.

Por fim, sobre o erro de atribuir à língua e à linguística elementos externos a elas não encontramos menção explícita no *CLG*. No entanto, no capítulo 5 da Introdução,

“Elementos Internos e Elementos Externos da Língua”, quando se fala sobre a linguística externa e a linguística interna, podemos ver a preocupação presente no *CLG* em traçar os limites para estes dois âmbitos. Fica claro que o estudo de elementos externos à língua, como a relação entre a história de uma raça e de uma língua ou os costumes de uma determinada nação, é objeto para a linguística externa e se reconhece a importância de tais estudos que, porém, não trabalham com a língua em si, ou com o organismo linguístico interno (SAUSSURE, 2006, p. 29-30). Não se faz, porém, crítica diretamente à gramática comparada nesse aspecto. Vimos, porém, no capítulo 1 da Introdução, durante a revisão histórica, que uma crítica similar é tecida com relação à Filologia, quando se afirma que a língua não era seu único objeto, já que se interessava por fatores históricos referentes a costumes ou instituições de diferentes povos (p. 7-8), sendo considerada apenas uma fase em direção à ciência da linguística, como comentamos na seção 1.2 deste trabalho.

Além de todas as críticas que vimos até agora feitas à gramática comparada, é marcante no *CLG* a afirmação categórica de que ela “não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística” (SAUSSURE, 2006, p. 10). De certo modo, podemos considerar que é a essa conclusão que levam todas as falhas apontadas nessa escola, ou seja, que ela, apesar dos progressos que fez e dos caminhos que abriu à linguística, não chegou a ser parte da linguística madura, conhecedora de seu objeto de estudo, de seus objetivos, de seu papel. Porém, uma mudança epistemológica durante o fim do século XIX anunciava o início de uma nova fase dos estudos linguísticos, que no *CLG* é representada como um importante progresso em direção à verdadeira ciência da linguística. Esse período histórico inicia, segundo o *CLG*, em 1870 (SAUSSURE, 2006, p. 11), como vimos anteriormente neste trabalho, e foi o momento de surgimento e destaque dos neogramáticos, representantes dessa nova fase. Mais precisamente, foi com o estudo das línguas românicas – iniciado por Friedrich Diez (1794-1876) – e germânicas que nasceu a “Linguística propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p. 11). Tais estudos diferiam essencialmente dos estudos do indo-europeu, pois o latim, protótipo das línguas românicas, era conhecido e, mesmo que o protogermânico não fosse conhecido, a história das línguas germânicas podia ser acompanhada de perto por conta da grande quantidade de documentos disponíveis de diferentes épocas. Portanto, as divagações incertas ficavam a maior distância desses estudos do que daqueles sobre o indo-europeu, levando ao desenvolvimento de novos modos e métodos de estudos e comparações e aproximando a linguística de seu verdadeiro objeto. William Whitney

(1827-1894), autor de *A Vida da Linguagem* (1875), também é mencionado como relevante para o desenvolvimento dessa nova fase dos estudos linguísticos, com os neogramáticos.

Não se encontra sobre os neogramáticos tantas informações ou menções no *CLG* quanto se encontra sobre a antiga fase de estudos comparatistas, porém, eles ganham destaque na revisão histórica oferecida pelo livro e são citados, ao longo dele, algumas outras vezes, nem sempre sendo chamados de neogramáticos, podendo aparecer sob outros termos, como veremos adiante. A primeira vez em que os neogramáticos são citados no *CLG* é no capítulo 1 da Introdução, durante a revisão histórica oferecida pelo livro. A princípio, essa nova fase dos estudos linguísticos é positivamente avaliada, como vemos no excerto a seguir:

[...] se formou uma nova escola, a dos neogramáticos (Junggramatiker) cujos fundadores eram todos alemães: K. Brugmann, H. Osthoff, os germanistas W. Braune, E. Sivers, H. Paul, o eslavista Leskien etc. Seu mérito consistiu em colocar em perspectiva histórica todos os resultados da comparação e por ela encadear os fatos em sua ordem natural. Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos. (SAUSSURE, 2006, p. 11-12)

Dessa passagem, é interessante destacar não só o tom positivo que parece ser empregado na avaliação dos feitos dos neogramáticos, como também como tais feitos se relacionam com os erros que haviam sido apontados, pelo *CLG*, na escola comparatista anterior. Primeiramente, foi com os neogramáticos, segundo consta no *CLG*, que os novos estudos comparatistas passaram a ter um âmbito histórico, ao invés de serem exclusivamente comparativos, como eram os da gramática comparada, tão criticada ao longo do livro por isso. Não apenas a nova escola (como é chamada, às vezes, no *CLG*, essa fase dos estudos comparatistas, como em nota 1, p. 12) coloca, pois, o resultado das comparações sob a perspectiva histórica, como ela também marca o abandono da visão naturalista da língua, aspecto pelo qual a gramática comparada também foi repreendida algumas vezes no livro, como tivemos a chance de observar. O contraste com a antiga fase dos estudos comparatistas, portanto, é utilizado, ainda que não explicitamente, quando da apresentação dos neogramáticos, de maneira a deixar claro o progresso representado por eles para a linguística, com o abandono ou a superação de ideias errôneas, segundo o *CLG*, acerca dela e da língua.

Além desses comentários positivos sobre a nova escola, também encontramos no *CLG* outra comparação entre ela e a gramática comparada que demonstra um avanço da primeira sobre a segunda. A comparação é, dessa vez, sobre o entendimento do

fenômeno da analogia por uma e outra escola. Lê-se, no capítulo 4, sobre a analogia, da Terceira Parte:

Foi a escola dos neogramáticos que pela primeira vez atribuiu à analogia seu verdadeiro lugar, mostrando que ela, juntamente com as mudanças fonéticas, é o grande fator de evolução das línguas, o processo pelo qual estas passam de um estado de organização a outro. (SAUSSURE, 2006, p. 189)

Como vimos anteriormente, a gramática comparada é criticada precisamente por não compreender bem a analogia, considerando-a um desvio da norma; os neogramáticos são reconhecidos, portanto, uma vez mais, por terem superado a teoria anterior a eles. Apesar de tais méritos serem reconhecidos no *CLG*, podem-se encontrar também algumas críticas significativas à nova escola, ainda que não tão enfatizadas ou numerosas quanto aquelas dirigidas à gramática comparada. Ainda numa comparação com a escola antiga, lê-se no *CLG*, nos Apêndices da Terceira e Quarta Partes, a seguinte crítica:

A escola nova, após ter reconhecido os defeitos da antiga doutrina, o que era fácil, contentou-se em rejeitar a teoria, ao passo que, na prática, ficava como que embaraçada por um aparato científico que, apesar de tudo, não podia dispensar. (SAUSSURE, 2006, p. 215)

Crítica similar, quanto à nova escola não ter proposto um novo paradigma para substituir o antigo, superado, vê-se também em Koerner:

If there was a major breakthrough in 19th-century linguistic theory, it was with the work of August Schleicher in the 1850's and 1860's, and not with the neogrammarians from 1876 onwards, as has generally been maintained in the histories of linguistics available up to the present day. [...] I maintain that the neogrammarians did not provide a new paradigm to replace the Schleicherian one, although their argument provided the ground for the 'Saussurean revolution'. (KOERNER, 1976, p. 699)³⁸

Para além do reconhecimento do progresso para o desenvolvimento da “Linguística propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p. 11), a escola dos neogramáticos acaba por ser também, como a que a precedeu, representada como um movimento que não foi capaz de responder às questões mais urgentes dessa ciência, como, por exemplo, repensar as categorias clássicas da língua (raízes, temas, sufixos), herdadas dos gregos. Categorias essas usadas sem reflexão crítica pelos gramáticos comparados, como Bopp,

³⁸ “Se houve algum grande avanço na teoria linguística do século XIX, foi com a obra de August Schleicher nos anos 1850 e 1860 e não com os neogramáticos de 1876 em diante, como geralmente é defendido nas histórias da linguística disponíveis hoje em dia. [...] eu defendo que os neogramáticos não forneceram um novo paradigma para substituir o de Schleicher, ainda que seus argumentos forneçam o fundamento da ‘revolução saussureana’” (tradução livre)

e que, apesar de melhor compreendidas pelos neogramáticos, ainda eram utilizadas por eles, sem conseguir ir além da rejeição da teoria anterior, ficando presos ao aparato científico herdado (SAUSSURE, 2006, p. 214-215). A visão final, por assim dizer, dos neogramáticos no *CLG*, é bem representada pelas duas últimas frases do capítulo 1 da Introdução do livro:

[...] compreende-se quão errôneas e insuficientes eram as idéias da Filologia e da Gramática comparada. Entretanto, por grandes que sejam os serviços prestados por essa escola [neogramáticos], não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão, e, ainda hoje, os problemas fundamentais da Linguística Geral aguardam uma solução. (SAUSSURE, 2006, p. 12)

No *CLG* também encontramos algumas passagens sobre a importância das comparações, isto é, dos estudos e do método comparatistas, aparentemente extrapolando os limites da escola velha (gramática comparada) e da escola nova (neogramáticos). Para além das críticas à gramática comparada e aos neogramáticos e o reconhecimento de seus méritos, no *CLG* também se pode achar indicações positivas de como a comparação em si pode ser desenvolvida de modo a ajudar no progresso da linguística. Sobre a relação entre reconstrução e comparação e suas implicações, vemos, no capítulo 3 da Quinta Parte, chamado “As Reconstruções”, a seguinte reflexão:

Se o único meio de reconstruir é comparar, reciprocamente a comparação não tem outro fim que não seja o de ser uma reconstrução. Sob pena de se mostrarem estéreis, as correspondências verificadas entre diversas formas devem ser colocadas na perspectiva do tempo e rematar no reestabelecimento de uma forma única. (SAUSSURE, 2006, p. 255)

Novamente, a necessidade de colocar os resultados das comparações sob o eixo do tempo é enfatizada. Além disso, vemos também algo parecido com o que Pedersen afirma quando fala sobre Schleicher (1962, p. 269), a saber, que não se deve esperar da comparação a possibilidade de reconstruir línguas em estado original, mas, sim, chegar-se a fórmulas, reconstruções de palavras, por exemplo, sem a pretensão de saber a que momento do tempo elas realmente pertenceram, se é que existiram como tais. Vemos na passagem do *CLG* acima que o objetivo deve ser chegar em uma forma única. A isso se pode adicionar as afirmações acerca de como proceder com as comparações, de modo a chegar a tais formas. Exemplo dessas afirmações encontram-se abaixo, todos extraídos do mesmo capítulo da Quinta Parte:

Observemos, de passagem, que a comparação referente a mudanças fonéticas deve socorrer-se constantemente de considerações morfológicas. [R]eciprocamente, se a comparação é morfológica, cumpre-se esclarecê-la com o auxílio da fonética [...].

A comparação lingüística não é, portanto, uma operação mecânica; ela implica a confrontação de todos os dados capazes de propiciar uma explicação. Mas deverá sempre rematar numa conjuntura contida numa fórmula qualquer e que vise a restabelecer alguma coisa de anterior; a comparação resultará sempre numa reconstrução de formas. (SAUSSURE, 2006, p. 255-256)

É considerado necessário, portanto, que as comparações busquem apoio e envolvam mais do que apenas um âmbito dos fenômenos lingüísticos; que se remeta, ao fim, a uma fórmula que (1) vise à reconstrução; que (2) resulte sempre numa forma reconstruída; que, por fim, (3) as formas sejam colocadas sob perspectiva histórica, indo além da comparação nela mesma. Quanto à natureza dos resultados das comparações e de modo a delimitar, enfim, o que se pode esperar delas, encontramos duas passagens interessantes ainda nesse capítulo:

Mas visa a consideração do passado à reconstrução das formas completas e concretas do estado anterior? Ou se limita, ao contrário, a afirmações abstratas, parciais, referentes a partes das palavras [...]? Ela pode muito bem limitar sua tarefa a esta segunda ordem de pesquisas; pode-se mesmo dizer que seu método analítico não tem outra finalidade que não sejam tais verificações parciais. Somente que, da soma desses fatos isolados, podem-se tirar conclusões mais gerais [...]. (SAUSSURE, 2006, p. 256)

E, no parágrafo seguinte:

O objetivo das reconstruções não é, portanto, restituir uma forma por si mesma, o que seria aliás bastante ridículo, mas cristalizar, condensar um conjunto de conclusões que se crêem acertadas, segundo os resultados que foi possível obter a cada momento; numa palavra, registrar o progresso da nossa ciência. (SAUSSURE, 2006, p. 257)

Acrescenta-se à reflexão sobre a comparação, portanto, a necessidade de ir além dela mesma, de modo a concatenar seus resultados e chegar a conclusões mais gerais acerca da(s) língua(s). Tais elementos, apresentados como características da comparação, parecem fazer parte de uma ideia mais ampla do que ela pode ou deve ser de maneira a apoiar o progresso da lingüística. Isto é, parecem indicar como a comparação pode se inserir, enquanto método, no âmbito maior de um projeto de lingüística exposto ao longo do *CLG*. A comparação, como tal, tem seu lugar na lingüística afirmado, ficando claro, no livro, que ela é essencial e muito útil nesse campo, como vemos pelo excerto a seguir:

Além disso, mesmo que a reconstrução ficasse sujeita a revisão, não se poderia prescindir dela para obter uma noção de conjunto da língua estudada, do tipo lingüístico a que pertence. Trata-se de um instrumento indispensável para representar, com relativa facilidade, grande número de fatos gerais, sincrônicos e diacrônicos. (SAUSSURE, 2006, p. 257)

Chegamos, pois, ao fim desta seção tendo exposto e comentado algumas passagens do *CLG* referentes à gramática comparada, bem como aos neogramáticos. Pudemos fazer um recenseamento sobre essas escolas, indicando onde e em que contextos encontramos no *CLG* reflexões sobre elas e tivemos também a chance de observar diferentes visões acerca de cada uma, desde o reconhecimento de seu valor para a ciência linguística até suas falhas, apontadas criticamente ao longo do livro.

Especificamente sobre a gramática comparada, percebemos que, apesar das críticas dirigidas à escola, não se vê no *CLG* uma tentativa explícita de romper completamente com ela, apagando ou não reconhecendo qualquer ligação com a mesma. Pelo contrário, vimos que os méritos de tal escola e seus progressos em relação às tradições anteriores são reconhecidos no livro. Notamos que a relação entre o *CLG* e a gramática comparada ultrapassa um mero antagonismo e parece estar conectada com sua ligação histórica, visto que o livro, considerado como objeto histórico, está em relação com sua época, a passagem entre os séculos XIX e XX, quando a escola comparatista se desenvolvia. Um desses elementos, como apontamos, parece ser a preocupação com a cientificidade da linguística, presente no *CLG*, sendo também observável na gramática comparada. Listamos as críticas a tal escola encontradas no *CLG*, primeiramente focando a Introdução do livro, onde ela é apresentada inicialmente. Também apontamos outras críticas dirigidas a ela ao longo do restante dele, inspirados pelos erros apontados por Saussure à gramática comparada durante seus cursos de linguística geral, compilados por Altman (2013), de maneira que pudemos ampliar nossa perspectiva para melhor enxergar a visão geral presente no *CLG* quanto à gramática comparada.

Percebe-se que a escola comparatista é assunto recorrente ao longo do livro, aparecendo com destaque já na sua Introdução, mas sendo trazida para reflexões até a última parte dele. Tais reflexões se focam, principalmente, nas falhas da escola, apesar de ela ter seu valor reconhecido explicitamente e mais de uma vez. Ela é mencionada tanto com o intuito de ser contrastada com escolas anteriores a ela, bem como para servir de contraponto às propostas para a linguística apresentadas pelo *CLG*. Ela é sujeita a diversas análises, que abrangem desde seu objeto de estudo até os resultados de suas comparações, passando por seu método, entre outros aspectos. A escola comparatista não é, pois, considerada parte do que o *CLG* chama de “verdadeira ciência da linguística”. Essa parte da história da linguística inicia, segundo o livro, com o

desenvolvimento dos estudos românicos e germânicos e é seguida com a fase dos neogramáticos, que também revisitamos brevemente.

Concluimos que essa nova escola (neogramáticos) não é tão citada, pelo menos não explicitamente, quanto a antiga escola (gramática comparada), apesar de também ganhar destaque ao ter seus progressos reconhecidos no livro. Tais progressos, conforme observamos, tendem a estar ligados com a superação das ideias errôneas e criticadas da escola antiga, sendo a fase dos neogramáticos consistentemente oposta a ela. No entanto, notamos que os neogramáticos também são criticados ao longo do *CLG*, sendo uma das críticas principais a de não terem sido capazes de realmente se afastar da antiga escola, apesar de terem o feito em alguma medida, continuando presos a alguns aspectos dela e a seu aparato científico, visto que não chegaram a fundar um próprio. Eles não chegam, portanto, a responder as questões importantes da linguística e da linguística geral.

Por fim, também nos detivemos brevemente na comparação, enquanto método, que pareceu-nos ser apresentada ao final do *CLG*, na Quinta Parte, em especial, transcendendo a gramática comparada e os neogramáticos. Ela é explicitamente reconhecida como essencial, como apontamos, e pudemos ver que há um esboço de ideia de comparação ideal apresentado no livro, livre das falhas cometidas pelos comparatistas criticados ao longo dele, ou seja, o *CLG* parece apresentar uma forma ou proposta de comparação que poderia ser útil e que, em verdade, é essencial para o progresso da linguística.

3.2 GRAMÁTICA HISTÓRICA NO *CLG*

O termo “gramática histórica” aparece em diferentes Partes do *CLG*, em especial nos capítulos ou seções dedicados às linguísticas sincrônica e diacrônica, estática e evolutiva e à gramática e suas divisões. Na seção anterior, compilamos algumas ocorrências da ou referentes à gramática comparada e tentamos analisá-las para melhor compreender as relações entre tal escola e o *CLG*, isto é, seu papel na reflexão conduzida no livro. Já nesta seção, nos dedicamos principalmente a entender a que o termo “gramática histórica” se refere no contexto da obra e a tentar delimitar seu sentido, conforme as pistas que encontramos nela. Tal averiguação se mostra necessária, visto que o sentido do termo não é transparente à primeira vista no *CLG*. Seu sentido é debatido ao longo do livro e ele está implicado em discussões relevantes da

epistemologia saussureana, como a delimitação dos âmbitos sincrônico e diacrônico nos estudos linguísticos, proposta no *CLG*. Compilamos, portanto, passagens em que figuram citações sobre a chamada gramática histórica ou relacionadas a ela, extraídas de diferentes partes do livro, as quais reunimos e distribuimos de modo a esboçar um mapa das ocorrências desse assunto ao longo do mesmo. A intenção é, além de fazer essa compilação e esse mapeamento, definir a visão geral desse termo no *CLG*, de acordo com as informações encontradas nele.

Quando afirmamos que o termo “gramática histórica” não é transparente ou claro à primeira vista no *CLG*, estamos nos referindo ao fato de que tal termo não necessariamente designa uma escola gramatical ou de estudos linguísticos específica, como o faz o termo “gramática comparada” no mesmo contexto. Apesar de não raro vermos o termo “gramática histórico-comparativa” ser utilizado para se referir aos estudos comparatistas que ganharam destaque durante o século XIX, ou seja, ainda que esse termo, por vezes, seja usado de modo intercambiável com “gramática comparada” ou com “gramática histórica”, ele não é um equivalente exato de “gramática histórica” no *CLG*.

Vemos, por exemplo, que Koerner, em seu texto *History of Linguistics: The Field*, chama de “*comparative-historical grammar*” os estudos do período inicial do século XIX, ou o que nós chamamos neste trabalho de gramática comparada, apenas. Diz o autor:

Typically, Schleicher was depicted by Delbrück as representing the conclusion of the phase of comparative-historical grammar inaugurated by Franz Bopp in 1816, and the *Junggrammatiker*, with whom he associated himself early in his career [...]. (KOERNER, 2014b, p. 5)³⁹

Ao falar do lugar de Schleicher na história da linguística, Koerner se refere ao período ou escola de estudos linguísticos que neste trabalho chamamos de gramática comparada como “*comparative-historical grammar*”. Ele parece separar dessa fase de estudos aquela dos neogramáticos, colocando-as, aparentemente, em âmbitos diferentes, sendo o termo “*comparative-historical grammar*” restrito à primeira. Koerner, em outro texto, chamado *Historiography of Linguistics*, emprega termos similares para falar do período inicial do século XIX, como podemos ver a seguir: “early nineteenth-century historical-comparative philology” (KOERNER, 2014a, p. 10); “comparative-historical

³⁹ Tipicamente, Schleicher era retratado por Delbrück como o representante da conclusão da fase da gramática histórico-comparativa inaugurada por Franz Bopp em 1816, e pelos *Junggrammatiker*, com os quais ele se associou no início de sua carreira” (tradução livre).

linguists at the beginning of the nineteenth century” (p. 11); “comparative-historical philology in the early nineteenth century” (p.12). Nota-se que o termo “comparative-historical philology” e seus pares, nos textos de Koerner citados, vêm ligados ao período inicial do século XIX, ou seja, ao período inicial da gramática comparada, como a chamamos neste trabalho, reforçando a impressão de que o termo não abarca, para Koerner, a fase posterior dos neogramáticos. Também Theodora Bynon, em seu texto intitulado *The synthesis of comparative and historical Indo-European studies: August Schleicher*, utiliza o termo “*comparative-historical grammar*” ou “*comparative-historical linguistics*” para se referir à gramática comparada, de modo que aí também, à primeira vista, eles parecem não abranger os neogramáticos, como podemos ver na passagem a seguir:

Historiographers of linguistics have not reached uniformity in their assessment of Schleicher’s place in the history of the subject. There was hesitation last century and there is still disagreement today as to whether he should be ranked along with Bopp and Jacob Grimm among the founders of Indo-European comparative-historical grammar or whether he should rather be seen as the first of the Neogrammarians. (BYNON, 2006, p. 1224)⁴⁰

Porém, apesar de a autora não utilizar os termos em questão para se referir explicitamente aos neogramáticos, por outras partes do texto podemos inferir que eles estão, sim, sob o escopo da chamada “comparative-historical grammar/linguistics”, como na passagem que sucede a anterior, em que se lê:

Having sifted through all the relevant historiographic literature, Koerner [...] came down in favour of the latter position, crediting Schleicher with establishing “the ‘disciplinary matrix’ for subsequent generations of comparative-historical linguists”. In his view it is Schleicher who represents the crucial turning point which brought about the Neogrammarian paradigm. [...]

The methodological framework Schleicher developed for comparative-historical linguistics has become standard in the subject and we have largely forgotten where it came from. (BYNON, 2006, p. 1224-1225)⁴¹

Schleicher é creditado como tendo aberto caminhos e feito progressos que seriam seguidos pelos linguistas histórico-comparatistas que o sucederam, ou seja, os

⁴⁰ historiadores da linguística não alcançaram um consenso em sua avaliação do lugar de Schleicher na história do campo. Houve hesitação no século passado, e ainda há divergências hoje, se ele deveria ser colocado junto de Bopp e Jacob Grimm entre os fundados da gramática histórico-comparativa do indo-europeu ou se ele deveria ser visto como o primeiro dos neogramáticos” (tradução livre)

⁴¹ “Tendo peneirado toda a literatura historiográfica relevante, Koerner [...] concluiu a favor desta última posição, dando crédito a Schleicher por estabelecer ‘a matriz disciplinar para gerações subsequentes de linguistas histórico-comparativos’. De seu ponto de vista, é Schleicher quem representa a virada crucial que trouxe o paradigma neogramático. [...].

O enquadramento metodológico que Schleicher desenvolveu para a linguística histórico-comparativa se tornou padrão e nós esquecemos, em boa parte, de onde ele vem” (tradução livre).

neogramáticos. Portanto, percebe-se que no contexto do trabalho de Bynon o termo “*comparative-historical grammar*” pode englobar, por vezes, também a fase dos neogramáticos. Podemos também citar Giorgio Graffi, que no segundo capítulo de seu livro chamado *200 Years of Syntax: A Critical Survey* utiliza o termo “*historical-comparative*” para se referir à linguística do século XIX como um todo, ou seja, para ele “*historical-comparative*” inclui também os neogramáticos; o autor também frisa que R. H. Robins, em seu livro *A Short History of Linguistics* (1967), intitula o capítulo referente a tal período histórico de “Comparative and historical linguistics in the nineteenth century” (GRAFFI, 2001, p. 15).

Yakov Malkiel, no livro *Essays on Linguistic Themes* (1968), faz uma interessante distinção entre gramática histórica e gramática comparada e a citamos pois esses termos tendem a não ser distinguidos explicitamente. Como observamos, eles são muitas vezes utilizados de forma intercambiável ou agrupados num único termo. Sobre o que seria uma gramática comparada e o que seria uma gramática histórica, diz o autor:

Every historical grammar is, by definition, comparative, the minimum comparison residing, we recall, in a point-by-point confrontation of two successive, reasonably distant stages of the same language. (Conventionally, one speaks of ‘comparative historical grammar’ only where more than one daughter-language is contrasted with the actual or putative ancestral tongue.) On the other hand, the reverse may not be true: A comparative grammar need not be historical, since two autonomous systems, whether or not cognate, may be legitimately opposed in terms of architectural design, without any concern for genetics; witness Bally’s austere synchronic dismounting, on a grandiose scale, of the mechanisms of contemporary German and French (1932). (MALKIEL, 1968, p. 73)⁴²

O autor sugere que a gramática histórica abrange a comparada, na medida em que uma gramática histórica é necessariamente comparada, ainda que o inverso não seja verdadeiro. Ele oferece ainda uma explicação sobre o termo “*comparative historical grammar*”, afirmando que ele é normalmente empregado quando as comparações envolvem mais de uma língua-filha sendo contrastada com a língua ancestral. Tal explicação faz sentido se pensarmos nos tipos de estudos que eram feitos durante o século XIX, por exemplo, em gramática comparada, quando várias línguas eram

⁴² “Toda gramática história é, por definição, a comparação mínima baseada, lembramos, em um contraste ponto a ponto de dois estados sucessivos e razoavelmente distantes da mesma língua. (Convencionalmente, se fala de ‘gramática histórico-comparativa’ apenas onde mais do que uma língua-filha é contrastada com a verdadeira ou suposta língua ancestral). Por outro lado, o contrário pode não ser verdade: uma gramática comparada não precisa ser histórica, já que dois sistemas autônomos, cognatos ou não, podem ser legitimamente opostos em termos de sua arquitetura, sem qualquer preocupação genética; ver o austero desmonte sincrônico de Bally, em escala grandiosa, dos mecanismos do alemão e francês contemporâneos (1932)” (tradução livre)

comparadas entre si e em relação a línguas ancestrais ou estágios de língua anteriores, como o estudo de Bopp de 1816 – em que ele trabalha com diversas línguas –, que inaugura a escola comparatista. Se seguirmos, pois, a definição de Malkiel, é possível chamar tal estudo de histórico-comparativo. No *CLG*, porém, a escola na qual se insere o estudo de Bopp é chamada gramática comparada, ficando o termo “gramática histórica” a certa distância, não sendo utilizado para se referir a essa tradição de estudos. Quanto a Malkiel, apesar de o autor traçar uma distinção entre gramática histórica e gramática comparada, ele informa que o primeiro termo comumente é utilizado para se referir à tradição de estudos em voga nos séculos XIX e (início do) XX (MALKIEL, 1968, p. 73). Ele próprio se refere a essa tradição pelo termo “gramática histórica” apenas, o que engloba a fase dos neogramáticos (p. 71).

Portanto, é comum que se encontre as tradições linguísticas dos séculos XIX e XX, ou seja, a gramática comparada, bem como a fase dos neogramáticos, sendo referidas pelo termo “gramática histórico-comparativa”, “gramática histórica” e similares, como vimos em alguns exemplos. Seria plausível, pois, acreditar que o termo “gramática histórica” no *CLG* também faz referência a essas mesmas tradições. Como já afirmamos, porém, esse não parece ser o caso e é no próprio *CLG* que encontramos indícios para compreender porque tal termo não é utilizado ao longo do livro com esse sentido, bem como qual é, então, o sentido dele. Joseph (2012) investiga e resume algumas reflexões críticas de Saussure com relação aos termos “linguística/gramática histórica”, “história” e seus similares e algumas reflexões de mesmo cunho podem ser encontradas também no *CLG*. Joseph lembra a empreitada de Saussure ao longo de sua vida para reformar a terminologia da linguística e sugerir novos termos (JOSEPH, 2012, p. 544), tarefa que considerava necessária para que tal ciência pudesse dispor de termos mais claros para discutir seus problemas centrais. Essas reformas podiam envolver abandonar alguns termos, caso fossem considerados inadequados, e, como vemos na passagem a seguir, “*history*” foi um dos afastados e substituídos por Saussure, segundo Joseph:

Having tried all his life to sort through these issues, and finding himself hampered at each step by the existing terminology, Saussure lets loose with a volley of neologisms. He has abandoned the term ‘history’ because it is ‘too vague’: it includes the static or (idio) synchronic perspective situated in the past, as well as the diachronic that crosses time periods in a ‘cinematic’ or ‘evolutive’ way. (JOSEPH, 2012, p. 544)⁴³

⁴³ “Tendo tentado durante toda a sua vida organizar os problemas existentes, e se vendo impedido a cada passo pela terminologia existente, Saussure emprega uma série de neologismos. Ele abandonou o termo ‘história’ porque ele é ‘vago demais’: ele compreende a perspectiva estático ou (idio)sincrônica situada

Vemos no excerto acima que um dos problemas do termo “*history*” era ser demasiadamente vago, podendo incluir tanto as sincronias ou estados de língua do passado, bem como o âmbito diacrônico do estudo das línguas. É importante pensarmos por um momento, portanto, nos termos sincronia e diacronia, que são de grande valia para melhor compreendermos a crítica presente no *CLG* quanto aos termos “história”, “gramática/linguística histórica” etc. No capítulo 3 da Primeira Parte do *CLG*, há a proposta de dividir a linguística em dois âmbitos distintos de estudo, a saber, a linguística estática e a linguística evolutiva. Em verdade, o que se pode observar nesse capítulo é a exposição da dualidade interna das ciências que trabalham com valores, entre elas e principalmente a linguística. Tal dualidade se refere à ação do fator tempo e suas consequências para as ciências que operam com valores e que outras ciências costumam ignorar. Utilizando aqui os exemplos explicativos expostos no *CLG*, tal distinção pode ser melhor compreendida:

A maior parte das outras ciências ignora essa dualidade radical; o tempo não produz nelas efeitos particulares. A Astronomia verificou que os astros sofrem mudanças notáveis; não está obrigada, por isso, a cindir-se em duas disciplinas. [...] Existe uma ciência descritiva do Direito e uma histórica do Direito; ninguém opõe uma à outra. A história política dos Estados se move inteiramente no tempo; entretanto, se um historiador traça o quadro de uma época, não se tem a impressão de sair da História. (SAUSSURE, 2006, p. 94)

Demonstra-se, portanto, que as ciências que não trabalham com valores, como a História, por exemplo, não sendo afetadas direta e significativamente pelo fator tempo, não precisam distinguir precisamente os eixos sobre os quais se situam seus objetos de estudo. Tais eixos, porém, precisam ser distinguidos pelas ciências que operam com valores, como as ciências econômicas e, especialmente, a linguística. Os referidos eixos, num plano cartesiano, são, segundo o *CLG*, o eixo horizontal das simultaneidades e o eixo vertical das sucessões no tempo. O primeiro, horizontal, é onde se dão as relações entre elementos existentes simultaneamente, em que a intervenção do tempo é excluída; o segundo, vertical, recobre as sucessões dos elementos no tempo e suas transformações, não sendo possível, portanto, considerar mais do que um elemento por vez (SAUSSURE, 2006, p. 95). Para a linguística, fazer tal distinção é essencial, já que, segundo explica o *CLG*, “[...] a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos” (p. 95) e que não se pode estudar, ao mesmo tempo, as relações da língua no tempo e no sistema (p. 96). Surge,

no passado e também a diacrônica, a qual cruza períodos de tempo de maneira ‘cinemática’ ou ‘evolutiva’” (tradução livre)

então, a necessidade de se definir duas linguísticas, dedicadas ao estudo focado em um e outro dos dois eixos. A linguística que foca seus estudos no eixo horizontal dos estados de língua ou das simultaneidades é chamada, inicialmente, de linguística estática (p. 96) e não se vê muita reflexão, no *CLG*, quanto a seu nome, num primeiro momento. Quanto ao nome para a linguística que estuda os fenômenos que se desenrolam no eixo vertical, das sucessões no tempo, há um debate importante, visto que os termos “história” ou “linguística histórica” são de pronto afastados. As razões pelas quais tais termos são rechaçados, no *CLG*, estão de acordo com as preocupações de Saussure com relação a eles, que Joseph (2012) menciona e que citamos anteriormente, como podemos constatar a partir da seguinte parte extraída do *CLG*:

Eis porque distinguimos duas linguísticas. Como as designaremos? Os termos que se oferecem não são todos igualmente apropriados para marcar essa diferença. Assim, história e “linguística histórica” não são utilizáveis, porque suscitam idéias muito vagas; como a história política compreende tanto a descrição de épocas como a narração de acontecimentos, poder-se-ia imaginar que, ao descrever estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo; para isso, seria mister encarar separadamente os fenômenos que fazem passar a língua de um estado a outro. Os termos evolução e Linguística evolutiva são mais precisos [...]. (SAUSSURE, 2006, p. 96)

Nota-se que o termo “linguística histórica” ou a noção de história em geral são considerados inadequados por poderem compreender tanto a narração de estados da língua, quanto o estudo das transformações de um estado a outro, ao longo do tempo. Segundo a proposta presente no *CLG*, a linguística que no excerto é chamada de evolutiva se encarregaria apenas do último âmbito, e não do primeiro, o qual ficaria a cargo da linguística estática. Porém, ainda no mesmo capítulo, encontramos no *CLG* uma nova proposta de nomes para esses dois âmbitos da linguística, visto que “evolutiva” e “estática” não expressavam suficientemente o contraste ou a oposição entre os dois eixos e é então que são sugeridos os termos “sincronia” e “diacronia”:

Para melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística *sincrônica* e de Linguística *diacrônica*. É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (SAUSSURE, 2006, p. 96)

Outro problema com o uso do termo “história” e com a noção de história da língua para Saussure, segundo Joseph (2012), é a abrangência dele, assim como a ideia geral de mudança ou transformação da língua que ele tende a carregar, como podemos ver abaixo:

The problem he [Saussure] saw with ‘history of the language’ is that it embraces much more than the changes within the system of langue from one point in time (one synchronic state) to another. Indeed it tends not even to view the evolution of a language in that way, but rather to imagine that it has a continuous existence across time periods, with particular elements regenerating but the system as a whole remaining in effect the same. Saussure’s view was the opposite: the elements persist over time and are simply rearranged, with each rearrangement introducing a new system. (JOSEPH, 2012, p. 514)⁴⁴

Também esse problema apontado por Joseph podemos encontrar esboçado no *CLG*. No capítulo 3 da Primeira Parte do livro, vemos uma reflexão sobre como os fatos diacrônicos se comportam com relação ao sistema da língua, ou seja, sobre como as mudanças nos elementos da língua ocorrem e que consequências ou impacto elas têm no sistema, se elas implicam um novo sistema ou se não chegam a causar tamanha reformulação. Lê-se, no *CLG*:

Encontramos aqui um princípio já enunciado: o sistema nunca se modifica diretamente; em si mesmo é imutável; apenas alguns elementos são alterados sem atenção à solidariedade que os liga ao todo. É como se um dos planetas que giram ao redor do Sol mudasse de dimensões e peso; esse fato isolado acarretaria consequências gerais e transtornaria o equilíbrio de todo o Sistema Solar. Para exprimir o plural, é necessária a oposição de dois termos: ou *fot: *foti* ou *fot: fet*; são dois processos igualmente possíveis, mas passou-se de um a outro, por assim dizer, sem percebê-lo; não foi o conjunto que se deslocou, nem um sistema que engendrou outro, mas um elemento do primeiro mudou e isso basta para fazer surgir outro sistema. (SAUSSURE, 2006, p. 100)

Essa longa passagem exemplifica como é encarada, no *CLG*, a mudança diacrônica e seu impacto: o sistema como um todo não muda diretamente; a mudança ocorre em um termo ou elemento que, precisamente por estar engendrado em uma rede de relações, acaba por acarretar numa transformação sistêmica, de modo que uma nova sincronia surge a partir dela. A passagem pode, porém, parecer contraditória, por conta da afirmação de que “o sistema nunca se modifica diretamente; em si mesmo é imutável”, mas apenas se não compreendemos bem a distinção entre diacronia e sincronia. Se nos lembrarmos que os elementos se transformam no eixo do tempo, diacronicamente, e que, a partir dessas mudanças, é nos estados de língua que se produzem os efeitos e consequências sincrônicas das mesmas, logo compreenderemos que a afirmação que parecia ambígua só enfatiza a impossibilidade de tais

⁴⁴ “O problema que ele [Saussure] via na ‘história da língua’ é que ela engloba muito mais do que as mudanças dentro do sistema da *langue* de um ponto no tempo (um estado sincrônico) a outro. Com efeito, ela tende a nem mesmo considerar a evolução da língua dessa maneira, mas sim imaginar que ela tem uma existência contínua através de períodos de tempo, com elementos particulares se transformando, mas o sistema como um todo permanecendo o mesmo. A visão de Saussure era o contrário: os elementos persistem ao longo do tempo e simplesmente se reorganizam, como cada reorganização trazendo um novo sistema” (tradução livre).

consequências sincrônicas se abatam diretamente sobre o sistema como um todo. Ela frisa que é somente a partir da mudança em um elemento, no âmbito diacrônico, que as consequências se produzem. No próprio *CLG*, isso é explicado de forma mais explícita, quando se afirma que:

[u]m fato diacrônico é um acontecimento que tem sua razão de ser em si mesmo; as consequências sincrônicas particulares que dele podem derivar são-lhe totalmente estranhas. [...] Esses fatos diacrônicos não tendem sequer a alterar o sistema. Não se quis passar de um sistema de relações para outro; a modificação não recai sobre a ordenação, e sim sobre os elementos ordenados. (SAUSSURE, 2006, p. 100)

As mudanças não ocorrem, portanto, com a intenção de ou para reformar o sistema; ocorrem alheias às consequências que poderão derivar delas num determinado estado de língua. Essa reflexão apresentada no *CLG* tem implicações significativas para a discussão sobre gramática histórica. No capítulo 1 da Terceira Parte do *CLG*, parte que trata da linguística diacrônica, pode-se encontrar uma importante constatação a respeito da noção de gramática histórica. No capítulo, fica claro que a fonética constitui o objeto primeiro da linguística diacrônica (SAUSSURE, 2006, p. 163), já que é a essa disciplina que cabe o estudo da evolução dos sons, ficando a cargo da fonologia a descrição dos sons de um estado de língua. A fonética, portanto, tem caráter diacrônico e, segundo encontramos nesse capítulo do livro, nada que seja fonético é gramatical ou significativo, visto que, para se estudar a história dos sons de uma palavra qualquer, poder-se-ia ignorar seu sentido, focando-se somente na substância material, no som em si (p. 164). Tendo estabelecido isso, o *CLG* sugere um questionamento: se algumas palavras mudam de som e de categoria gramatical, ou mudam de sentido, por que seria impossível imaginar um estudo fonético ligado à mudança gramatical, ou de significado? Vejamos as perguntas formuladas no *CLG*:

Mas não existirão sons que se transformem com o tempo? As palavras mudam de significação, as categorias gramaticais evoluem; vêm-se algumas desaparecer com as formas que serviam para exprimi-las (por exemplo o dual em latim). E se todos os fatos de sincronia associativa e sintagmática têm sua história, como manter a distinção absoluta entre diacronia e sincronia? Isso se torna muito difícil desde que se saia da Fonética pura. (SAUSSURE, 2006, p. 164)

Além das perguntas acerca da evolução dos sons e das significações das palavras, aparece a preocupação de como, frente a tal questão complexa, manter a distinção e oposição entre os âmbitos sincrônico e diacrônico que, como vimos, foram propostas como necessidade para a linguística. Na passagem, também se admite que

manter tal distinção torna-se complicado, uma vez que se saia da Fonética pura. No entanto, a questão não é abandonada e duas explicações são propostas para clarificá-la, a primeira ligada à distinção entre mudanças de caráter fonético e de caráter gramatical.

Lê-se:

Assinalemos, todavia, que muitas mudanças tidas por gramaticais se resolvem em mudanças fonéticas. A criação do tipo gramatical do alemão *Hand* : *Hände*, que substitui *hant* : *hanti* (ver p. 99), explica-se inteiramente por um fato fonético. [...] *beta-hus* queria dizer ‘casa de oração’; entretanto, como a vogal final caiu foneticamente (*beta* -> *bet-* etc.), estabeleceu-se um contato semântico com o verbo (*beten* etc.), e *Bethaus* acabou por significar ‘casa para orar’. (SAUSSURE, 2006, p. 164)

Frisa-se, portanto, que muitas das mudanças que são erroneamente consideradas gramaticais, são, em verdade, mudanças de cunho fonético. Como vimos anteriormente, segundo o *CLG*, as mudanças do âmbito diacrônico não respondem em primeira instância pelas consequências sincrônicas que poderão advir delas, pois tais efeitos só se formarão e se farão sentir no estado de língua em que vierem a existir, passando a representar transformações gramaticais. Vê-se, pois, que gramatical é novamente ligado a sincrônico, não a diacrônico, não se prestando, portanto, a estudos históricos. A respeito disso, temos no *CLG* a segunda explicação, mais explícita, sobre a impossibilidade de se fazer gramática histórica:

Em todos esses casos, e em muitos outros semelhantes, a distinção das duas ordens continua a ser clara; cumpre-nos lembrar dela para não afirmarmos inconsideradamente que estamos a fazer gramática histórica quando na realidade estamos nos movendo sucessivamente no domínio diacrônico, estudando a mudança fonética, e no domínio sincrônico, examinando as consequências que dela resultam. (SAUSSURE, 2006, p. 166)

Cumprir notar, portanto, que, conforme nos indica a passagem anterior, não se deve deixar enganar e rotular de gramática histórica o que, em verdade, seriam estudos que analisam, sucessivamente, a mudança fonética, no âmbito diacrônico – já que ela é que passa pela evolução –, e as consequências que essas mudanças, nos estados de língua, produzem. Ou seja, vê-se um pedido de cuidado ao utilizar o termo “gramática histórica”, para que ele não venha a ser erroneamente utilizado. Um mal emprego daria a entender, por exemplo, que seria possível analisar mudanças de ordem gramatical no domínio diacrônico, quando, na realidade, são as mudanças fonéticas que podem ser analisadas de tal maneira, enquanto as consequências gramaticais que resultam delas são estudadas sincronicamente, visto que é apenas nos estados de língua que elas se apresentam.

Na passagem anterior, podemos perceber que o termo “gramática histórica” não se refere explicitamente à uma escola gramatical, como a gramática histórico-comparativa, referente às tradições de estudo em voga durante o século XIX e o início do XX, isto é, a gramática comparada e a fase dos neogramáticos. O termo parece remeter, na realidade, mais a um método de estudo da língua do que a tais escolas institucionalizadas. Todavia, a crítica à confusão entre fenômenos diacrônicos e fenômenos sincrônicos, ou à não distinção dessas ordens, que leva a crer ser possível fazer gramática histórica, é também apontada como uma falha da ciência linguística então vigente. Segundo o *CLG*, ela não teve o cuidado de perceber a importância de tal diferenciação e trabalhou por longa parte de sua história na confusão entre os dois.

Encontramos, na verdade, duas possibilidades distintas de confusão entre os dois âmbitos, que são expostas no capítulo 3 da Primeira Parte do livro. A primeira possibilidade é explicada assim: “A verdade sincrônica parece ser a negação da verdade diacrônica e, vendo as coisas superficialmente, parecerá a alguém que cumpre escolher entre as duas”, o que, conforme o livro, “não é necessário; uma das verdades não exclui a outra” (SAUSSURE, 2006, p. 112). Sobre essa possível confusão, o que se encontra em seguida é ainda mais interessante, já que se afirma que não apenas tais verdades não se excluem, como também é essencial levar ambas em consideração, ou se enxergaria “a realidade pela metade” (p. 113). A interdependência dos dois âmbitos é, portanto, reafirmada. A segunda possibilidade de confusão é assim exposta:

A verdade sincrônica concorda de tal modo com a verdade diacrônica que se costuma confundi-las ou julgar supérfluo desdobrá-las. Assim, acredita-se explicar o sentido atual da palavra *père* dizendo que *pater* tinha o mesmo significado. (SAUSSURE, 2006, p. 114)

Essa confusão, especificamente, é considerada intimamente ligada com a falha da linguística em lidar com os dois eixos sem os distinguir propriamente e sem se posicionar em relação a eles, como se pode conferir na passagem a seguir:

Como essas duas ordens de fenômenos se acham em todas as partes estreitamente ligadas entre si, uma a condicionar a outra, acaba-se por acreditar que não vale a pena distingui-las; de fato, a Linguística as confundiu durante decênios sem perceber que seu método não era válido. (SAUSSURE, 2006, p. 114)

Não se pode afirmar com certeza que a crítica que vemos na passagem acima se refere ao método da escola comparatista, mas não seria absurdo pensar em uma certa ligação entre essa crítica, a respeito da não diferenciação dos dois eixos, e a

anteriormente citada, a respeito da ideia de contradição entre uma verdade e outra, e a gramática comparada. Sobre a escola fundada por Bopp e o domínio ou eixo em que se situava, encontramos a seguinte passagem, também no capítulo 3 da Primeira Parte do *CLG*: “[e]sta [a gramática iniciada por Bopp], colocando-se num terreno mal delimitado, não sabe exatamente para que alvo tende. Está a cavaleiro de dois domínios, por não ter sabido distinguir claramente entre os estados e as sucessões.” (SAUSSURE, 2006, p. 98). Sobre a escolha de uma ou outra verdade, entre a sincrônica e a diacrônica, também encontramos um comentário no mesmo capítulo, também direcionado à escola comparatista: “Desde que a Lingüística moderna existe, pode-se dizer que se absorve inteiramente na diacronia. [...] os estados não intervêm senão por fragmentos, e de modo muito imperfeito. Tal é a tendência inaugurada por Bopp [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 97).

Observa-se, portanto, com o que vimos até aqui, que quando se fala em “gramática histórica” no *CLG*, tal termo não pode ser tomado, de pronto, do mesmo modo como é comumente utilizado, como vimos no início desta seção, para se referir às tradições de estudo em destaque durante o século XIX e o início do XX. Vimos também que tal termo está intimamente ligado às noções de sincronia e diacronia, sendo explicado como inapropriado, visto que não se poderia falar em um estudo histórico da gramática, pois isso implicaria misturar os âmbitos diacrônico e sincrônico, respectivamente. Temos um claro exemplo acerca dessa inadequação do termo no capítulo 7 da Segunda Parte do *CLG*, onde explica-se:

A Gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão; quem diz gramatical diz sincrônico e significativo, e como nenhum sistema está a cavaleiro de várias épocas ao mesmo tempo, não existe, para nós, ‘Gramática histórica’; aquilo a que se dá tal nome não é, na realidade, mais que a Lingüística diacrônica. (SAUSSURE, 2006, p. 156)

Portanto, não se deve pensar estar fazendo gramática histórica, segundo o *CLG*, quando, na verdade, se está fazendo um estudo do eixo diacrônico, das sucessões, e outro estudo do eixo sincrônico, dos estados, separado do primeiro. Tal tipo de investigação não se configura como gramática histórica; em verdade, ele leva em conta a interdependência de ambos os eixos, sem, porém, confundir-lhes as naturezas, que são distintas. Quanto à gramática comparada, ela é, na verdade, criticada nas mesmas partes do livro em que se fala sobre sincronia e diacronia, precisamente por não ter feito tal distinção entre esses âmbitos. Não podemos, todavia, afimar que, ao longo do *CLG*, o termo “gramática histórica” nunca é utilizado para se referir à gramática comparada ou

ao que alguns dos autores que vimos no início da seção chamam de gramática histórico-comparativa. Podemos citar aqui um exemplo, encontrado no capítulo 3 da Primeira Parte, em que se lê:

Do mesmo modo, a gramática tradicional do francês moderno ensina que, em certos casos, o particípio presente é variável e concorda com um adjetivo [...], que em outros é invariável [...]. Mas a Gramática histórica nos mostra que não se trata de uma única e mesma forma: a primeira é a continuação do particípio latino [...], que é variável, enquanto que a segunda provém do gerúndio ablativo invariável [...]. A verdade sincrônica contradiz acaso a verdade diacrônica, e será mister condenar a Gramática tradicional em nome da Gramática histórica? (SAUSSURE, 2006, p. 113)

Tal afirmação é feita após o termo “linguística histórica” ter sido rechaçado, em favor de diacronia (p. 96), e após a afirmação de que a gramática comparada se absorvia quase totalmente na diacronia (p. 97), mas antes dos comentários que explicam que não é possível fazer gramática histórica (p. 156) e que não se deve crer que um estudo que se mova no eixo diacrônico e, sucessivamente, no sincrônico, seja o mesmo que fazer gramática histórica (p. 165). Portanto, é difícil afirmar se, na passagem citada acima, vemos a utilização do termo como jargão da época, para se referir à tradição comparatista, ou se ele já se refere ao estudo diacrônico, mesmo antes de a explicação sobre a confusão possível, ainda que indesejada, entre “gramática histórica” e linguística diacrônica aparecer. Também em outras passagens que citamos, como aquela da página 156, não podemos afirmar com certeza se o termo é utilizado para fazer referência à tradição comparatista de estudos. Porém, vimos, através dessas breves análises de algumas passagens compiladas do *CLG*, que deve-se ter cautela ao interpretar o termo “gramática histórica” no livro, visto que ele não tem apenas um único sentido fixo ao longo da obra e que ele próprio é sujeito de algumas reflexões sobre seus possíveis sentidos, sendo alguns deles apontados explicitamente como inadequados. Ele também é esclarecido em determinados contextos e alinhado a outros termos e noções, como aquela de diacronia.

3.3 GRAMÁTICA GERAL NO *CLG*

No *CLG*, encontramos numerosas referências à chamada gramática geral, sendo algumas explícitas e outras implícitas. Nesta seção, além de compilarmos as passagens em que tais referências ocorrem, indicando as partes do livro em que elas aparecem, como fizemos nas seções anteriores, vamos também investigar essas ocorrências para

tentarmos determinar se elas se referem sempre à escola da gramática geral ou se carregam outros sentidos, nos contextos em que aparecem. Antes, porém, de começarmos a apresentar as menções à gramática geral no *CLG*, é interessante relembrar brevemente as origens dela enquanto escola de estudos linguísticos.

A gramática geral está ligada a correntes anteriores de estudos, como, por exemplo, a chamada gramática especulativa, e podemos descobrir informações úteis sobre a primeira relembrando alguns aspectos da segunda. A gramática especulativa, do período medieval, preocupava-se em encontrar os princípios, que se acreditava serem universais, pelos quais a palavra, como signo, relacionava-se com a inteligência humana, ou com o pensamento, e com a coisa que ela representava, ou aquilo que ela representava (LYONS, 1979, p. 15). No entanto, esses gramáticos não tomavam a palavra como uma representação ideal da realidade, como explica John Lyons:

Segundo os gramáticos especulativos, a palavra não representava diretamente a natureza da coisa significada; representava-a como existente de uma determinada maneira, ou “modo” – como uma substância, uma ação, uma qualidade, etc. – e o fazia tomando as formas da correspondente parte do discurso. A Gramática era, pois, uma teoria filosófica das partes do discurso e dos seus “modos de significação” característicos. (LYONS, 1979, p. 15)

Por ser uma teoria dos “modos de significação”, a gramática especulativa acabou por ser conhecida através desse nome, que, faz referência a “espelho” – *speculum*, em latim –, por conta da ideia de que a língua seria como um espelho “que reflete a realidade subjacente aos ‘fenômenos’ do mundo físico” (LYONS, 1979, p. 15). O importante, para nós, é atentar para o caráter universal ou constante que esses gramáticos davam aos princípios que ligavam a palavra, enquanto signo, ao pensamento e à coisa significada, já que esse mesmo caráter se faz presente de maneira central, posteriormente, na gramática geral, durante a Renascença. Lyons também faz uma interessante reflexão quanto à aceitação e refutação da ideia, sugerida pela gramática especulativa, de que a gramática é constante em todas as línguas, ou de que há elementos gramaticais essenciais que são os mesmos em todas as línguas. Diz ele:

Mas, antes de rejeitarmos suas especulações lingüísticas como indignas da nossa atenção, como em geral se faz, seria melhor ponderarmos se não é apenas a terminologia da época que achamos inaceitável ou incompreensível. Citam-se muitas vezes como evidentemente absurdas e que não vale a pena discutir afirmações como: ‘A gramática é substancialmente a mesma em todas as línguas, ainda que possa variar acidentalmente’; ‘Todo aquele que conhece a gramática de certa língua conhece também a de outra no que toca à sua substância. Se ele, contudo, não pode falar outra língua ou compreender os que a falam, é por causa da diferença entre as palavras e das suas formações, o que

é acidental à gramática'. A primeira é de Roger Bacon (1214-94) e a segunda de um erudito anônimo da mesma época. (LYONS, 1979, p. 16)

As citações que Lyons assinala como recorrentes para representar o pensamento da gramática especulativa reforçam a noção de universalidade dos princípios gramaticais das línguas e podem parecer absurdas ou ousadas demais, como o autor admite ser comum que aconteça. Porém, ele sugere um questionamento apropriado, quando diz que talvez seja a terminologia da época, mais do que a ideia central expressa nas citações, o que torna elas tão despropositadas aos nossos olhos. Ele sugere, posteriormente, que uma das razões pelas quais se minimiza as propostas dos gramáticos em questão seria o fato de que é fácil atribuir ao papel do latim a impressão de universalidade que eles tinham quanto à gramática das línguas. Como vimos nesta dissertação, o latim ocupava, desde antes da Idade Média, papel central na Europa e ele era essencial principalmente nos meios eruditos. As gramáticas do latim, inspiradas nas gramáticas gregas, com algumas mudanças, para acomodar diferenças entre as línguas, serviram de modelo e influenciaram as gramáticas das línguas vernáculas, que, de qualquer modo, derivavam, em muitos casos, do próprio latim. Sendo assim, afirma Lyons, essa posição central ocupada pelo latim teve influência no desenvolvimento da gramática universal (p. 16). Porém, o autor propõe que, reformulando as citações mencionadas, representativas da gramática universal ou especulativa, chega-se a ideias que não parecerão mais tão absurdas e que poderiam ser aceitas mesmo por aqueles que diziam ter abandonado as ideias dessa tradição de estudos, como foi o caso de muitos durante a Renascença. Ele afirma que as citações “significam apenas o seguinte: todas as línguas terão palavras para os mesmos conceitos e todas as línguas apresentarão as mesmas partes do discurso e outras categorias gramaticais gerais.” (LYONS, 1979, p. 16). De fato, as concepções universalistas da gramática especulativa retornaram com força durante a Renascença, quando se viu o desenvolvimento da gramática geral. Port-Royal esteve à frente desse processo, mas seus objetivos eram, porém, um tanto diferentes daquele da tradição que a influenciou, como mostra Lyons:

Os ideais da gramática ‘especulativa’ foram revividos na França no séc. XVII pelos mestres de Port-Royal. Em 1660 eles publicaram sua *Grammaire générale et raisonnée*, cujo objetivo era demonstrar que a estrutura da língua é um produto da razão, e que as diferentes línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral. (LYONS, 1979, p. 17-18)

A gramática geral, que se desenvolveu no século XVII, na qual se insere a famosa gramática de Port-Royal, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, foi, portanto,

influenciada pela ideia de universalidade da gramática, ainda que tenha se distanciado em certos aspectos da escola anterior. Sobre essas diferenças que caracterizavam os envolvidos com a gramática geral, diz Robins (1967):

They were writers of universal grammars, not in the same sense as either the universal language planners or the mediaeval grammarians. Unlike the language planners they were not inventing new systems of communication but expounding a general theory of grammar through the medium of such languages as Latin and French. Unlike the scholastics they asserted the claims of human reason above authority and they made Descartes rather than Aristotle the basis of their teaching. [t]hey did attempt to reveal the unity of grammar underlying the separate grammars of different languages in their role of communicating thought, itself comprising perception, judgment, and reasoning. (ROBINS, 1967, p. 123)⁴⁵

Para demonstrar tal unidade gramatical subjacente às diferentes línguas, os gramáticos de Port-Royal utilizavam línguas como o latim, o grego e outras, porém, eles focavam-se no francês, como também afirma Robins:

They envisaged general grammar as underlying the actual make-up of all languages, rather than as particularly exemplified in any one; but as scholarly patriots they took pride in the perspicuity, elegance, and beauty that they saw in the French language, a testimony to the change in men's attitude to the European vernaculars wrought by the Renaissance. (ROBINS, 1967, p. 125)⁴⁶

O foco na lingual francesa era, em verdade, o foco na língua francesa da época, ou seja, como diz Culler (1976): “[g]rammar of this kind was wholly a-temporal or synchronic” (CULLER, 1976, p. 55)⁴⁷. Sendo o interesse primeiro dos gramáticos o estudo e o entendimento de uma lógica universal e a explicação racional das categorias gramaticais da língua, o fator tempo não tinha relevância significativa para eles. Porém, foi precisamente a falta de atenção a esse fator que levou a gramática geral a ser abandonada pelos estudiosos dos séculos XVIII e XIX, entre eles os gramáticos comparados. Culler afirma:

[i]t was precisely this absence of a temporal dimension which worried their eighteenth-century successors. If one wishes to understand thought, they

⁴⁵ “Eles eram autores de gramáticas universais, não no mesmo sentido dos criadores de línguas universais ou dos gramáticos medievais. Diferente dos criadores de línguas, eles não inventavam novos sistemas de comunicação, mas expunham uma teoria geral da gramática por meio de línguas como o latim e o francês. Diferente dos escolásticos, eles afirmavam a primazia da razão humana sobre a autoridade e faziam de Descartes, ao invés de Aristóteles, a base para seus ensinamentos. Eles tentaram, com efeito, revelar a unidade da gramática subjacente às diversas gramáticas de diferentes línguas em seu papel de comunicar o pensamento, ele mesmo compreendendo percepção, julgamento e raciocínio” (tradução livre)

⁴⁶ “Eles viam a gramática geral como subjacente às formas atuais de todas as línguas, ao invés de algo exemplificado particularmente em uma língua; como pesquisadores patriotas, no entanto, eles se orgulhavam da perspicácia, elegância e beleza que viam na língua francesa, um testemunho da mudança trazida pela Renascença na atitude dos homens em relação aos vernáculos europeus” (tradução livre)

⁴⁷ “A gramática dessa espécie era totalmente atemporal ou sincrônica” (tradução livre)

suggested, it is not enough to work out a logical grammar; one must discuss the formation or development of ideas. (CULLER, 1976, p. 55)⁴⁸

Como vimos anteriormente, a própria historiografia da linguística do século XIX tende a desconsiderar ou minimizar os feitos das tradições de estudos anteriores àquelas de tal século, considerando-as pouco ou não científicas, e dando destaque ao período da gramática comparada. Porém, apesar dessa ruptura, podemos ver, no *CLG*, que a gramática geral não apenas ganha algum espaço, com menções ao longo do livro, como é até mesmo, por vezes, com tom elogioso que ela é citada.

Já no capítulo 1 da Introdução, encontra-se uma menção ao que, no *CLG*, chama-se de “Gramática” e que, segundo a explicação que segue a primeira menção a esse termo, foi um estudo “inaugurado pelos gregos” (SAUSSURE, 2006, p. 7), dando-nos a impressão de estar ligado ao que chamamos, neste trabalho, de gramática tradicional. Tal estudo, conforme o *CLG*, foi “continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua [...]” (p. 7). Podemos citar alguns motivos pelos quais faria sentido pensar que a parte em que se menciona os “franceses”, faz referência aos envolvidos no desenvolvimento da gramática geral a partir do século XVII. Primeiramente, a gramática geral, tradição de estudos que teve grande força e destaque na França durante o período da Renascença, foi influenciada fortemente pela tradição clássica (LYONS, 1979, p. 18). Faz sentido, portanto, pensar que a afirmação de que a gramática grega encontrou continuação na França, considera a gramática geral como o “local” dessa continuidade. Em segundo lugar, em outros momentos ao longo do *CLG* essas duas tradições de estudos gramaticais são aproximadas e relações são traçadas entre elas. Portanto, apesar de não ser explicitamente, podemos sugerir que já no capítulo 1 da Introdução, a gramática geral é mencionada, ainda que brevemente, enquanto escola linguística. Outro aspecto da passagem que citamos é digno de nota, a saber, a crítica que é feita mais diretamente à gramática tradicional, mas que, no contexto, parece poder ser estendida à escola que, segundo o *CLG*, continuou seus estudos.

O livro aponta como falha a falta de visão científica e desinteressada da língua; a crítica sobre a falta de visão científica, para nós, parece estar em sintonia com a visão proveniente da historiografia da linguística do século XIX, que também tendia a

⁴⁸ “foi precisamente esta ausência de uma dimensão temporal que preocupava seus sucessores do século XVIII. Se alguém desejasse entender o pensamento, sugeriam eles, não basta desenvolver uma gramática lógica; se deve discutir a formação ou o desenvolvimento das ideias” (tradução livre)

considerar as tradições gramaticais anteriores ao século XVIII não científicas. Sobre a falta de visão desinteressada da língua, também podemos compreender como seria possível apontá-la nos estudos da gramática geral, visto que o estudo da língua em si não era o seu interesse primordial, como vimos anteriormente nesta seção. Outro exemplo de crítica à gramática geral encontramos no capítulo 7 da Introdução, sobre a fonologia. Nesse capítulo, mais especificamente na subseção 3, chamada “Crítica ao Testemunho da Escrita”, desenvolve-se uma discussão sobre meios de se buscar dados sobre línguas, ou estados de língua, pertencentes ao passado, de modo a se estabelecer o sistema fonológico delas. Um dos meios citados no *CLG* é através dos chamados “indícios externos” e dos testemunhos de contemporâneos do período de interesse. Os gramáticos franceses são citados como exemplo de estudiosos que contribuíram legando aos linguistas que vieram posteriormente muitos dados sobre a língua francesa, como vemos na passagem a seguir:

1º Primeiramente, dos *indícios externos*, e, sobretudo, do testemunho dos contemporâneos que descreveram os sons e a pronúncia de sua época. Assim, os gramáticos franceses dos séculos XVI e XVII, principalmente aqueles que se propunham a informar os estrangeiros, deixaram-nos muitas observações interessantes. Essa fonte de informação, porém, é pouco segura, porque seus autores não têm nenhum método fonológico. Suas descrições são feitas com termos improvisados, sem rigor científico. (SAUSSURE, 2006, p. 45)

Vemos, novamente, que a falta de rigor científico é apontada. Além dela, indica-se também a falta de um método fonológico que, conforme vimos, começa a se desenvolver com mais vigor durante o período da gramática comparada – ainda que, como observamos na seção sobre tal escola, o *CLG* aponte também falhas quanto aos métodos dela. Ainda na mesma subseção do *CLG*, porém, indica-se que se podem obter informações mais seguras se, aos indícios externos, aliam-se indícios internos, que no livro são classificados em 2 tipos: “indícios extraídos da regularidade das evoluções fonéticas” e “indícios contemporâneos”, dos quais nos interessa o primeiro. Sobre ele, diz-se:

Quando se trata de determinar o valor duma letra, é muito importante saber qual foi, numa época anterior, o som que ela representava. Seu valor atual é o resultado de uma evolução que permite descartar desde logo certas hipóteses. (SAUSSURE, 2006, p. 45)

Os gramáticos franceses não poderiam, de fato, fornecer esse panorama das evoluções fonéticas, já que seus estudos eram sincrônicos e que eles não contavam com um método fonológico padrão. Os resultados de seus estudos são válidos para a

investigação de línguas ou estados de língua do passado, desde que sejam interpretados com cuidado e aliados ao legado de outras tradições que tenham se interessado em fazer o estudo das evoluções fonéticas, segundo o *CLG*.

Apesar de algumas críticas, porém, a gramática geral também tem seus méritos reconhecidos. É no capítulo 3 da Primeira Parte do *CLG* – sobre a linguística estática e a linguística evolutiva – que o ponto de vista sincrônico adotado pelos “gramáticos” inspirados pelos métodos tradicionais” (SAUSSURE, 2006, p. 97) é reconhecido como correto, ainda que alguns problemas com relação a sua aplicação sejam também expostos:

[c]omo procederam os que estudaram a língua antes da fundação dos estudos lingüísticos, vale dizer, os ‘gramáticos’ inspirados pelos métodos tradicionais? É curioso observar que seu ponto de vista sobre a questão que nos ocupa é absolutamente irrepreensível. Seus trabalhos nos mostram claramente que querem descrever estados; seu programa é estritamente sincrônico. Assim, a gramática de Port-Royal tenta descrever o estado da língua francesa no tempo de Luís XIV e determinar-lhe os valores. Não tem ela, por isso, necessidade da língua medieval: segue fielmente o eixo horizontal (ver p. 95) sem jamais se afastar dele; esse método é, pois, justo, o que não quer dizer que sua aplicação seja perfeita. (SAUSSURE, 2006, p. 97-98)

O método estritamente sincrônico dessa tradição gramatical é, portanto, elogiado no *CLG* precisamente porque não se desvia do eixo horizontal. Ou seja, ela tem o mérito de estabelecer para si e seguir fielmente um âmbito a partir do qual fazer seus estudos. Assim, é fácil compreender o porquê do elogio, visto que, como observamos na seção passada, a distinção entre os âmbitos sincrônico e diacrônico é exposta como essencial no *CLG*. No mesmo capítulo, a gramática comparada é duramente criticada por não ter se posicionado frente a essa distinção, ficando, segundo o *CLG*, num terreno mal delimitado. Na parte que se segue à última passagem citada aqui, encontramos outra vez a gramática tradicional sendo mencionada junto à gramática geral, pois se lê, como exemplo de um dos problemas da aplicação do método dos gramáticos franceses, a seguinte afirmação:

A gramática tradicional ignora partes inteiras da língua, como, por exemplo, a formação das palavras; é normativa e crê dever promulgar regras em vez de comprovar os fatos; falta-lhe visão do conjunto; amiúde, ela chega a não distinguir a palavra escrita da palavra falada etc. Censurou-se à gramática clássica não ser científica; sua base, todavia, é menos criticável, e seu objeto melhor definido, o que não é o caso da lingüística fundada por Bopp. (SAUSSURE, 2006, p.98)

Uma vez mais, como se vê, citam-se, no *CLG*, ambas as tradições gramaticais e, o que é mais, dessa vez se passa de uma a outra sem aviso. Isso ocorre porque, no

contexto do *CLG*, a tradição gramatical francesa, ou a gramática geral, parece ser considerada uma continuação da gramática grega, ou tradicional, em diversos aspectos. Entre eles, pelo que vimos, seu ponto de vista sincrônico, seu caráter normativo, sua falta de visão científica. Há, ainda, uma outra passagem no *CLG* em que se fala em gramática geral, porém, o termo não parece se referir à tradição de estudos gramaticais da qual falamos até aqui e que, em verdade, não é referida por esse nome ao longo do *CLG*, sendo utilizados termos como “os franceses”, “os gramáticos franceses”, “a gramática de Port-Royal”. Antes, porém, de citar a passagem em que ocorre o termo “gramática geral” e analisar brevemente seu possível sentido nela, vejamos alguns comentários sobre as ligações entre a tradição dos gramáticos de Port-Royal e o *CLG*.

Além das passagens do *CLG* que apresentamos aqui sobre a tradição gramatical da França a partir do século XVII, entre elas aquela que abertamente elogia o método de tal escola em comparação com aquele da gramática comparada, há outras conexões entre Saussure e tal tradição e, portanto, entre o *CLG* e a mesma. Simon Bouquet, no livro *Introdução à Leitura de Saussure* (1997), afirma que, apesar de não ser tão explícita no *CLG* quanto o é na obra de Saussure, a ligação com a gramática geral pode ser percebida também no livro. Bouquet cita um mal entendido corrente quanto ao pensamento saussureano que envolve precisamente a não percepção desse ponto de interseção entre a tradição gramatical da França e Saussure, citando também o *CLG*, como vemos a seguir:

Um terceiro mal-entendido, avatar do segundo, é o que consiste em supor que os *desenvolvimentos da ciência da linguagem posteriores ao estruturalismo (os da gramática generativa em particular), ao romper com a epistemologia saussuriana, reconciliam-se com a tradição das concepções clássicas da linguagem dos séculos XVII e XVIII*. Trata-se, aí também, de um Saussure diminuído pelo *Cours* e pelo estruturalismo em questão, e não do Saussure dos textos originais. Nestes, a tradição da era clássica é pregnante, de maneira infinitamente mais clara que no *Cours* (onde ela pode no entanto ser descoberta, sustentando a própria lógica dos temas que são expostos) – é explícita a ligação com a gramática geral, assim como a referência aos ‘filósofos do século XVII’ [...]. Se há um pensador que abre, depois da gramática comparada, um novo capítulo da história da linguagem, reconciliando-se com a ‘lingüística cartesiana’, esse pensador é Saussure. (BOUQUET, 1997, p. 17; grifos do autor)

Vemos, pois, que Bouquet afirma que antes da gramática gerativa, Saussure já havia feito uma ponte com a gramática geral, apesar de achar que tal ligação não fica clara ou não é lembrada, em parte por conta do *CLG*, onde esse movimento não estaria claro, ainda que seja possível percebê-lo. Como nós vimos até aqui, de fato, há menções a essa tradição de estudos, mas elas não são numerosas e podem ser ofuscadas, por

exemplo, se comparadas às várias menções à gramática comparada. Ainda que não sejam numerosas as citações à gramática geral no livro, aquela em que seu método é elogiado, como diz Bouquet, serve de indício forte para a descoberta da ligação entre Saussure e seu pensamento e a tradição dos gramáticos franceses, expressa no *CLG* – ou escondida por ele, segundo Bouquet –, já que se nota, através dela, que Saussure estava familiarizado com as obras do período e reconhecia certo valor nelas. Todavia, Bouquet aponta relações mais palpáveis, por assim dizer, entre o pensamento saussureano – e, portanto, o que para nós é essencial, entre o que vemos no *CLG*– e o que ele chama de filosofia cartesiana da linguagem. Por exemplo, a origem da noção signo linguístico, que tem papel essencial no pensamento exposto no *CLG*:

A origem principal, propriamente metafísica, da metafísica saussuriana do signo linguístico foi mencionada dois capítulos atrás: trata-se, em linhas gerais, do empirismo semiótico procedente da filosofia cartesiana da linguagem – a de Port-Royal – [...]. (BOUQUET, 1997, p. 177)

Além dessa afirmação acerca do signo linguístico, Bouquet também aponta algumas proposições presentes no *CLG* que, segundo ele, seriam oriundas dessa mesma tradição de estudos filosóficos na França a partir do século XVII:

Certos conceitos primitivos que formam um conjunto com ‘língua’ e ‘signo’ podem ser mencionados. São eles: ‘espírito’, ‘pensamento’, ‘linguagem’, ‘idéia’, ‘conceito’, ‘expressão’, ‘sentido’, ‘significação’. Pode-se igualmente citar algumas das proposições que se pressupõem umas às outras, que estenografam esses conceitos e/ou que os compõem: (1) *uma língua é um sistema de signos (as línguas são sistemas de signos)*; (2) *a linguagem é o uso de sistemas de signos (ou uma linguagem é o uso de um sistema de signos)*; (3) *os signos exprimem (ou significam) idéias (ou conceitos) (ou significações) (ou sentidos) que compõem os pensamentos*; (5) *os pensamentos são um fato do espírito*; (6) *o pensamento é um fato do espírito*. Essas proposições são apresentadas, esparsas mas amplamente problematizadas, ao longo dos textos saussurianos originais –e, embora em menor medida, no *Cours de linguistique générale*. [...] essas proposições pertencem às teorias filosóficas que tratam, nos séculos XVII e XVIII, do signo em geral e do signo linguístico em particular: elas aparecem principalmente nas obras dos Solitaires de Port-Royal [...]. (BOUQUET, 1997, p. 145-146)

Bouquet traça, então, vários pontos de ligação entre o pensamento saussureano exposto no *CLG* e noções provindas das tradições gramaticais da França no e a partir do século XVII. Ligações essas que ultrapassam os indícios mais prontamente encontrados no *CLG* e que demonstramos com a compilação das passagens referentes à gramática geral. No entanto, apesar do elogio ao método de tal escola e dos conceitos e noções utilizados no *CLG* que são legados dela, o que se vê no livro não é uma continuação dos estudos da gramática geral tal qual eram feitos desde o século XVII. Com efeito, apesar

das ligações apontadas, vimos que no *CLG* há diversas críticas à gramática geral. Além disso, o projeto de linguística proposto no livro não imita o modelo ou método utilizado por aquela tradição de estudos. O que ocorre, na verdade, é um retorno do tema da generalidade da linguagem humana no final do século XIX, o qual tinha sido afastado durante longo tempo pelos comparatistas. Segundo Bouquet, “[e]sse tema corresponde também a uma tentativa de síntese dos resultados da linguística histórica [...]”, bem como está ligado também ao “[s]urgimento da expressão *linguística geral*” (BOUQUET, 1997, p. 148; grifo do autor). Também Normand (2009) menciona a tarefa de fazer a síntese dos resultados da tradição comparatista como objetivo da linguística geral, em que o *CLG* se insere, além de, citando Meillet (1906), deixar clara a diferença entre a nova corrente de estudos e a gramática geral. Citamos, pois, a passagem de Normand, por sua clareza:

Mais precisamente, o que se formula então é uma preocupação com a linguística geral, cuja necessidade foi proclamada, ainda que o acordo sobre o que ela deva ser não passe de um princípio excessivamente geral que pode ser resumido assim: é necessário fazer a síntese dos resultados adquiridos pelos trabalhos comparatistas. Acredita-se que isso constitui um ponto de vista totalmente novo em relação à tradição das gramáticas gerais:
A antiga gramática geral caiu em justo descrédito porque ela era apenas uma aplicação malfeita da lógica formal à linguística em que as categorias lógicas não tinham nada a fazer; a nova linguística geral, fundada sobre o estudo preciso e detalhado de todas as línguas em todos os períodos de seu desenvolvimento, enriquecida de observações delicadas e de medidas precisas da anatomia e da fisiologia esclarecidas pelas teorias da psicologia moderna, traz uma renovação completa dos métodos e das ideias. (Meillet, 1906) (NORMAND, 2009, p. 43-44)

Vemos, assim, que o que se propunha para a linguística geral era uma síntese dos resultados da gramática comparada, utilizando os dados que ela legou aos linguistas que a sucederam, e reformar, e não apenas adotar, os métodos e pontos de vista da gramática geral. No *CLG*, vimos que há, além disso, o uso de conceitos que também são legado desta última tradição, mas as duas linhas de estudo linguístico se mantêm distintas. Como sintetiza Normand “[u]ma outra tradição se constitui, garantida pela *ciência* e não mais pelas autoridades filosóficas seculares; ela se apresenta como adversária da precedente, sobre o mesmo terreno, o da generalidade.” (NORMAND, 2009, p. 44; grifo da autora).

Agora, podemos voltar nossa atenção para a passagem do *CLG* que mencionamos anteriormente, em que o termo “gramática geral” é utilizado, e compreender como, portanto, ele é usado em tal contexto, visto que observamos que o *CLG* não se propõe a seguir os trilhos da gramática geral, enquanto tradição de estudos

– pelos menos não diretamente. Introduzimos a passagem novamente citando Normand. É como resposta à pergunta que ela mesma propõe, “[e]m que esse *Curso* pode então se dizer ‘geral’?” (NORMAND, 2009, p. 106), que ela cita a passagem do *CLG* que contém o termo “gramática geral”, que se encontra no capítulo 1 da Segunda Parte do livro, reproduzida a seguir:

O objeto da Linguística sincrônica geral é estabelecer os princípios fundamentais de todo sistema idiossincrônico, os fatores constitutivos de todo estado de língua. Muito do que foi exposto nas páginas precedentes pertence antes à sincronia; assim, as propriedades gerais do signo podem ser consideradas como parte integrante desta última [...]. À sincronia pertence tudo o que se chama ‘gramática geral’, pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à gramática. No que se segue, vamos enfocar apenas alguns princípios essenciais, sem os quais não se poderiam abordar os problemas mais especiais da estática, nem explicar os pormenores de um estado de língua. (SAUSSURE, 2006, p. 117)

Vemos, então, que, ironicamente, não é à tradição da gramática geral que se refere o termo raro no *CLG*, “gramática geral”. Quando ele é utilizado, no excerto que vimos acima, ele descreve, em verdade, aquilo de que se incumbe a linguística sincrônica, isto é, o estudo das relações que compõem a gramática, que só podem se estabelecer e se estudar no estado de língua em que ocorrem.

É isso que Bouquet chama de “gramática do sentido”. Segundo o autor, ao passo que o ponto de vista da gramática comparada só podia dar conta da generalidade das leis fonológicas (BOUQUET, 1997, p. 147), o projeto saussureano “extrapola de uma gramática geral do som para uma gramática geral do sentido, renovando assim o projeto cartesiano de gramática geral” (p. 199). Bouquet cita Saussure, que fala, a respeito da linguística estática, em aula de 1911: “Ela tomará o que há de comum entre todos os estados de língua observáveis. É a essa generalização que pertence o que denominamos a gramática geral que compreenderá principalmente os pontos em que a linguística está mais ligada à lógica.” (citado em BOUQUET, 1997, p. 225). Trata-se, portanto, como apontou Normand (2009), de outra linha de estudo, pertencente à linguística sincrônica, que, distanciando-se em certos aspectos da gramática geral, utiliza e resgata, porém, noções e perspectivas de tal tradição, sem se confundir com ela.

Pode-se observar, portanto, ao longo do *CLG*, algumas menções à tradição de estudos que se chama muitas vezes de gramática geral, aquela iniciada no século XVII, na França, com a Gramática de Port-Royal. As referências a tal escola, como vimos, não são sempre explícitas e nem vêm sob o nome de “gramática geral”, podendo ser feitas através de outros termos. A visão mais pronunciada no *CLG* acerca da gramática geral é

uma crítica, que aponta claramente alguns erros ou falhas nela, como sua não cientificidade. Porém, não é apenas uma visão negativa que se vê no *CLG* a respeito dessa escola, já que seu método, sincrônico, é elogiado, apesar de serem guardadas críticas a sua aplicação. Principalmente quando observada no contexto em que ocorre, de comparação ou contraste com a gramática comparada, a afirmação elogiosa acerca da capacidade da gramática geral de manter-se em um âmbito bem definido, o sincrônico, mostra que não há, no *CLG*, uma simples tentativa de afastamento desses estudos, mas sim um reconhecimento de um importante aspecto de seu método. Por fim, tal tradição de estudos é estreitamente associada, no *CLG*, com a gramática tradicional, deixando a impressão, em alguns contextos, de que as críticas feitas são direcionadas a ambas, e não apenas à última. O termo “gramática geral”, todavia, é utilizado no livro, ainda que, na passagem que citamos neste trabalho, ele não seja usado – pelo menos não exclusivamente – para se referir à escola da gramática geral. Vimos que tal termo expressa um estudo, parte da linguística sincrônica, que estudará e buscará encontrar o que há de comum entre os estados de língua dados.

3.4 GRAMÁTICA TRADICIONAL NO *CLG*

A gramática tradicional, que aqui refere-se à tradição gramatical de herança greco-latina, apesar de nem sempre ser tópico de destaque na linguística contemporânea, certamente ainda se faz presente e influencia os estudos linguísticos e as gramáticas contemporâneas. Essa tradição de estudos e seus conceitos sobreviveram ao longo dos séculos, através da Idade Média, da Renascença, até o presente, constituindo a base de muitas gramáticas normativas ou descritivas de línguas modernas, como várias dedicadas ao português. Os conceitos, categorias e terminologia desenvolvidos desde os antigos gramáticos com relação à gramática de suas línguas acabaram por se tornar parte do aparato gramatical utilizado pelos linguistas descritivos de hoje (ROBINS, 1967, p. 25). Em verdade, como aponta William Diver (2011), quase todos nós, linguistas ou estudantes de alguma língua, sabemos algo sobre ou proveniente da gramática tradicional, em especial no que se refere à terminologia dela, já que é comum falarmos de ou utilizarmos categorias como sujeito, objeto etc; mesmo se os linguistas forem críticos com relação à gramática tradicional, seria difícil abandoná-la, e a seu legado, completamente, visto que:

Operationally, practically everyone makes use of the traditional categories. Indeed, we have to pause and think about it for a moment to make ourselves explicitly aware that such familiar notions as sentence, part of speech, and relative clause are not *facts of language* but technical terms for particular *hypotheses in a theory*. (DIVER, 2011, p. 372)⁴⁹

Essa naturalização recobre a ampla presença e utilização de noções provenientes da gramática tradicional na linguística. Sendo assim, se justifica o interesse em procurar compreender a concepção de tal tradição presente em uma das grandes e mais relevantes obras da linguística moderna, o *CLG*. Além da concepção de gramática tradicional apresentada ao longo do livro, também nos interessa entrever as relações entre ela e o debate conceitual do *CLG*. Relações essas certamente complexas, podendo ser estudadas de diversos pontos de partida. No entanto, nesta seção, nos ocupamos simplesmente de compilar passagens do *CLG* que possam demonstrar essas relações e de compreendê-las em linhas gerais, pois é impossível no momento realizar a tarefa de explicitar todas as diversas nuances dos cruzamentos entre *CLG* e gramática tradicional.

Uma ideia não incomum acerca da relação que se apresenta no *CLG* quanto à gramática tradicional é aquela que sugere um abandono ou distanciamento dessa tradição por Saussure, conforme as pistas que se encontram no livro. David Holdcroft (1991), por exemplo, quando recapitula a apresentação da gramática tradicional oferecida no *CLG*, afirma que “[S]aussure’s brusque dismissal of this tradition is an index of the extent to which he distanced himself from it.” (HOLDCROFT, 1991, p. 10)⁵⁰. De fato, como veremos mais adiante, a primeira menção à gramática tradicional no *CLG* é bastante crítica e dá a impressão de um abandono da mesma por conta de suas falhas. Porém, tais críticas tão duras a essa tradição de estudo, as quais Holdcroft destaca, são abrandadas posteriormente no *CLG*, quando certos aspectos do método dela são reconhecidos como corretos. A visão geral, todavia, que Holdcroft parece apresentar, é de que, apesar de tal reconhecimento, as críticas com relação a vários problemas da gramática tradicional preponderam (p. 10).

Joseph Graham (1992) é outro autor que afirma que a gramática tradicional é rechaçada no *CLG* por não ser científica, por ser normativa e por ter um ponto de visto demasiadamente estreito. Apesar de ele destacar também que não são somente críticas

⁴⁹ “Operacionalmente, praticamente todo mundo faz uso das categorias tradicionais. Com efeito, temos de parar e refletir sobre o assunto por um momento para nos fazermos conscientes de que noções tão familiares quanto frase, parte do discurso, e oração relativa não são *fatos da língua* mas termos técnicos de específicos *hipóteses em uma teoria* ” (tradução livre)

⁵⁰ “A brusca rejeição de Saussure dessa tradição é um indicador do quanto ele se afastou dela” (tradução livre).

que recebe essa tradição no *CLG*, sendo algumas de suas características reconhecidas como irrepreensíveis, Graham, assim como Holdcroft, sugere que a atitude que sobressai no *CLG* é de crítica e afastamento quanto a essa tradição gramatical (GRAHAM, 1992, p. 80).

A visão de que no *CLG* há uma apresentação crítica da gramática tradicional, a qual evidenciaria um afastamento dessa tradição, faz sentido se observarmos algumas passagens do livro, nas quais basicamente se traça uma definição dela através de aspectos negativos e positivos da mesma. Porém, tentaremos mostrar que não há apenas uma tentativa de abandono dos métodos dessa tradição de estudos, mas sim uma ponderação sobre pontos dela que podem ou não ser utilizados no projeto de linguística visado pelo *CLG* e sobre rearticulações possíveis de alguns aspectos dela. Vamos primeiramente, através de passagens que descrevem, criticam ou elogiam características da gramática tradicional no *CLG*, tentar traçar a definição geral dessa escola segundo o livro.

A primeira menção à gramática tradicional aparece na revisão da história da linguística oferecida pelo *CLG*, no capítulo 1 da Introdução. Ela representa a primeira das 3 fases que, segundo o livro, constituem o desenvolvimento dos estudos linguísticos antes do início da ciência linguística “propriamente dita”. Lê-se, no início dessa revisão histórica do livro:

Começou-se por fazer o que se chamava de ‘Gramática’. Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito. (SAUSSURE, 2006, p. 7)

Como vimos na seção anterior deste trabalho, o trecho acima liga a chamada gramática geral, de tradição francesa, com a gramática tradicional e as críticas à última se estendem à primeira. Porém, é diretamente à tradição grega que elas se dirigem e, com isso, deixam-nos entrever a noção de gramática tradicional empregada no *CLG*. Tal escola é considerada não científica, baseada na lógica, sem interesse direto na língua em si. Além disso, ela é considerada normativa, mais preocupada com ditar as formas corretas e incorretas da língua e, portanto, teria um ponto de vista demasiadamente estreito.

A afirmação de que essa tradição de estudos está baseada na lógica é bastante crítica e, como sugere Holdcroft (1991), ela está ligada a um problema mais profundo, e

por isso menos explícito, no *CLG*, acerca de uma das concepções básicas da gramática tradicional, a saber, a tentativa de compreender ou organizar a estrutura da língua a partir da estrutura do pensamento (HOLDCROFT, 1991, p. 10). Diver afirma que, da perspectiva da gramática tradicional “the structure of human language is modeled after the structure of rational thought” (DIVER, 2011, p. 375)⁵¹, além de sugerir que essa concepção acerca da língua foi o grande legado dessa tradição: “[t]he nature of rational thought plays a decisive role in determining the characteristics of language; this is the significant contribution of the theory of traditional grammar [...]” (p. 379)⁵². Porém, para Saussure, segundo Holdcroft, esse ponto de vista fere a autonomia da língua:

[t]raditional grammar tried to derive the structure of sentences from the logical form of thoughts, so that, for instance, to the logical categories of substance and quality there correspond the grammatical categories of noun and adjective (Ducrot 1968, 19). But such a view, Saussure came to believe, failed to recognize the autonomy of language. The structure of a language is, he argued, autonomous in the sense that it is internal to itself and not a reflection or representation of something else, e.g., the structure of thoughts or of independently given facts. Since language is autonomous, it is a cardinal mistake to try to explain features of its structure in terms of other structures. (HOLDCROFT, 1991, p. 10)⁵³

Holdcroft associa o problema do ponto de vista da gramática tradicional com outro, esse sim explicitamente tratado no *CLG*, a saber, o da concepção de língua como nomenclatura. Segundo Holdcroft: “[n]ot only did Saussure dissociate himself very sharply indeed from nomenclaturism, but he also believed that the traditional grammar had not freed itself from this conception [...]” (HOLDCROFT, 1991, p. 12)⁵⁴. Sobre a visão da língua como uma nomenclatura, encontramos, no *CLG*, no capítulo 1 da Primeira Parte, sobre o signo linguístico, a seguinte afirmação:

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas

⁵¹ “A estrutura da linguagem humana é modelada a partir da estrutura do pensamento racional” (tradução livre)

⁵² “a natureza do pensamento racional desempenha um papel decisivo em determinar características da linguagem; essa é a contribuição significativa da teoria da gramática tradicional” (tradução livre)

⁵³ “a gramática tradicional tentava derivar a estrutura das frases da forma lógica dos pensamentos, de modo que, por exemplo, correspondesse às categorias lógicas da substância e da qualidade as categorias gramáticas do substantivo e do adjetivo (Ducrot 1968, 19). Mas tal visão, Saussure veio a acreditar, era incapaz de reconhecer a autonomia da língua. A estrutura de uma língua é, ele afirmava, autônoma no sentido de que ela é interna a ela mesma e não uma reflexão ou representação de outra coisa, por exemplo, a estrutura dos pensamentos ou de fatos dados independentemente. Já que a língua é autônoma, é um erro essencial tentar explicar características de sua estrutura em termos de outras estruturas” (tradução livre)

⁵⁴ “Saussure não apenas se dissociou claramente do nomenclaturismo, mas também acreditava que a gramática tradicional não havia se libertado dessa concepção” (tradução livre)

coisas.[T]al concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe idéias completamente feitas, preexistentes às palavras [...]. (SAUSSURE, 2006, p. 79)

Vemos, portanto, que a negação da concepção da língua como nomenclatura retoma, em sua explicação, o problema da existência de ideias anteriores ao aparecimento da língua, o que é reforçado no capítulo 4 da Segunda Parte, sobre o valor linguístico, em que se lê: “[n]ão existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua.” (SAUSSURE, 2006, p. 130). Sobre as partes do discurso, herdadas da gramática tradicional, encontra-se no *CLG* um questionamento sobre sua natureza, de maneira explícita, demonstrando preocupação com a utilização delas pela linguística sem que, no entanto, pense-se criticamente sobre elas. No capítulo 3 da Segunda Parte, sobre as noções de identidade, realidade e valor em linguística sincrônica, encontra-se a seguinte passagem sobre a realidade sincrônica e as partes do discurso:

Seja, por exemplo, a distinção entre as partes do discurso: em que repousa a classificação das palavras em substantivos, adjetivos etc.? Faz-se em nome de um princípio puramente lógico, extralingüístico, aplicado de fora à gramática, como os graus de longitude e de latitude ao globo terrestre? Ou corresponde a algo que tenha seu lugar no sistema da língua e que seja condicionado por ela? Numa palavra, trata-se de uma realidade sincrônica? Esta segunda suposição parece provável, embora se possa defender a primeira. Será que, na frase francesa ‘ces gants son *bon marché*’ [...] *bon marché* é um adjetivo? Logicamente, tem esse sentido, mas gramaticalmente isso é menos certo, porque *bon marché* não se comporta como um adjetivo (é invariável, não se coloca nunca diante de um substantivo etc.); além disso, compõe-se de duas palavras; ora, justamente a distinção das partes do discurso é que deve servir para classificar as palavras da língua; como pode um grupo de palavras ser atribuído a uma dessas partes? Mas, inversamente, não compreendemos bem a expressão quando dizemos que *bon* é um adjetivo e *marché* um substantivo. Temos, portanto, no caso, uma definição defeituosa ou incompleta; a distinção das palavras em substantivos, verbos, adjetivos etc., não é uma realidade lingüística inegável. (SAUSSURE, 2006, p. 127)

Observa-se, pela passagem acima, que há simpatia pela ideia de que as partes do discurso não são próprias da língua, ou parte de sua essência, mas sim que, em certa medida, são parte de uma organização proposta e aplicada pelo gramático a ela, de modo a classificar as palavras. Tais partes não são consideradas, portanto, da natureza da língua. Com o exemplo provido no excerto, podemos também entender como ou em que sentido essa classificação é considerada “defeituosa ou incompleta” segundo o *CLG*. Quando se pergunta como seria possível atribuir um grupo de palavras, como a expressão usada como exemplo, a uma das partes do discurso, como adjetivo ou substantivo, vê-se que a ideia não funcionaria, visto que a distinção das partes do discurso serviria precisamente para classificar as diferentes palavras. Poder-se-ia pensar,

então, que o melhor seria separar a expressão e prosseguir a classificar suas palavras de acordo com as categorias de adjetivo ou substantivo, no entanto, percebe-se que tal procedimento não parece dar a entender bem o sentido da expressão, ou defini-la bem. Através dessa análise, o que vemos no *CLG* é a constatação de que tais modos de classificação são problemáticos, visto que as categorias dadas não são essenciais da ou naturais à língua.

Desse modo, o problema das categorias ou das ferramentas dessa forma de classificação, segundo o livro, é um problema não apenas da gramática tradicional, mas sim da ciência linguística, visto que ela “[t]rabalha incessantemente com conceitos forjados pelos gramáticos, e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua.” (SAUSSURE, 2006, p. 127). Quanto a esse problema, no mesmo capítulo encontra-se já a sugestão do caminho a seguir para começar a resolvê-lo. Para que se pudesse elaborar as classificações de que a linguística precisaria, seria necessário lembrar (ou nos convencer, para utilizar as palavras do *CLG*) que as entidades concretas da língua não se apresentam prontas e evidentemente ao linguista, mas que se pode tentar apreendê-las e, então, entrar em contato com o real (p. 127). Porém, para além desse percurso sugerido ao linguista, encontramos no *CLG* também um aviso acerca da construção dessas classificações:

[b]asear tais classificações sobre outra coisa que não sejam entidades concretas – dizer, por exemplo, que as partes do discurso são fatores da língua simplesmente porque correspondem a categorias lógicas- significa esquecer que não existem fatos linguísticos independentes de uma matéria fônica dividida em elementos significativos. (SAUSSURE, 2006, p. 128)

A observação acima é importante na medida em que demonstra que afirmar que as categorias ou partes do discurso não são naturais da língua, como se faz no livro, não corresponde a afirmar que tais categorias não são reais, ou que não têm base na matéria fônica dos fatos linguísticos. Em verdade, advoga-se que tais classificações deveriam ser baseadas apenas sobre as entidades concretas da língua, já que todo fato linguístico está ligado a elementos materiais. Algo similar é afirmado também no capítulo 8 da Segunda Parte, sobre as entidades abstratas em gramática, onde se pode ler, sobre elas: “Nenhuma análise gramatical é possível sem uma série de elementos materiais que lhe sirvam de substrato, e é sempre a esses elementos que cumpre voltar, no fim de contas.” (SAUSSURE, 2006, p. 161).

Seguindo adiante no nosso objetivo de compilar as características gerais da gramática tradicional como apresentadas pelo *CLG*, vejamos outros aspectos dessa

tradição que são apontados ao longo do livro. Uma passagem interessante, que oferece uma clara visão crítica acerca da gramática tradicional encontra-se no capítulo 3 da Primeira Parte, onde se lê:

A gramática tradicional ignora partes inteiras da língua como, por exemplo, a formação das palavras; é normativa e crê dever promulgar regras em vez de comprovar os fatos; falta-lhe visão do conjunto; amiúde, ela chega a não distinguir a palavra escrita da palavra falada etc. (SAUSSURE, 2006, p. 98)

A gramática tradicional é, portanto, considerada normativa e desprovida de uma visão clara da natureza de seu objeto de estudo, visto que, segundo o livro, não distingue bem a palavra falada da escrita, um dos motivos pelos quais, como vimos anteriormente, ela não é considerada científica.

Roy Harris afirma, em seu livro chamado *Language, Saussure and Wittgenstein: How to Play Games with Words*, que Saussure utilizou o termo “gramática” de maneira pouco tradicional (HARRIS, 1990, p. 61), inclusive no *CLG*, e nós vemos que o mesmo poderia ser afirmado quanto à gramática tradicional no livro, visto que ela também é apresentada, nele, de maneira às vezes incomum. A gramática tradicional, apesar de ser normalmente mais ligada à visão normativa, pode, contudo, seguir por duas vias, ou seja, pode ser normativa ou descritiva (LUFT, 2002, p. 21). Ela pode ter como objetivo principal impor as regras de um determinado padrão linguístico, como o uso culto, principalmente da forma escrita da língua, ou, de outro modo, pode se focar em expor os fatos da linguagem (p. 21). No *CLG*, no entanto, essa tradição de estudos é vista como exclusivamente normativa, o que, segundo Harris, poderia parecer uma concepção generalizante dela, como vemos o autor afirmar na seguinte passagem:

His generalisations about the history of grammar are sweeping and his assimilation of ‘traditional grammar’ to normative grammar is crude. But it would be folly to put these shortcomings down to Saussure’s ignorance, as has sometimes been suggested [...]. Saussure’s dismissive observations about grammar have to be construed as part of a polemic which draws its rationale from Saussure’s own ‘Copernican’ revolution in linguistics, and must be set against what Saussure proposes as the right way to view grammar. (HARRIS, 1990, p. 64)⁵⁵

De fato, parece acertada a afirmação de Harris que diz ser necessário colocar as concepções apresentadas no *CLG* sobre a gramática, e em especial sobre a gramática

⁵⁵ “Suas generalizações sobre a história da gramática são rasas e sua assimilação da “gramática tradicional” à gramática normativa é grosseira. Mas seria uma tolice colocar essas limitações na conta da ignorância de Saussure, como foi feito algumas vezes [...]. As observações desdenhosas de Saussure sobre a gramática devem ser concebidas como parte de uma polêmica que fundamenta seu raciocínio na revolução “copernicana” da linguística do próprio Saussure e devem ser contrapostas ao que Saussure propõe como a maneira correta de ver a gramática” (tradução livre)

tradicional, em contraste com as reflexões encontradas no *CLG* sobre como essa tradição de estudos poderia ser rearticulada. Também é importante ter em vista as sugestões que são apresentadas no livro com relação à utilização do aparato conceitual dessa tradição pela linguística. A gramática tradicional é oposta, no *CLG*, a uma espécie de gramática geral, sobre a qual falamos na seção passada, que, como vimos, não é normativa, mas sim interessada em descrever os estados de língua de modo a, a partir deles, entrever o que há de geral ou comum entre eles e estudar as relações que se constroem nesses estados. Outra crítica à gramática tradicional que nos mostra um pouco sobre a visão geral dela no *CLG* está no mesmo capítulo 3 da Primeira Parte, em que se fala sobre a sua incapacidade de compreender o caráter fortuito dos estados de língua:

Para exprimir o plural, é necessária a oposição de dois termos: *fot: *foti* ou *fot:fet*; são dois processos igualmente possíveis, mas passou-se de um a outro, por assim dizer, sem percebê-lo; não foi o conjunto que se deslocou, nem um sistema que engendrou outro, mas um elemento do primeiro mudou e isso basta para fazer surgir outro sistema.

3º Esta observação nos faz compreender melhor o caráter *fortuito* de um estado. Por oposição à idéia que nos aprazia fazer, a língua não é um mecanismo criado e ordenado com vistas a conceitos a exprimir. [...] Em cada estado, o espírito se insufla numa matéria dada e a vivifica. Essa perspectiva, que nos foi inspirada pela Linguística histórica, é desconhecida da Gramática tradicional, que jamais teria podido adquiri-la por seus próprios métodos. (SAUSSURE, 2006, p. 101. Grifos do autor.)

Vemos que a questão da língua como um mecanismo que serve para exprimir conceitos preexistentes é novamente levantada e criticada, lembrada como uma noção errônea de língua que a linguística deve abandonar. Além disso, fala-se sobre a incapacidade da gramática tradicional de compreender o caráter fortuito dos estados de língua. Essa incapacidade parece estar ligada ao fato de a gramática tradicional ter um ponto de vista exclusivamente sincrônico, sem atentar para as evoluções de elementos do sistema, sem abrir espaço para a diacronia. Sobre o ponto de vista sincrônico, já havíamos visto que, segundo o *CLG*, “quem diz gramatical diz sincrônico” (SAUSSURE, 2006, p. 156), afirmação que surge quando se explica a impossibilidade de se fazer “gramática histórica”. Sobre o ponto de vista da gramática tradicional, especificamente, encontra-se também a passagem do capítulo 3 da Primeira Parte, em que, ao falar sobre a gramática geral, influenciada pelos “métodos tradicionais”, afirma-se que seus trabalhos visavam claramente a descrever estados, sendo seu programa estritamente sincrônico. Apesar, pois, dessas últimas afirmações serem feitas sobre a gramática geral, o *CLG* faz a ligação entre essa tradição e a gramática tradicional e, unindo isso à afirmação sobre a gramática e a sincronia, parece seguro afirmar que, no

livro, essa tradição é vista como adotando uma perspectiva sincrônica em seus estudos. O elogio à gramática geral, por ter definido bem sobre que eixo trabalharia, o sincrônico, também parece estender-se à gramática tradicional (HOLDCROFT, 1991, p. 10; GRAHAM, 1992, p. 80), sendo uma das poucas características dela vista positivamente no livro, ainda que, de certo modo, como vimos com a última passagem, esse ponto de vista estrito possa ter impedido que ela compreendesse certos aspectos dos fenômenos linguísticos.

Outra visão não convencional que vemos no *CLG* acerca da gramática tradicional é aquela sobre as tradicionais divisões dela, das quais Saussure abertamente discorda:

Nossa definição não concorda com aquela, mais restrita, que dela se dá geralmente. É, com efeito, à *morfologia* e à *sintaxe* reunidas que se convencionou chamar de Gramática, ao passo que a *lexicologia* ou ciência das palavras foi dela excluída. (SAUSSURE, 2006, p. 156. Grifos do autor.)

Essa divisão usual que o *CLG* menciona é aquela também representada pela separação entre gramática, que inclui a morfologia e a sintaxe, e dicionário, que trataria das palavras, da lexicologia (ARRIVÉ, GADET e GALMICHE, 1986, p. 298). Vemos no *CLG* o questionamento dessa divisão, pergunta-se: “[t]ais divisões correspondem à realidade?” (p. 156). Citando a noção usual de que a morfologia é um estudo separado da sintaxe, visto que ela se ocuparia apenas das formas, ao passo que a sintaxe se foca nas funções das unidades linguísticas, o *CLG* procura demonstrar que tais estudos não são independentes, mas, pelo contrário, interdependentes. Como vemos ser afirmado no capítulo 8 da Segunda Parte, “[u]ma unidade material existe somente pelo sentido, pela função de que se reveste; [...] Inversamente, [...] um sentido, uma função só existem pelo suporte de alguma forma material” (SAUSSURE, 2006, p. 162). Utilizando um exemplo do grego, vemos no *CLG* a explicação sobre porque seria impróprio dissociar um estudo do outro:

[a] morfologia [...] se contenta, por exemplo, com dizer que o genitivo do grego *phúlax*, “guardião”, é *phúlakos*, e a sintaxe ensina o emprego dessas duas formas.

Tal distinção é, porém, ilusória: a série de formas do substantivo *phúlax* só se torna paradigma de flexão pela comparação das funções associativas às diferentes formas; reciprocamente, estas funções só se justificam na morfologia se cada uma delas corresponder a um signo fônico determinado. [...] formas e funções são solidárias, e é difícil, para não dizer impossível, separá-las. Linguisticamente, a morfologia não tem objeto real e autônomo; não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe. (SAUSSURE, 2006, p. 157)

Ao contrário do que afirma Graham quando diz que Saussure, quando se opõe às divisões tradicionais da gramática em morfologia, sintaxe e lexicologia, faz-no sem basear-se principalmente no que Graham chama de “evidências”, mas sim opondo-se por princípio a elas (GRAHAM, 1992, p. 81), observa-se que tal oposição é justificada, com base nos conceitos de signo e valor propostos por Saussure. Isto é, essa oposição, se tomada dentro do contexto da teoria saussureana, com a rede conceitual que o *CLG* apresenta, é justificada, demonstrada e exemplificada. Quanto à exclusão da lexicologia, ela é refutada, afastando também a ideia de que as unidades gramaticais, organizadas, seriam “vazias” de conteúdo semântico, ao passo que as unidades lexicais seriam significativas, mas sem organização gramatical; como afirma Normand, Saussure tinha uma visão diferente de como o estudo deveria ser feito:

For him it is the case both that any item in a language has to be studied from the point of view of meaning (i.e. what it means for a speaker) and that every term is a part of some organization [...].

Hence Saussure claims that language as a whole (*langue*) is to be taken as entirely grammatical, that is to say we have to describe it in its entirety, grammar and lexicon, as a system, a network of elements dependent on one another according to rules. (NORMAND, 2004, p. 90)⁵⁶

No *CLG*, encontramos que não é lógico separar a lexicologia dos outros estudos, porque muitas relações gramaticais são expressas através de palavras, ao invés de meios gramaticais: “[e]m russo, a distinção do perfectivo e do imperfectivo se faz gramaticalmente em *sprosit’ :sprásivat’*, ‘pedir’, e lexicologicamente em *skazát’ :govorit’*, ‘dizer’” (SAUSSURE, 2006, p. 157), de modo que “[d]o ponto de vista da função, o fato lexicológico pode confundir-se com o fato sintático” (p. 158). Sobre as divisões da gramática tradicional percebemos, enfim, que no *CLG* elas não têm vínculo natural com a realidade da língua. Ainda assim, elas podem desempenhar um papel útil, não sendo, assim, completamente descartadas:

Em resumo, as divisões tradicionais da Gramática podem ter sua utilidade prática, mas não correspondem a distinções naturais e não estão unidas por nenhum vínculo lógico. A Gramática só se pode edificar sobre um princípio diferente e superior. (SAUSSURE, 2006, p. 158)

⁵⁶ “Para ele é o caso tanto que qualquer item em uma língua deve ser estudado do ponto de vista do significado (i.e. o que ele significa para um falante) e que todo termo é uma parte de alguma organização [...].

Sendo assim, Saussure afirma que a língua como um todo (*langue*) deve ser tomada como inteiramente gramatical, o que quer dizer que devemos descrevê-la em sua totalidade, gramática e léxico, como um sistema, uma rede de elementos que dependem uns dos outros de acordo com regras” (tradução livre)

O excerto acima confirma que a gramática tradicional, apesar de ter sido criticada em vários momentos ao longo do *CLG*, por diferentes falhas de concepções e método, não é totalmente afastada ou refutada como inutilizável pela linguística. Mesmo que se tenha mostrado como os linguistas trabalham com conceitos vindos da gramática tradicional, sem se perguntar sobre sua validade ou adequação, vemos um aceno na direção de uma reformulação da gramática, sobre novos princípios, como se lê na passagem anterior. Ao final do capítulo 3 da Primeira Parte, sobre a linguística estática e a evolutiva e sobre os eixos sincrônico e diacrônico, encontramos outra passagem que indica um retorno a um aspecto da gramática tradicional, a saber, seu ponto de vista sincrônico:

Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos, e o método histórico terá contribuído para esse rejuvenescimento; por via indireta, será o método histórico que fará compreender melhor os estados de língua. A gramática antiga via somente o fato sincrônico; a Linguística nos revelou uma nova ordem de fenômenos; isto, porém, não basta: é necessário fazer sentir a oposição das duas ordens e daí tirar todas as consequências que comporta. (SAUSSURE, 2006, p. 98)

Interessante perceber o papel que o método histórico desempenha, segundo o livro, no rejuvenescimento dos estudos da linguística, que aliará um retorno ao ponto de vista sincrônico da gramática tradicional com os resultados e progressos introduzidos pelos estudos históricos. Quando se fala na melhor compreensão dos estados através do método histórico, relembremos o que foi mostrado aqui anteriormente sobre a gramática tradicional não ter, por exemplo, entendido bem o caráter fortuito dos estados, algo que só foi possível com a linguística histórica. Nessa passagem se vê também e novamente a separação, ainda que sutilmente expressa, dessa vez, entre os estudos da “gramática antiga”, termo que também serve para se referir à gramática tradicional no livro, e a “Linguística”, tida como uma ciência na qual estão inclusos os estudos históricos.

Quando se fala, na última frase do excerto, sobre a necessidade de fazer sentir a oposição entre as duas ordens, faz-se referência aos eixos sincrônico e diacrônico, que são representados, nesse contexto, pelos estudos da gramática tradicional e dos estudos históricos, respectivamente. Não se deve entender por oposição, no entanto, que se deve escolher entre um e outro ou entre uma linha de estudos e outra. No mesmo capítulo, na parte em que o *CLG* trata das consequências da confusão entre os dois eixos, isso fica claro:

A verdade sincrônica parece ser a negação da verdade diacrônica e, vendo as coisas superficialmente, parecerá a alguém que cumpre escolher entre as duas; de fato, não é necessário; uma das verdades não exclui a outra. [...] Do mesmo modo, a gramática tradicional do francês moderno ensina que, em certos casos, o particípio presente é variável e concorda com um adjetivo (cf. ‘une eau courante’), que em outros é invariável (cf. ‘une personne courant dans la rue’). Mas a Gramática histórica nos mostra que não se trata de uma única e mesma forma [...]. A verdade sincrônica contradiz acaso a verdade diacrônica, e será mister condenar a Gramática tradicional em nome da Gramática histórica? Não, pois isso seria ver a realidade pela metade; não se deve pensar seja somente o fato histórico que importa e que baste para constituir uma língua. (SAUSSURE, 2006, p. 113)

Além de retornar ao ponto de vista da gramática tradicional, sincrônico, vimos também que no *CLG* afirma-se que a gramática só poderia se edificar sobre um novo princípio, um princípio diferente. De fato, vemos no livro não apenas essa menção quanto ao retorno ao ponto de vista da gramática tradicional, mas também uma proposta de rearticulação da matéria da gramática, de modo que ela fosse estudada sempre sob dois eixos: o sintagmático e o associativo. Sobre as relações sintagmáticas e associativas, no capítulo 5 da Segunda Parte, dedicado a elas, há a seguinte definição:

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após o outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas*. O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas [...]. Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. [...] Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; [...] Chamá-las-emos *relações associativas*. (SAUSSURE, 2006, p. 142-143)

Essas duas ordens de relações são de extrema importância e estão no centro da proposta que o *CLG* apresenta para a reformulação da gramática. No fundo, constata-se que não é possível aplicar nenhuma divisão ou princípio de organização externos aos fatos sincrônicos, sendo preciso, em verdade, observá-los a partir das relações associativas e sintagmáticas e, a partir dessa observação, classificá-los. Fica, portanto, a visão de que tudo que compõe um estado de língua e que é estudado pela gramática, através das divisões da gramática tradicional, pode ser reduzido a uma teoria dos sintagmas e das associações, sendo analisado a partir dessas relações, de modo que as classificações possam emergir daí, ao invés de serem aplicadas de fora, baseadas em conceitos lógicos que não são parte da natureza da língua. Essa proposta está

apresentada no final do capítulo 7 da Segunda Parte, chamado “A Gramática e suas Subdivisões”:

A interpretação da morfologia, da sintaxe e da lexicologia se explica pela natureza, no fundo idêntica, de todos os fatos de sincronia. Não pode haver entre eles nenhum limite traçado de antemão. Somente a distinção estabelecida mais acima entre as relações sintagmáticas e as relações associativas sugere um modo de classificação que se impõe por si mesmo, o único que se pode pôr como base do sistema gramatical. [...] Seria necessário poder reduzir dessa maneira cada fato à sua ordem, sintagmática ou associativa, e coordenar toda a matéria da Gramática sobre esses dois eixos naturais; somente essa repartição mostraria o que cumpre mudar nos quadros usuais da Linguística sincrônica. Semelhante tarefa não pode evidentemente ser levada a cabo aqui, onde nos limitamos a propor os princípios mais gerais. (SAUSSURE, 2006, p. 158-159)

Vemos, pois, que a relação que o *CLG* constrói e apresenta com a gramática tradicional é complexa, visto que, apesar de formular muitas críticas à tal tradição de estudos, reconhece-se também o aspecto positivo do seu ponto de vista bem definido, sincrônico, e, para além disso, formula-se uma proposta de rearticulação da matéria da gramática, com base nas noções, também apresentadas pelo livro, de relações associativas e sintagmáticas. Há, portanto, uma profunda reflexão acerca das noções e conceitos herdados pela linguística da gramática tradicional, que chega à constatação de problemas de longa data no que se refere ao uso desse aparato da gramática tradicional pelos linguistas de modo pouco crítico, que acaba desembocando na conclusão da necessidade urgente de se reformular boa parte da terminologia utilizada por eles. Essa reformulação da gramática, por exemplo, parte das tarefas necessárias ao progresso da linguística visada pelo *CLG*, não chega a ser, no livro, levada a cabo, como se lê na passagem acima; ela é, porém, proposta em linhas gerais.

Em resumo, a gramática tradicional é apresentada no *CLG* como uma fase dos estudos da linguagem anterior à formação do que, no livro, é chamado de ciência da linguística, sendo uma tradição de estudos não científica, baseada na lógica, com um ponto de vista estreito e normativa. Tais características são criticadas, mas, como vimos, nem tudo sobre ela é visto com maus olhos pelo *CLG*: seu ponto de vista sincrônico é elogiado, bem como sua capacidade de ter definido um eixo sobre o qual trabalhar. Todavia, mesmo sua perspectiva sincrônica parece ter trazido problemas, segundo vimos, já que se afirma que ela não teria conseguido, através de seu próprio método, compreender o caráter fortuito dos estados de língua, coisa que só foi possível com o método histórico. Fica claro, porém, no *CLG*, que não se faz necessário escolher entre o ponto de vista sincrônico e o diacrônico, assim como não se faz necessário escolher

entre a gramática tradicional e os estudos históricos, já que é preciso se inspirar em ambos e utilizar aspectos dos dois para ter uma noção ampla e mais completa da realidade linguística e de seus fenômenos. Ao esclarecer isso, fica já claro, também, que o *CLG* não prega um abandono completo das categorias empregadas pela gramática tradicional, como é possível perceber também quando, apesar de criticar a divisão das palavras em substantivos, verbos etc, utilizada pelos linguistas sem muita reflexão crítica, afirma-se que tais divisões podem ter utilidade prática. Além disso, a divisão tradicional da gramática em morfologia e sintaxe, com exclusão da lexicologia é também condenada, sendo proposta uma nova base para ela, com as noções de relação associativa e relação sintagmática. Por toda a caracterização, críticas, reconhecimentos e rearticulações sobre a gramática tradicional feitos ao longo do *CLG*, vemos que a relação que se constrói no livro quanto a ela não é uma de simples ruptura, mas sim de avaliação crítica de suas bases, dada a ampla e significativa presença de seus conceitos e noções na linguística, como apontada por ele.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim deste trabalho, podemos revisitar os objetivos definidos para ele no início, de modo a avaliar aqueles que conseguimos atingir, quais os resultados ou conclusões alcançados e que caminhos são abertos como novas possibilidades a seguir daqui em diante. O objetivo inicial era analisar o *CLG* em busca de uma melhor compreensão acerca do que se fala sobre gramática nele. Identificamos e definimos quatro gramáticas como nosso foco: (1) a gramática comparada; (2) a gramática histórica; (3) a gramática geral; e, por fim, (4) a gramática tradicional. A intenção era, então, mais especificamente, recensear o *CLG* e compilar passagens dele em que houvesse reflexões sobre essas gramáticas, de modo que fosse possível esboçar um panorama geral sobre elas no livro. Se buscou críticas ou posicionamentos positivos quanto a elas, movimentos de aproximação ou afastamento e, finalmente, que papéis cada uma desempenha na obra, com foco em quais momentos elas são mencionadas ao longo do livro e com que força argumentativa.

Escolhemos introduzir essa leitura analítica do *CLG* em busca dos conceitos de gramáticas com uma breve visita à história e à historiografia da linguística, em especial dos séculos XIX e XX, anterior e contemporâneo à publicação do livro, respectivamente. Esse passar d'olhos pelos momentos histórico-epistemológicos que circundam o *CLG* pareceu interessante e necessário visto que a proposta era entrever, no livro, que relações se apresentavam entre as várias tradições gramaticais que definimos como foco. Para isso, seria enriquecedor ter uma ideia, ainda que não aprofundada, do cenário histórico em que essa obra veio a existir, quais eram as diversas tradições de estudos linguísticos vigentes então e, também, como elas se relacionavam com tradições ainda anteriores. Considerando, pois, que este trabalho se dirige também a alunos que, como eu, entram em contato com o *CLG* desde cedo, no início de seus estudos em Letras, quando, frequentemente, ainda não houve a chance de estudar em profundidade a história da linguística, a breve revisão histórica dos séculos XIX e XX oferecida aqui foi dividida em 3 partes, no início do trabalho, de maneira que pudesse servir de introdução e base para as análises acerca das gramáticas.

No capítulo 1, oferecemos uma tímida contextualização histórica dos séculos XIX e XX, próximos da escrita e publicação do *CLG*, que tomamos aqui como objeto histórico, testemunho de sua época. Na seção 1.1, o foco foi o século XIX e sua historiografia. Pudemos não apenas ver exemplos da historiografia usual de tal período,

como também explorar algumas visões críticas a ela, que nos mostraram como é necessário uma leitura cautelosa da historiografia da linguística – e, ademais, de qualquer ciência –, pois sua neutralidade é ilusória, estando sempre sujeita a influências de variadas ordens que têm impacto nos panoramas que desenham de diferentes períodos históricos. Vimos como a gramática comparada, por exemplo, ganha destaque nas histórias da linguística do século XIX e exploramos alguns motivos que contribuíram para isso. Na seção 1.2, o foco foi a revisão histórica da linguística oferecida pelo *CLG* e foi possível verificar nela alguns pontos em comum com a historiografia da linguística que investigamos na seção anterior, especialmente no que diz respeito às tradições de estudo do século XIX, como a gramática comparada. Verificamos também diferenças entre essas duas visões da história da linguística e, naquela do *CLG*, encontramos pistas sobre os papéis que algumas das 4 gramáticas de nosso interesse desempenham ao longo do livro. Oferecemos informações sobre certas tradições de estudos que receberam pouca atenção na revisão histórica do *CLG*, como a gramática tradicional, de forma a expandí-la, ainda que brevemente. Já na última seção do capítulo 1, 1.3, buscamos explorar os momentos finais do século XIX e o início do século XX, a fim de apresentar algumas mudanças no cenário da linguística e de outras ciências nesse período, com o surgimento de novas escolas e a reformulação do status de outras. Também refletimos rapidamente sobre elementos importantes para essas mudanças, como a preocupação com a cientificidade da linguística, que estava cada vez mais na ordem do dia, tendo repercussões importantes e sendo observável no próprio *CLG*, como pudemos demonstrar.

No capítulo 2, apresentamos o sentido de gramática com o qual trabalharíamos neste trabalho, bem como definimos com quais gramáticas nos comprometeríamos. Também explicamos como escolhemos as quatro gramáticas de interesse para este trabalho e como elas seriam apresentadas ao longo do capítulo 3.

No capítulo 3, dividido em 4 seções, cada uma dedicada a uma gramática, o objetivo era apresentar as passagens compiladas acerca de cada uma delas ao longo do *CLG* e esboçar os panoramas gerais sobre elas mapeados no livro. Vemos, na seção 3.1, sobre gramática comparada, que ela é bastante criticada, apesar de receber também muito destaque ao longo do livro e de ter seus méritos reconhecidos. Pudemos compilar as principais críticas feitas a ela, além de demonstrar que, apesar delas, a relação *CLG*/gramática comparada não é uma de simples antagonismo ou de ruptura total, estando eles ligados em alguns pontos, como a preocupação de ambos com a

cientificidade da linguística. Vimos também o papel dos neogramáticos no *CLG*, bastante comentados ao longo do livro, representando progresso em relação à gramática comparada, mas sendo também criticados. De modo geral, pudemos ver que nenhuma dessas escolas é considerada parte da ciência linguística madura, conhecedora de seu objeto, a “verdadeira ciência linguística”. A comparação em si, porém, é considerada essencial para o progresso de tal ciência. Encontramos no *CLG* a exposição de ideias e reflexões sobre os modos de se fazer estudos comparatistas a fim de auxiliar esse progresso.

Na seção 3.2, cujo foco foi a gramática histórica, o objetivo foi um tanto diferente, visto que buscamos compilar as discussões acerca do sentido do termo “gramática histórica” que se encontram ao longo do *CLG*. Vimos que há uma espécie de pedido de cautela com o uso de tal termo, que, conforme o *CLG*, é incompatível com a descrição de estudos gramaticais. Tendo definido que “quem diz gramatical diz sincrônico” (SAUSSURE, 2006, p. 156), faz-se necessário atentar para a impossibilidade de se fazer gramática histórica: o estudo gramatical se desenvolve, segundo o *CLG*, no eixo sincrônico. Foi possível, portanto, nessa seção, atentar para importantes discussões e conceitos no *CLG*, como aqueles referentes aos eixos sincrônico e diacrônico, mostrando como o estudo das gramáticas perpassa momentos muito significativos e centrais do livro.

Já na seção 3.3, sobre a gramática geral, observamos que existe uma relação complexa entre tal tradição de estudos e o *CLG*. Ainda que críticas sejam feitas a ela, pudemos ver que algumas concepções presentes no *CLG*, como a de signo linguístico, podem ser rastreadas até a gramática geral, tendo ela legado certas noções às gerações posteriores e havendo marcas suas no próprio *CLG*. Além disso, vimos que, de acordo com o livro, a gramática geral, tendo definido seu âmbito de estudos como o sincrônico, pelo que ganha elogios, não compete com ou exclui a perspectiva dos estudos diacrônicos ou históricos. A relação entre ambos, segundo o *CLG*, é de complementaridade, necessária para alcançarmos um panorama mais amplo sobre a língua.

Por fim, na seção 3.4, sobre a gramática tradicional, destacamos o importante convite feito ao longo do *CLG* para uma análise crítica de conceitos e noções legados à linguística – e em uso até hoje – por essa tradição de pesquisa da linguagem. As críticas a essa gramática, numerosas, não têm, portanto, fim em si mesmas: elas servem para denunciar a naturalização do legado dela à linguística e para, portanto, sugerir não

apenas uma reflexão acerca dessa problemática, como também uma proposta de reformulação das bases da gramática, envolvendo as noções de relação sintagmática e de relação associativa. Certamente, seria possível explorar mais a fundo o papel da gramática tradicional no *CLG*, bem como a proposta de reformulação dela exposta nele, e terminamos tal seção com a forte impressão de que a preocupação com o legado dessa tradição para a linguística contemporânea e anterior ao livro perpassa muitos momentos centrais dele. Esse, porém, é um caminho que fica aberto como possibilidade de seguimento deste trabalho. Seria bastante interessante investigar mais profundamente as reflexões sobre essa tradição no livro, visto que ainda hoje as ponderações presentes nele sobre ela são atuais, afinal, os conceitos da gramática tradicional ainda se fazem fortemente presentes nos estudos contemporâneos de línguas maternas ou estrangeiras, de certo modo naturalizados, muitas vezes percebidos como partes essenciais da língua e tomados mais como parte natural dela do que elementos de uma, entre muitas, teorias sobre a mesma.

Vimos, de modo geral, que o *CLG* guarda lugar em suas exposições para reflexões acerca das quatro gramáticas que analisamos aqui, algumas recebendo mais destaque e outras menos. Tal diferença no papel de cada uma no livro pode ser melhor compreendida, em parte, se lembrarmos de algumas informações brevemente expostas no capítulo 1 deste trabalho, ou seja, se pensarmos o *CLG* como objeto histórico, a partir de uma perspectiva historicizante. Também pudemos notar que as relações que verificamos entre essas gramáticas e o *CLG* não são simples, mas sim intrincadas, envolvendo, mais do que movimentos de afastamento ou aproximação do *CLG* em relação a elas, muitos outros elementos de diferentes ordens, entre eles a herança de aparatos científicos ou ferramentas para o estudo da língua que passam de umas às outras e ao próprio livro. É possível que um dos caminhos a traçar a partir deste trabalho não seja aquele, talvez mais óbvio, de tentar verificar nos *Escritos de Linguística Geral* (2002) ou nos cursos reconstituídos em que extensão os esboços acerca dessas gramáticas apresentados aqui com base apenas no *CLG* podem ser corroborados ou não. Talvez seja mais interessante optar por uma via alternativa, mas possivelmente de implicações mais práticas, e verificar, com base nos programas de cadeiras de introdução à linguística ou de introdução e estudo de gramáticas de diferentes cursos de Letras no Brasil, se e como as reflexões, críticas e propostas acerca dessas diferentes tradições gramaticais, em especial da gramática tradicional, são apresentadas e estudadas nos cursos de graduação. O *CLG* se mostra campo fértil para a discussão

sobre tais assuntos ainda tão atuais e relevantes para a linguística e essa conclusão talvez seja uma das mais gratificantes desta dissertação.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. Sobre Mitos e História: A Visão Retrospectiva de Saussure nos Três Cursos de Linguística Geral. IN: FIORIN, J. L., BARBISAN, L. B., FLORES, V. N. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

ARRIVÉ, M., GADET, F. e GALMICHE, M. *La Grammaire d'aujourd'hui: Guide Alphabétique de Linguistique Française*. Paris: Flammarion, 1986, p. 298- 308.

BOUQUET, S. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BYNON, T. The Synthesis of Comparative and Historical Indo-European Studies: August Schleicher. IN: SYLVAIN, A. *History of the Language Sciences/Geschichte der Sprachwissenschaften/Histoire des sciences du langage*. Berlim: Walter de Gruyter, 2006, p. 1223- 1239.

CULLER, J. *Saussure*. Glasgow: Fontana/Collins, 1976.

DAVIES, A. M. *History of Linguistics Volume 4: Nineteenth-century Linguistics*. London: Longman, 1998.

DAVIES, A. M. Karl Brugmann and Late Nineteenth-Century Linguistics. IN: BYNON, T. e PALMER, R. F. *Studies in the History of Western Linguistics: In Honour of R. H. Robins*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 150- 171.

DAVIES, A. M. Language Classification in the Nineteenth Century. IN: SEBEOK, T. A. *Historiography of Linguistics Volume 13: Current Trends in Linguistics*. Paris: Mouton, 1975, p. 607- 716.

DIVER, W. *Language: Communication and Human Behavior: The Linguistic Essays of William Diver*. Leida: Brill, 2011.

DROSTE, F. G. e JOSEPH, E. J. *Linguistic Theory and Grammatical Description: Nine Current Approaches*. Amsterdã: John Benjamins, 1991.

FORMIGARI, L. *A History of Language Philosophies*. Amsterdã: John Benjamins, 2004.

GOBLOT, E. Le Dualisme Logique. IN: NORMAND, C. *Avant Saussure: Choix des Textes (1875-1924)*. Bruxelas: Editons Complexe, 1978, p. 15- 19.

GRAFFI, G. *200 Years of Syntax: A Critical Survey*. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 2001.

GRAFTON, A. Introduction. IN: WOLF, F. A. *Prolegomena to Homer, 1795*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

GRAHAM, J. F. *Onomatopoeics: Theory of Language and Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GRAMMAR. In: *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/240915/grammar>> . Acesso em: 21 março 2015.

HARRIS, R. *Language, Saussure and Wittgenstein: How to Play Games with Words*. New York: Routledge, 1990.

HOENIGSWALD, H. M. Nineteenth-Century Linguistics on Itself. IN: BYNON, T. e PALMER, R. F. *Studies in the History of Western Linguistics: In Honour of R. H. Robins*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 172-188.

HOLDCROFT, D. *Saussure: Signs, System and Arbitrariness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen & Unwin LTD, 1963.

JOSEPH, J. E. *From Whitney to Chomsky: Essays in the History of American Linguistics*. Amsterdã: John Benjamins, 2002.

JOSEPH, J. E. *Saussure*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KOERNER, E. F. K. e ASHER, R. E. *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: Elsevier, 2014.

KOERNER, E. F. K. Historiography of Linguistics. IN: KOERNER, E. F. K. e ASHER, R. E. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: Elsevier, 2014a, p. 7- 16.

KOERNER, E. F. K. History of Linguistics: The Field. IN: KOERNER, E. F. K. e ASHER, R. E. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: Elsevier, 2014b, p. 3- 7.

KOERNER, E. F. K. On Unrewriting the History of Linguistics. IN: KOERNER, E. F. K. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Papers*. Amsterdã: John Benjamins, 1989, p. 3-12.

KOERNER, E. F. K. Towards a Historiography of Linguistics: 19th and 20th Century Paradigms. IN: PARRET, H. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter, 1976, p. 685- 718.

LUFT, C. P. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo Livros, 2002.

LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MALKIEL, Y. *Essays on Linguistic Themes*. Oakland: University of California Press, 1968.

- MÉDINA, J. La Linguistique: Quel Objet, Quelle Science? IN: NORMAND, C. *Avant Saussure: Choix des Textes (1875-1924)*. Bruxelles: Editions Complexe, 1978, p. 11-14.
- MEIER-BRÜGGER, M. *Indo-European Linguistics*. Berlin: Walter de Gruyter, 2003.
- NORMAND, C. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- NORMAND, C. System, Arbitrariness, Value. IN: SANDER, C. *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 88- 104.
- PEDERSEN, H. *The Discovery of Language: Linguistic Science in the Nineteenth Century*. Bloomington: Indiana University Press, 1962.
- PUECH, C. e RADZINSKI, A. La Langue: Fait Social. IN: NORMAND, C. *Avant Saussure: Choix de Textes (1875-1924)*. Bruxelles: Editions Complexe, 1978, p. 81-86.
- ROBINS, R. H. *A Short History of Linguistics*. London: Longman, 1967.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHLEICHER, A. *A Compendium of the Comparative Grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- SÉCHEHAYE, A. Les Problèmes de la Langue à la Lumière d'une théorie nouvelle. IN: NORMAND, C. *Avant Saussure: Choix des Textes (1875-1924)*. Bruxelles: Editions Complexe, 1978.
- NORMAND, C. *Avant Saussure: Choix des Textes (1875-1924)*. Bruxelles: Editions Complexe, 1978.
- YNGVE, V. H. *From Grammar to Science: New Foundations for General Linguistics*. Amsterdã: John Benjamins, 1996.